



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 30 de maio de 2025 | SÉRIE 3 | ANO XVII Nº100 | Caderno 2/5 | Preço: R\$ 24,12

SECRETARIA DO ESPORTE

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº021/2022/PRE-RESERVA 1380408

I - ESPÉCIE: TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº021/2022, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE) E A EMPRESA KONEKT COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE); III - ENDEREÇO: à Avenida Alberto Craveiro, 2901, Boa Vista, CEP: 60.861-211, Fortaleza, Ceará; IV - CONTRATADA: **KONEKT COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Visconde de Jequitinhonha, nº1144, Boa Viagem, 1º andar – Sala 102, Cidade Recife-PE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O Aditivo em questão encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como de acordo com o Processo Administrativo nºNUP 42001.000959/2025-41.; VII- FORO: FORTALEZA-CE; VIII - OBJETO: Constitui objeto deste Termo Aditivo a **prorrogação do prazo** do Contrato nº021/2022 por mais 12 (doze) meses, com início a contar do dia 03 de Junho de 2025 até 03 de Junho de 2026 visando à continuidade à prestação de serviços de locação de rádios de comunicação portáteis, utilizados pelos colaboradores da Secretaria do Esporte (SESPORTE) na gestão do Estádio Arena Castelão, bem como a renovação dos créditos orçamentários no valor de R\$ 98.479,75 (noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos); IX - VALOR GLOBAL: R\$ 98.479,75 (noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos); X - DA VIGÊNCIA: Contrato nº021/2022 por mais 12 (doze) meses, com início a contar do dia 03 de Junho de 2025 até 03 de Junho de 2026; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato original a que se refere o presente TERMO ADITIVO.; XII - DATA: Fortaleza (CE), 14 de Maio de 2025; XIII - SIGNATÁRIOS: ROGERIO PINHEIRO NOGUEIRA-SECRETÁRIO DO ESPORTE Elizabeth Chaves Fiuza-REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA.

Bergson Gomes Bezerra
COORDENADOR JURIDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 022/2025 - PRÉ-RESERVA Nº1378688

CONTRATANTE: SECRETARIA DO ESPORTE DO ESTADO DO CEARÁ CONTRATADA: **ECFG REPRESENTACAO E INTERMEDIACAO ESPORTIVA LTDA.** OBJETO: **Realizar o custeio do FUTFORUM 2025** em Fortaleza-CE, no dia 06 de junho de 2025, de acordo com as especificações e quantitativos previstos na Proposta de Patrocínio constante nos autos.. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 1.1. O presente contrato tem como fundamento a Lei Estadual nº16.142, de 06 de dezembro de 2016, os preceitos do direito público contidos na lei nº14.133/2021 e demais documentos integrantes do Processo Administrativo NUP 42001.002572/2024-49, parte integrante deste Termo. FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência e de execução deste contrato é até 06 de dezembro de 2025, e será contado a partir da data da sua assinatura.. VALOR GLOBAL: R\$ 7.000,00 Sete mil reais pagos em a ser efetuado até o 15º dia útil, a contar da publicação deste contrato, condicionado ao prévio atesto de regularidade fiscal com a Fazenda Pública federal, estadual e municipal, bem como das certidões trabalhistas e previdenciárias da contratada. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 42200001.27.812.151.12099. 03.33504100. 2.759.1200070.1.4.01. 18563. DATA DA ASSINATURA: 27/05/2025 SIGNATÁRIOS: Rogério Nogueira Pinheiro - Secretário do Esporte e Evandro Cavalcante Ferreira Gomes - Representante Legal.

Bergson Gomes Bezerra
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

RELATÓRIO DE BENS PATRIMONIAIS

Setor	Descrição	Dt Tombo	Tombo	Num. NF	Dt Emissão NF	Nota Emp.	Status	Valor Líq.
Ceger	ARMARIO, BAIXO, 02 PORTAS, DIMENSOES 800X500X740 MM LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	007722				BAIXADO	494.45
Ceger	ARMARIO, BAIXO, 02 PORTAS, DIMENSOES 800X500X740 MM LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7746				BAIXADO	422.95
Ceger	ARMARIO, BAIXO, 02 PORTAS, DIMENSOES 800X500X740 MM LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7752				BAIXADO	422.95
Ceger	ARMARIO, BAIXO, 02 PORTAS, DIMENSOES 800X500X740 MM LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7754				BAIXADO	422.95
Ceger	ARMARIO, BAIXO, 02 PORTAS, DIMENSOES 800X500X740 MM LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7755				BAIXADO	422.95
Ceger	ARMARIO, BAIXO, 02 PORTAS, DIMENSOES 800X500X740 MM LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7760				BAIXADO	422.95
Ceger	ARMARIO, BAIXO, 02 PORTAS, DIMENSOES 800X500X740 MM LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7761				BAIXADO	422.95
Ceger	ARMARIO, BAIXO, 02 PORTAS, DIMENSOES 800X500X740 MM LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7762				BAIXADO	422.95
Ceger	ARMARIO, MEDIO DUAS PORTAS DE GIRO, DIMENSOES 900X500X1080 MM, ACABAMENTO E PORTAS MDF, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	007721				BAIXADO	714.45
Ceger	BANCO, ESTRUTURA ACO, PROTECAO ANTIFERRUGEM, ASSENTO RIPAS, MADEIRA MACICA TARTAMENTO ANTIFUNGOS, VESTIARIO, LARGURA 1,00 M, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7744				BAIXADO	742.50

Setor	Descrição	Dt Tombo	Tombo	Num. NF	Dt Emissão NF	Nota Emp.	Status	Valor Líq.
Ceger	BANCO, ESTRUTURA ACO, PROTECAO ANTIFERRUGEM, ASSENTO RIPAS MADEIRA MACICA TARTAMENTO ANTIFUNGOS, VESTIARIO, LARGURA 1.00 M, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7745				BAIXADO	742.50
Ceger	BEBEDOURO, GELAGUA TIPO COLLUNA DE POLIPROPILENO, ALCAS LATERAIS, GARRAFAO 20 LITROS, DUAS TORNEIRAS UMA GELADA E A OUTRA AGUA NATURAL, BANDEJA DE AGUA REMOVIVEL, ATOXICO, SILENCIOSO, CAIXA 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	007720				BAIXADO	412.50
Ceger	CADEIRA, FIXA, ESTOFADA, EMPILHAVEL, SEM BRACOS, MONTADA SOBRE ARMACAO TUBULAR A O, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	007724				BAIXADO	1,044.45
Ceger	CADEIRA, FIXA, ESTOFADA, EMPILHAVEL, SEM BRACOS, MONTADA SOBRE ARMACAO TUBULAR A O, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	007725				BAIXADO	687.50
Ceger	CADEIRA, TECIDO, MATERIAL ENCOSTO ESPUMA INJETADA, ESCRITORIO, ESTRUTURA, TUBO ACO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO, ENCOSTO, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL GAS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7749				BAIXADO	433.95
Ceger	CADEIRA, TECIDO, MATERIAL ENCOSTO ESPUMA INJETADA, ESCRITORIO, ESTRUTURA, TUBO ACO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO, ENCOSTO, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL GAS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7750				BAIXADO	433.95
Ceger	CADEIRA, TECIDO, MATERIAL ENCOSTO ESPUMA INJETADA, ESCRITORIO, ESTRUTURA, TUBO ACO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO, ENCOSTO, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL GAS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7758				BAIXADO	433.95
Ceger	CAIXA DE SOM, ATIVA + PASSIVA 800W, AUTO FALANTE 15", 02 TRIPES, POTENCIA RMS 350W POTENCIA MUSICAL 800W, EMBALAGEM 1.0 PAR Placa: Chassi:	17/06/2024	7751				BAIXADO	902.00
Ceger	ESTANTE DE ACO, ABERTA, 08 PRATELEIRAS DESMONTAVEL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7729				BAIXADO	329.45
Ceger	ESTANTE DE ACO, ABERTA, 08 PRATELEIRAS DESMONTAVEL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7730				BAIXADO	329.45
Ceger	ESTANTE DE ACO, ABERTA, 08 PRATELEIRAS DESMONTAVEL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7731				BAIXADO	329.45
Ceger	ESTANTE DE ACO, ABERTA, 08 PRATELEIRAS DESMONTAVEL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7732				BAIXADO	329.45
Ceger	FOGAO, INDUSTRIAL DE CENTRO, 04 BOCAS, GRELHAS 40X40CM, FORNO PERFIL 90MM, QUEIMADORES DUPLOS, TAMANHO GRANDE, FERRO FUNDIDO, GARANTIA MINIMA 01 ANO, CAIXA 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7741				BAIXADO	1,017.50
Ceger	FREEZER, HORIZONTAL, CAPACIDADE MINIMA DE ARMAZENAMENTO 410 LITROS, COR BRANCA, GARANTIA EXPRESSA MINIMA DE 01 ANO, 2 TAMPAS BALANCEADAS, PUXADOR ERGONOMICO COM FECHADURA DE SEGURANCA, CAIXA 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7740				BAIXADO	1,567.50
Ceger	GELADEIRA, REFRIGERADOR CLEAN FROST FREE, CAPACIDADE 342 LITROS, CAIXA 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7742				BAIXADO	1,594.45
Ceger	GELADEIRA, REFRIGERADOR CLEAN FROST FREE, CAPACIDADE 342 LITROS, CAIXA 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7743				BAIXADO	1,594.45
Ceger	MAQUINA DE LAVAR ROUPA, DOMESTICA, 07 PROGRAMAS, TAMPO VIDRO TEMPERADO, TRANSPARENTE, CAPACIDADE 15 K/G, TRAVA SEGURANCA, 220 VOLTS, CAIXA 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7739				BAIXADO	1,157.75
Ceger	MESA, ANGULAR MEDINDO 1300X1300X800X800X740MM, CONSTITUIDA MDP E MDF DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA LAMINADO MELAMINICO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	007719				BAIXADO	907.50
Ceger	MESA, ANGULAR MEDINDO 1300X1300X800X800X740MM, CONSTITUIDA MDP E MDF DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA LAMINADO MELAMINICO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7759				BAIXADO	689.70
Ceger	MESA, BIRO, MDP, 02 GAVETAS, GAVETEIRO FIXO 03 GAVETAS, CHAVES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	007723				BAIXADO	409.75
Ceger	MESA, BIRO, MDP, 02 GAVETAS, GAVETEIRO FIXO 03 GAVETAS, CHAVES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7733				BAIXADO	396.00
Ceger	MESA, BIRO, MDP, 02 GAVETAS, GAVETEIRO FIXO 03 GAVETAS, CHAVES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7736				BAIXADO	396.00
Ceger	MESA, BIRO, MDP, 02 GAVETAS, GAVETEIRO FIXO 03 GAVETAS, CHAVES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7737				BAIXADO	396.00
Ceger	MESA, BIRO, MDP, 02 GAVETAS, GAVETEIRO FIXO 03 GAVETAS, CHAVES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE Placa: Chassi:	17/06/2024	7738				BAIXADO	396.00

Sector	Descrição	Dt Tombo	Tombo	Num. NF	Dt Emissão NF	Nota Emp.	Status	Valor Liq.
Ceger	MICROCOMPUTADOR, MEMORIA RAM 8GB, PROCESSADOR CORE I3, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO 64 BITS, HD 500GB, MONITOR LED 21.5", CAIXA 1.0 UNIDADE	17/06/2024	7747				BAIXADO	129.50
	Placa: Chassi:							
Ceger	MONITOR DE VIDEO, LCD OU LED, TELA DE 17" - 19", CONECTOR VGA, HDMI, CAIXA 1.0 UNIDADE	17/06/2024	7748				BAIXADO	89.90
	Placa: Chassi:							
Ceger	SUPORTE CPU, POLIPROPILENO, REGULAGEM DE LARGURA, AJUSTE PARA GABINETES, CAPACIDADE 18KG, COM RODIZIO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	17/06/2024	7756				BAIXADO	121.00
	Placa: Chassi:							
Ceger	TECLADO, NUMERICO, INSTALACAO PLUG AND PLAY, 23 TECLAS, COMPATIBILIDADE PC, NOTEBOOK, CONEXAO USB, CAIXA 1.0 UNIDADE	17/06/2024	7757				BAIXADO	4.90
	Placa: Chassi:							
TOTAL								22,188.55

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº33, 2025, que publicou o EXTRATO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº33/2025. **Onde se lê:** R\$ 242,36 (Duzentos e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos) **Leia-se:** R\$ 254,58 (Duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos). Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Bergson Gomes Bezerra
COORDENADOR JURÍDICO

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIA Nº141/2025 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **AULER GOMES DE SOUSA**, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tecnologia da Informação da Receita Estadual 4.E, matrícula 497673.1.5, lotado na Assessoria Tributária Inter Federativa do ICMS - ASTIF, desta secretaria, a **viajar** ao município de Sobral - Ce, no dia 27 de maio do corrente ano, a fim de participar da Palestra Reforma Tributária em Foco: novos regimes e suas regras, concedendo-lhe 0,5 (meia) diária, no valor unitário de R\$137,78 (cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), totalizando R\$68,89 (sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos), de acordo com o Art. 1º, inciso II do § 2º do art. 4º, art. 12 e seu § 1º, art. 16, do Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, republicado em 04 de abril de 2024 e portaria nº143/2025 de 19 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Fazenda. SECRETARIA DA FAZENDA, em Fortaleza, 07 de maio de 2025.

Guilherme França Moraes
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

PORTARIA Nº149/2025 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES**, relacionados no anexo único desta portaria, a **viajarem** aos municípios de Santa Quitéria e Canindé - Ce, a fim de realizarem Diligências Fiscais, concedendo-lhes diárias de acordo com o Art. 1º, inciso II do § 2º do art. 4º, art. 12 e seu § 1º, art. 16, do Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, republicado em 04 de abril de 2024 e portaria nº143/2025 de 19 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Fazenda. SECRETARIA DA FAZENDA, em Fortaleza, 14 de maio de 2025.

Guilherme França Moraes
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº149/2025, DE 14 DE MAIO DE 2025
DOCUMENTO DE VIAGEM Nº149/2025.

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	OBJETIVO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
ESLEY JEAN DE SOUSA NUNES	100606.1.3	AUDITOR FISCAL ADJUNTO DA RECEITA ESTADUAL 4.E	II	14 A 16/05/2025	DILIGÊNCIAS FISCAIS	2,5	137,78	344,45
REJANE DAMASCENO RODRIGUES	032970.1.2	AUDITOR FISCAL ADJUNTO DA RECEITA ESTADUAL 4.E	II	14 A 16/05/2025	DILIGÊNCIAS FISCAIS	2,5	137,78	344,45
SÉRGIO RICARDO ALVES BARROS	105809.1.9	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL 4.E	II	14 A 16/05/2025	DILIGÊNCIAS FISCAIS	2,5	137,78	344,45
TOTAL								1.033,35

*** **

PORTARIA Nº150/2025 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **FERNANDO ANTÔNIO DAMASCENO LIMA**, que exerce a função de Coordenador DNS.2, matrícula 006229.1.5, lotado na Assessoria Tributária Inter Federativa do ICMS - ASTIF, desta secretaria, a **viajar** a cidade de Brasília - DF, no período de 28 a 29 de maio do corrente ano, a fim de Assessorar o Secretário da Fazenda na 43ª Reunião Extraordinária do COMSEFAZ, concedendo-lhe 1 (uma) diária e meia, no valor unitário de R\$440,90 (quatrocentos e quarenta reais e noventa centavos), acrescidos de 50%, no valor total de R\$992,03 (novecentos e noventa e dois reais e três centavos), mais 1 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$440,90 (quatrocentos e quarenta reais e noventa centavos) e passagem aérea, para o trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA, no valor de R\$1.746,25 (mil setecentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), perfazendo um total de R\$3.179,18 (três mil cento e setenta e nove reais e dezoito centavos), de acordo com o art. 1º, inciso II do § 2º do art. 4º, art. 5º e seu parágrafo único, arts. 7º e 8º, art. 12 e seu § 1º, §1º do art. 2º, arts. 14 e 16, do Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, republicado em 04 de abril de 2024 e portaria nº143/2025 de 19 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Fazenda. SECRETARIA DA FAZENDA, em Fortaleza, 14 de maio de 2025.

Guilherme França Moraes
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

PORTARIA Nº151/2025 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **RICARDO DA SILVA REIS**, que exerce a função de Orientador de Célula DNS3, matrícula 800332-4-9, lotado na Célula de Pesquisa, Análise e Investigação - CEPAI, desta secretaria, a **viajar** a cidade de Brasília - DF, no período de 01 a 13 de junho do corrente ano, a fim de participar do 2º Curso Nacional de Operações de Inteligência Fiscal - COIF, concedendo-lhe 12 (doze) diárias e meia, no valor unitário de R\$371,98 (trezentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos), acrescidos de 50%, no valor total de R\$6.974,63 (seis mil novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos), mais 1 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$371,98 (trezentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos) e passagem aérea, para o trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA, no valor de R\$2.268,01 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais e um centavo), perfazendo um total de R\$9.614,61 (nove mil seiscentos e quatorze reais e sessenta e um centavo), de acordo com o art. 1º, inciso II do § 2º do art. 4º, arts. 7º e 8º, art. 12 e seu § 1º, §1º do art. 2º, arts. 14 e 16, do Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, republicado em 04 de abril de 2024 e portaria nº143 de 19 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Fazenda. SECRETARIA DA FAZENDA, em Fortaleza, 15 de maio de 2025.

Guilherme França Moraes
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **



PORTARIA Nº152/2025 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **TIAGO DE PAULA MENDES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual 1A, matrícula 30001524, lotado na Célula de Pesquisa, Análise e Investigação - CEPAI, desta secretaria, a **viajar** à cidade de Brasília - DF, no período de 01 a 13 de junho do corrente ano, a fim de participar do 2º Curso Nacional de Operações de Inteligência Fiscal - COIF, concedendo-lhe 12 (doze) diárias e meia, no valor unitário de R\$371,98 (trezentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos), acrescidos de 50%, no valor total de R\$6.974,63 (seis mil novecentos setenta e quatro reais e sessenta e três centavos), mais 1 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$371,98 (trezentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos) e passagem aérea, para o trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA, no valor de R\$1.991,59 (mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos), perfazendo um total de R\$9.338,20 (nove mil trezentos e trinta e oito reais e vinte centavos), de acordo com o art. 1º, inciso II do § 2º do art. 4º, arts. 7º e 8º, art. 12 e seu § 1º, §1º do art. 2º, arts. 14 e 16, do Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, republicado em 04 de abril de 2024 e portaria nº143 de 19 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Fazenda. SECRETARIA DA FAZENDA, em Fortaleza, 15 de maio de 2025.

Guilherme França Moraes
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº006/2025

O SUPERVISOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM HORIZONTE, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art. 40 da instrução normativa nº77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO CEXAT EM HORIZONTE, não atenderam a convocação feita pelo Supervisor da Célula de Execução, conforme Edital nº05 (publicado no D.O.E. de 25 de abril de 2025) RESOLVE: ● **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e ● **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Horizonte, 19 de maio de 2025.

José Osani Lopes Sampaio
SUPERVISOR DO NUAT HORIZONTE

Registre-se e publique-se.

**ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº005/2025,
RELAÇÃO DAS EMPRESAS DE QUE TRATA O EDITAL Nº04/2025**

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	06.258582-7	FRANCISCA ROSEANE DA SILVA SOUZA
02	06.608709-0	PERLOG TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS ME
03	06.640837-7	EDIGIAN DA SILVA EGIDIO
04	07.095800-9	DESTAK DISTRIBUIDORA LTDA ME
05	07.108553-0	AGRO BEZERRA A CASA DO CRIADOR LTDA
06	07.154395-3	WILLAMES QUEIROZ DE OLIVEIRA
07	07.172421-4	ELLEN VITORIA DE SOUSA DOS SANTOS
08	07.249350-0	ROBERTA GOES COSTA

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº011/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM CAUCAIA, O no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto do art.40, da Instrução Normativa Nº077/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO DE CAUCAIA, não atenderam a convocação feita pelo Orientador da Célula de Execução, conforme Edital Nº2020/0084. RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado.

Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.442903-2	22.128.822 ROSADELIA DE SOUSA E SILVA
02	06.238044-3	36.618.238 FRANCIELIO DOS SANTOS MACEDO
03	06.232958-8	39.448.762 FRANCISCA MARIANA DO NASCIMENTO TELES
04	07.036684-5	44.708.237 VANILDO DE AMORIM TEIXEIRA
05	06.167208-4	J DE NAZARENO TEOFILO LTDA
06	06.684049-0	JS COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACAO LTDA
07	06.211315-1	RUTH FERREIRA DE ASSIS ME
08	06.381650-4	S A COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
09	06.594369-4	S M DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA ME
10	06.483385-2	S Y CHO CONSTRUTORA ME
11	06.195622-8	S. R. SILVA MERCEARIA ME
12	06.608536-5	SAMARA TATIA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME
13	07.066542-7	SAMUEL EMERSON PAZ DA SILVA 60875661394
14	06.414547-6	SANDRO SILVEIRA LIMA 42356148353
15	06.402274-9	SARA MARIA AZEVEDO BORGES
16	06.945385-3	SAULO DE TARSO DO PRADO BRAGA 02740360371
17	06.376442-3	SEBASTIAO ALVES DA COSTA
18	07.084040-7	SEBASTIAO MARCOS SARAIVA
19	06.295378-8	SELIA MARIA SILVA MARITUBA MICROEMPRESA
20	06.473492-7	SEÑOR PALETA PRIMEIRO QUIOSQUE LTDA ME
21	06.065459-7	SERGIMAR CAVALCANTE BEZERRA - MICROEMPRESA
22	06.630384-2	SERV PRIME SERVICOS.CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
23	06.422775-8	SEVERINO CONRADO DA SILVA 37476122372
24	06.388324-4	SIDCLEY DE SOUZA FERREIRA
25	06.208068-7	SILVIA HELENA HONORATO SILVA MICROEMPRESA
26	06.585112-9	SILVIA LETICIA FERREIRA GOMES ME
27	06.483596-0	SOLEDADE GONCALVES DIAS ME
28	06.410127-4	SONIA GADELHA LAURINO ME
29	06.363319-1	SOURE CONFECCOES LTDA ME
30	06.420240-2	STEFAN LUCIO GOMES DOS SANTOS ME
31	06.617316-7	SUPER CHOCOLATE LTDA - ME
32	06.227139-3	SUPERMERCADO MEIRE CENTER LTDA
33	06.523968-7	TEREZINHA DUARTE LIMA ME
34	06.479502-0	TEREZINHA RODRIGUES SILVA ME
35	06.597314-3	THIAGO ACCIOLY NEPOMUCENO
36	06.454191-6	TIAGO ALVES COSTA ME
37	06.500864-2	TIAGO DE SOUSA SOARES ME
38	06.746758-0	VALDEMAR TEODORIO DOS SANTOS 81477082115
39	06.546860-0	VALDEMIRO DE JESUS DOS SANTOS MICROEMPRESA
40	06.337320-3	VALDENISIO DE LIMA FORTE ME



Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
41	06.749927-9	VALDENIZA VIEIRA DE MORAIS 89084357353
42	06.212416-1	VALDISON DA SILVA ME
43	06.588728-0	VALNEDIR PEREIRA DOS SANTOS
44	06.647340-3	VANDERLEY KENNEDY PENHA PAIVA 06162409376
45	06.200499-9	VANESSA KELLY MENDES AGUIAR ME
46	06.263391-0	VANESSA LOPES DUTRA RABELO 03825767302
47	06.582122-0	VANIELE DOS ANJOS RODRIGUES 3754168380
48	06.199312-3	VASCONCELOS PESSOA COM DE MAT DE CONSTRUÇÕES
49	06.319858-4	VERA LUCIA SILVA FERREIRA MICROEMPRESA
50	06.736412-8	VICTOR ANDRE DOS SANTOS MEDEIROS

CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, em Caucaia, 22 de maio de 2025.

Edmilson Góis Queiroz

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº012/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO E ATENDIMENTO EM AQUIRAZ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no ART, 22 da I. N. nº33/193; e CONSIDERANDO que o contribuinte da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBU-TÁRIA EM AQUIRAZ, não atendendo a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº012/2025 (publicado no D.O.E. de 09 DE ABRIL DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda – C.G.F.** o contribuinte faltoso relacionado em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado.

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.162804-2	IMETEC INDUSTRIA E COMERCIO DE FUNDIÇÃO E USINAGEM LTDA
02	06.424366-4	INPAC - INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS DO CEARA LTDA -ME
03	06.507830-6	J W GOMES LINHARES COMERCIO DE GAS LTDA
04	06.229532-2	L. C. F. DE ALBUQUERQUE LTDA
05	06.395887-2	MAIA SIMEÃO COMERCIO DE GAS LTDA ME
06	06.380274-0	SERVMASER TRANSPORTADORA LTDA

Publique-se. Cumpra-se. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Aquiraz, 22 de maio de 2025.

Julio Cesar Pessoa Dantas

MAT. 101394 1 4

SUPERVISOR DA NUAT AQUIRAZ

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº013/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO RUSSAS/NUAT QUIXADÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art.40 da Instrução Normativa 77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO QUIXADÁ, não atenderam a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº013/2025 (publicado no D.O.E. de 07 DE ABRIL DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Quixadá, 08 de maio de 2025.

José Júnior Pereira

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº013/2025, RELAÇÃO, DAS EMPRESAS DE QUE TRATA(M) O(S) EDITAL(AIS) Nº(S)013/2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.623.896-0	A R P DE MESQUITA SERVICOS
02	06.385.278-0	ALEANDRO BARROS SOUSA ME
03	07.153.363-0	AVMO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA ME
04	06.328.111-2	CARIRI EDIFICACOES, SERVICOS E CONDUCOES LTDA
05	07.205.269-4	CONSTRUTORES COMERCIO E SERVICOS LTDA
06	06.197.433-1	FRANCISCO ADRIANO OLIVEIRA MORAIS ME
07	06.481.752-0	FRANCISCO TIAGO MACEDO OLIVEIRA
08	06.821.453-7	JOAO FELIX COMERCIO DE GLP EPP
09	06.732.057-0	JUVENAL LOPES DA CUNHA ME
10	06.690.453-6	MARIA DAS DORES VIANA MACEDO ME
11	06.389.607-9	RMA COMERCIO E SERVICOS DE SAUDE LTDA
12	06.904.616-6	SOL NASCENTE INDUSTRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
13	06.538.985-9	SORVETERIA TELES LTDA

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº014/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO RUSSAS/NUAT QUIXADÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art.40 da Instrução Normativa 77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO QUIXADÁ, não atenderam a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº014/2025 (publicado no D.O.E. de 07 DE ABRIL DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Quixadá, 08 de maio de 2025.

José Júnior Pereira

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº014/2025, RELAÇÃO, DAS EMPRESAS DE QUE TRATA(M) O(S) EDITAL(AIS) Nº(S)014/2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	07.090.632-7	18.972.082 ANTONIO ERINALDO HOLANDA GOMES
02	06.985.175-1	34.221.977 JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO
03	06.175.452-8	34.756.172 JESSICA LIMA DA SILVA
04	07.228.183-9	35.963.963 FRANCISCO FLAVIO DA SILVA GONCALVES



Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
05	06.154.836-7	41.805.301 JOSE FERREIRA DE SOUSA NETO
06	06.779.623-0	ALEX DE MELO DUARTE 03742646354
07	06.281.282-3	ANDRE LUIS DE QUEIROZ ROLIM 75223872304
08	06.350.514-2	CLEOVAN FERREIRA MACIEL 89863097349
09	06.792.286-4	FRANCISCO DE ASSIS GOMES CARNEIRO 00788102303
10	06.063.985-7	FRANCISCO FLOR CANDIDO-MICROEMPRESA
11	06.740.248-8	FRANCISCO ROMULO COSTA DE OLIVEIRA 38103313840
12	06.474.708-5	FRANCISCO VANDERCLECIO DA COSTA 00226263363
13	06.743.267-0	GEOVANA DE CASTRO 07181528327
14	06.886.808-1	GEYSON ALVES MATOS 04037184303
15	06.793.969-4	JOSE ALVES PEQUENO NETO 03273107316
16	06.443.893-7	LIDUINA DE ARAUJO OLIVEIRA 89193776349
17	06.259.218-1	LUIS ANTONIO DA SILVA 63990415204
18	06.727.707-1	MARIA EUNICE TORRES COSTA 72315261368
19	06.772.179-6	RAIMUNDO NONATO DA SILVA ALVES 05848232318
20	06.645.069-1	THIAGO DIAS TOME 07523893350

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº015/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO RUSSAS/NUAT QUIXADÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art.40 da Instrução Normativa 77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO QUIXADÁ, não atenderam a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº015/2025 (publicado no D.O.E. de 08 DE ABRIL DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Quixadá, 08 de maio de 2025.

José Júnior Pereira

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº015/2025,
 RELAÇÃO, DAS EMPRESAS DE QUE TRATA(M) O(S) EDITAL(AIS) Nº(S)015/2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.579.518-0	A. M. DE OLIVEIRA FERNANDES LTDA
02	07.139.683-7	PIRANJI COM VAR DE GLP LTDA
03	07.223.601-9	POSTO B&B COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº016/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM JUAZEIRO DO NORTE – NUAT DO CRATO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 0040 da Instrução normativa nº77/2019, e CONSIDERANDO que o contribuinte da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO JUAZEIRO DO NORTE (NUAT DO CRATO), não atendendo a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital (is) nº018/2025 (publicado no D.O.E. do dia 12 de maio de 2025), RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** o(s) contribuinte(s) faltoso(s) relacionado(s) em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado.

Nº	CGF	CNPJ	RAZÃO SOCIAL
01	07.165069-5	53.128.742/0001-63	53.128.742 GETULIANO SANTOS LOURENCO
02	07.167338-5	53.313.992/0001-73	53.313.992 MARIA GILMARIA SANTOS LOURE
03	06.147258-1	06.230.061/0002-02	FRANCIVAL DOS SANTOS - ME
04	07.090158-9	48.150.620/0001-33	M MARTINHA CALDAS DA CRUZ LTDA - ME

Publique-se. Cumpra-se. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM JUAZEIRO DO NORTE (NUAT DO CRATO), em juazeiro do Norte, 27 de maio de 2025.

Cícero Ferreira de Freitas

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº017/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO RUSSAS/NUAT QUIXADÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art.40 da Instrução Normativa 77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO QUIXADÁ, não atenderam a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº017/2025 (publicado no D.O.E. de 23 DE ABRIL DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Quixadá, 08 de maio de 2025.

José Júnior Pereira

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº017/2025,
 RELAÇÃO, DAS EMPRESAS DE QUE TRATA(M) O(S) EDITAL(AIS) Nº(s)017/2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.349.367-5	10.897.781 DAMIAO GLEISON DA SILVA OLIVEIRA
02	06.120.138-3	31.802.801 LAYANE DA ROCHA FELIPE
03	06.176.015-3	38.495.173 ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA JUNIOR
04	06.263.689-8	40.571.783 JOSE GONCALVES MARTINS
05	07.024.126-0	43.913.308 MAIONE CRISTINA RODRIGUES PESSOA
06	07.048.261-6	45.451.455 NATHANAEL DE SOUZA CAVALCANTE
07	07.004.971-8	ANA BEATRIZ HERMOGENES PEREIRA 01154496392
08	06.766.084-3	ANA CIBELLY FARIAS DE SOUSA 05061425316
09	07.048.752-9	ANA KILVIA COSTA BENICIO 79394388320
10	06.736.395-4	ANA MAGNOLIA COELHO CAVALCANTE 80778992349
11	06.764.955-6	ANA WALERIA PEREIRA MOREIRA 95126309315
12	06.149.311-2	ANTONIO ADLER VIEIRA MOTA 08076185351
13	06.173.923-5	ANTONIO ASLAN HONORATO ALENCAR 05796429337
14	06.340.704-3	ANTONIO LUIZ DE PAULA PESSOA 23011505349
15	06.506.477-1	ANTONIO RUFINO NETO 656909090353



Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
16	06.787.710-9	DAYANNE ARAUJO ABREU 05873033366
17	06.257.083-8	EDGLE DA SILVA LIMA 89159560363
18	06.429.235-5	EUDAZIO FERREIRA DE MESQUITA 66784000382
19	06.222.689-4	FRANCISCO EDIGLEYTON GONCALVES DOS SANTOS 04448942333
20	06.225.820-6	HAELYO DE SOUSA ALMEIDA 06382737305
21	06.449.497-7	JANIMEIRE NOGUEIRA ELOI DA CRUZ 87468913315
22	06.757.338-0	LARISSA FIRMINO DE QUEIROZ 62020545306
23	06.147.674-9	LUCAS DO NASCIMENTO MOREIRA 43795486866
24	06.756.119-5	MARIA MARLINDA NASCIMENTO BARBOSA 92458866387
25	07.029.513-1	NAYARA NOGUEIRA COELHO 04238066375
26	06.257.372-1	PAULO RICARDO ALVES 08585527447
27	06.222.807-2	RAYANNE GOMES PIMENTEL 08390484323
28	07.011.719-5	ROMULO CESAR MARTINS LIRA 60864582358
29	06.470.956-6	SINARIA MARIA DA SILVA LIMA 05666971301
30	07.029.531-0	TAYNARA BRAGA DE SOUSA 03837361373

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº019/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO RUSSAS/NUAT QUIXADÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art.40 da Instrução Normativa 77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO QUIXADÁ, não atenderam a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº019/2025 (publicado no D.O.E. de 24 DE ABRIL DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Quixadá, 08 de maio de 2025.

José Júnior Pereira

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº019/2025,
 RELAÇÃO, DAS EMPRESAS DE QUE TRATA(M) O(S) EDITAL(AIS) Nº(s)019/2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.435.374-5	1.746.234 WILLE PIMENTA LOPES
02	06.459.386-0	22.854.203 JULIANA NARA CAVALCANTE SANTOS
03	07.122.497-1	34.731.848 MANOEL VICENTE DE LIMA
04	06.227.716-2	34.964.768 ALICE PEREIRA DO NASCIMENTO
05	06.260.312-4	ADINON FERREIRA DE SOUSA 18773050814
06	06.513.499-0	ANTONIO EDILSON BERTOLDO PEREIRA 34680632372
07	07.019.439-4	ARIANNE CAMPOS DE LIMA 47600285878
08	06.759.334-8	BRUNO ALVES COELHO MENDES 07959812365
09	06.123.707-8	DAVID MAYKLIN COUTINHO 05300447307
10	06.483.048-9	ELIANE RIBEIRO DA SILVA DE SOUSA 22724993845
11	06.478.677-3	FRANCISCO APARECIDO GOMES DE HOLANDA 02401300309
12	06.756.391-0	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA 39074463304
13	07.056.724-7	FRANCISCO FABIO NOBRE RODRIGUES 78755450300
14	06.617.542-9	FRANCISCO WELINGTON MEDEIROS FEITOSA 22325166368
15	06.121.488-4	GERLUCIA ESTACIO MASCENA 61031723307
16	06.653.233-7	HELENI LAURINDO RODRIGUES 28650537847
17	06.246.845-6	IGOR ALVES SERAFIM 60994728352
18	06.231.104-2	ISMALIA DA SILVA PEREIRA 68614683391
19	07.041.532-3	IZABEL CRISTINA MONTEIRO DE OLIVEIRA 82891800397
20	06.532.972-4	JEOVA DO NASCIMENTO COSTA 71058591304
21	06.525.765-0	JOSE EMILIANO DA SILVA 37295212841
22	06.473.402-1	KEYT ANNE VIEIRA LOPES 03028934159
23	06.519.756-9	MARCIO CLEIS JOTA DA SILVA 78201373391
24	06.576.229-0	MARIA IVANIA PINHEIRO 97273236349
25	06.904.964-5	MARIA LUCILEIDE OLIVEIRA LEMOS 00241454328
26	06.742.120-2	SANDRA DA COSTA MACHADO 62889729320
27	06.464.399-9	VANESSA LEITE CABRAL 01341208338

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº023/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO RUSSAS/NUAT QUIXADÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art.40 da Instrução Normativa 77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO QUIXADÁ, não atenderam a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº023/2025 (publicado no D.O.E. de 28 DE ABRIL DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Quixadá, 08 de maio de 2025.

José Júnior Pereira

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº023/2025, RELAÇÃO,
 DAS EMPRESAS DE QUE TRATA(M) O(S) EDITAL(AIS) Nº(S)023/2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.376.372-9	ANTONIO VALDENI DE LIMA ME
02	06.389.370-3	ANTONIO WILLIAMS PEREIRA MOTA ME
03	07.224.668-5	CJR PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME
04	06.423.531-9	FARMACIA DO TRABALHADOR DO BRASIL CEARA LTDA - FALIDO
05	06.716.247-9	FRANCISCO ARETON DE SOUSA JUNIOR ME
06	07.067.070-6	LUCAS RECICLAGEM LTDA - ME
07	07.220.999-2	M M MOTOS COMERCIO LTDA

*** **



ATO DECLARATÓRIO Nº025/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO RUSSAS/NUAT QUIXADÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art.40 da Instrução Normativa 77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO QUIXADÁ, não atenderam a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº025/2025 (publicado no D.O.E. de 29 DE ABRIL DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Quixadá, 08 de maio de 2025.

José Júnior Pereira

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº025/2025,
 RELAÇÃO, DAS EMPRESAS DE QUE TRATA(M) O(S) EDITAL(AIS) Nº(S)025/2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.603.740-9	15.621.919 AUSIRENE LAURENTINO VIEIRA
02	07.108.212-3	16.686.191 RAFAEL GOMES DA SILVA
03	06.125.024-4	35.855.076 JOAO LIMA DA SILVA NETO
04	06.226.010-3	36.189.282 JORGE OTAVIO TAVARES RODRIGUES
05	07.023.665-8	ANDERSON PEREIRA ARAUJO 09482758390
06	06.468.025-8	ANTONIO YGOR DE PAULO RODRIGUES 01353396347
07	06.972.822-4	AUMERINDO SOUSA DE AQUINO 32302720300
08	06.965.851-0	AURILENE PEREIRA DA SILVA 60841689300
09	06.419.000-5	CLAUDIANA SOARES VITOR 01299502385
10	06.350.430-8	FRANCISCA FERREIRA BARBOSA DO CARMO 00853735328
11	06.564.003-9	FRANCISCA GISLENE CARDOSO FERNANDES 03807461310
12	07.092.652-2	FRANCISCO HUMBERTO SOUSA DA SILVA 75469715353
13	06.282.698-0	FRANCISCO MATHEUS PINHEIRO PEREIRA 08099611306
14	06.403.346-5	FRANCISCO NUNES DA SILVA 89177061349
15	06.659.862-1	JOSE FRANCISCO BARBOSA DA SILVA 76675157353
16	06.354.397-4	JUCILENE SILVA SOARES 81712871315
17	06.648.167-8	KRISTIAN KERT DA PASCOA QUEIROZ 66190924387
18	06.235.161-3	MARIA ELIZETE DA SILVA 73862096300
19	06.576.954-6	MARIA LUCIANE BRITO DE ANDRADE 88004465315
20	06.616.666-7	NAHIANA DE CASTRO DA SILVA 03546451376
21	07.058.935-6	RAFAELA DA SILVA MENDES 05358292306
22	06.440.851-5	ROSANE PEREIRA BRITO DA SILVA 02615172360
23	06.773.972-5	WJARBAS DE QUEIROZ RABELO 66349664353

*** **

ATO DECLARATÓRIO Nº028/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO Russas/NUAT Quixadá, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto art.40 da Instrução Normativa 77/2019; e CONSIDERANDO que os contribuintes da circunscrição fiscal CÉLULA DE EXECUÇÃO QUIXADÁ, não atenderam a convocação feita pelo Diretor do Núcleo de Execução, conforme Edital nº028/2025 (publicado no D.O.E. de 20 DE MAIO DE 2025). RESOLVE: 1. **Baixar de ofício do Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F.** os contribuintes faltosos relacionados em listagem anexa; e 2. **Declarar inidôneos os documentos fiscais** de sua responsabilidade cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato, esclarecendo que, em sendo assim considerado, não tem validade para acobertar o trânsito de mercadorias nem conferem ao destinatário o direito de aproveitamento de crédito fiscal porventura neles destacado. CÉLULA DE EXECUÇÃO, em Quixadá, 21 de maio de 2025.

José Júnior Pereira

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXADO DATADO AO ATO DECLARATÓRIO Nº028/2025,
 RELAÇÃO, DAS EMPRESAS DE QUE TRATA(M) O(S) EDITAL(AIS) Nº(S)028/2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.364.065-1	M. ALDENORA PAULINO FERNANDES ME

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº016/2025

A SUPERVISORA DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO EM ARACATI, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 39, da Instrução Normativa Nº077/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias a contar da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecerem, através de seu dirigente ou responsável, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em ARACATI, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral Fazenda - CGF, sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM RUSSAS, NUAT ARACATI, CE, em 16 de maio de 2025.

Francisca Íris dos Reis

SUPERVISORA DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº016/2025, DE 16 DE MAIO DE 2025

Nº	CGF	NOME/RAZÃO SOCIAL
001	06.758031-9	30.245.597 LILIA MARIA RODRIGUES DE LIMA
002	06.789145-4	32.052.505 JOELMA FARIAS CHAVES
003	06.793001-8	32.297.589 ALEXIA BIANQUE RODRIGUES BENTO GONDIM
004	06.870691-0	32.750.979 MARIA ZILDENIRA DA SILVA SOUZA
005	06.762310-7	40.205.918 JOELMA CRISTINA DA SILVA CUNHA
006	06.794445-0	ADRIANA DA SILVA SOUZA 02595271300
007	06.918447-0	ANA CARLA SILVA OLIVEIRA 01350092355
008	06.904965-3	ANA PAULA BARROS DA SILVA 03574981350
009	06.905803-2	ANTONIO ALVES DOS SANTOS 72163585468
010	06.787885-7	CARLOS FERNANDO DA SILVA MARQUES 05797248328
011	06.788699-0	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
012	06.788702-3	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
013	06.788700-7	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
014	06.763605-5	ELIEL COSMO DE SOUZA 47779314391
015	06.792768-8	FRANCISCO VALDEIRTON ARAUJO 02109194340
016	06.770042-0	GERMINA DO NASCIMENTO BRAGA 06168293370
017	06.774072-3	IDAIANA ARAUJO RIBEIRO 00037314300
018	06.758986-3	JACIRA PEREIRA DE ARAUJO 01323250476
019	06.926720-0	JESSE DE FARIAS LIMA 90126513287



Nº	CGF	NOME/RAZÃO SOCIAL
020	06.784722-6	JESSICA DE MENEZES ARAUJO 06233307333
021	06.786323-0	JOAO EVANGELISTA DE FREITAS DA SILVA 00801898730
022	06.750306-3	JOSE ANTONIO CARVALHO SILVA 07919023319
023	06.934314-4	JUCILEIDE RAIMUNDA DE SOUZA 96959975468
024	06.915105-9	KATIANNE S. COSTA
025	06.783691-7	LUCIVANIA DE OLIVEIRA FREITAS BARBOSA 02415530328
026	06.768910-8	MARCIA BRAGA CORREIA RODRIGUES 01585877310
027	06.751089-2	MARCIO WELITON AUTO PECAS O MEN LTDA
028	06.762375-1	MARIA VILANI RODRIGUES INOCENCIO 63159783391
029	06.750836-7	MILIANO FERREIRA LIMA 63165376387
030	06.777607-8	PAULO VICTOR DA COSTA MAGALHAES 04068154376
031	06.925639-0	PEDRO FELIPE DE LIMA DUARTE 37431910835
032	06.755827-5	REGINALDO DA COSTA DA SILVA 78074630404
033	06.781551-0	REGINALDO DA SILVA NOGUEIRA 65929403368
034	06.769691-0	RENATO COSTA DOS SANTOS 04470830313
035	06.796810-4	RTL COMERCIAL DE RACOES TEIXEIRA LTDA
036	06.799033-9	SAMANTHA FIGUEIRA FERNANDES REIS 01375493264
037	06.821596-7	STEFANY DA SILVA SANTOS 07027025361
038	06.797283-7	VALDENISIO COSTA DE SENA 01470758318
039	06.929961-7	WAJDI RAMEZ ABI EZZEDDINE 37906100204
040	06.929893-9	WIMERSON FERREIRA DE LIMA 00691404305

*** ** *

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº018/2025

A SUPERVISORA DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO EM ARACATI, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 39, da Instrução Normativa Nº077/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias a contar da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecerem, através de seu dirigente ou responsável, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em ARACATI, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral Fazenda - CGF, sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM RUSSAS, NUAT ARACATI, CE, em 16 de maio de 2025.

Francisca Íris dos Reis
SUPERVISORA DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº018/2025, DE 16 DE MAIO DE 2025

Nº	CGF	NOME/RAZÃO SOCIAL
001	07.156483-7	11.188.184 PATRICIA MARIA SILVA ABREU
002	07.102158-2	20.077.275 JOSE WELLYNGTON DE SOUZA JUNIOR
003	07.214937-0	21.105.982 DIEGO DA SILVA BARROS
004	07.194345-5	22.062.067 JESSICA DAMASCENO DA SILVA
005	07.145300-8	25.189.752 FRANCISCO RANIERY MATIAS BRASIL
006	07.196149-6	26.250.609 BRUNO FERREIRA VITORINO
007	07.134514-0	29.930.692 FRANCISCA DEBORA EVANGELISTA DA SILVA
008	07.111633-8	30.308.517 JOELSON FERNANDES FERREIRA
009	07.153598-5	42.299.477 JOSE MARIA DA SILVA
010	07.153808-9	44.677.814 LUIZ GUILHERME ROCHA LIMA
011	07.046562-2	45.338.363 LUCAS SALES BARRETO BARBOSA
012	07.046658-0	45.345.314 FRANCISCA ELMA DE LIMA
013	07.155518-8	ANA BEATRIZ F SANTIAGO - ME
014	07.101925-1	ANTONIO VALENTE DA SILVA NETO 53361296315
015	07.050717-1	ARACATI LAZER E JARDIM LTDA - ME
016	07.198876-9	BUNNY STORE LTDA - ME
017	07.103914-7	CONSORCIO LEAL ENERGY
018	07.112050-5	CONSORCIO LEAL ENERGY FORTIM
019	07.049969-1	FRANCISCA EDILEUZA DA SILVA 02741936390
020	07.070003-6	FRANCISCA EDINEUZA DA COSTA REIS 29610850391
021	07.065332-1	GILBERTO ANGEL ALVES DA SILVA 01775842380
022	07.075586-8	GILDEAN DE LIMA SILVA 06186699307
023	07.108153-4	GILDENIO MAIA DOS SANTOS 56697880449
024	07.088807-8	IAGO BRAGA LIMA 09208687384
025	07.070234-9	ISRAEL SANTOS FACANHA 49119158890
026	07.094491-1	KAIROS WIND 1 ENERGIA S A
027	07.094485-7	KAIROS WIND 2 ENERGIA S A
028	07.122685-0	KAIROS WIND 3 ENERGIA S A
029	07.122183-2	KAIROS WIND 4 ENERGIA S.A.
030	07.122684-2	KAIROS WIND 5 ENERGIA S.A.
031	07.094462-8	KAIROS WIND 6 ENERGIA S.A.
032	07.078014-5	LOACIR FONSECA - ME
033	07.166163-8	N. B. RODRIGUES LTDA - ME
034	07.047065-0	AULO ANDRE DE OLIVEIRA DA SILVA 02748571380
035	07.135914-1	PAULO YGOR BRAGA LUCAS LTDA
036	07.066151-0	TATIANA PEREIRA PINTO DE ALMEIDA

*** ** *

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº023/2025

O DIRETOR DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO EM AQUIRAZ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o ART. 22, da I. N. Nº33/93, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em AQUIRAZ, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, terem baixadas de ofício suas inscrições no Cadastro Geral da Fazenda – C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, em AQUIRAZ, 22 de maio de 2025.

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.257666-6	PICANHA SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Publique-se. Cumpra-se. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Aquiraz, 23 de maio de 2025.

Julio Cesar Pessoa Dantas
MAT. 101394-1-4
SUPERVISOR DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE ATENDIMENTO EM AQUIRAZ

*** ** *



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº025/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o artigo 39, inciso I, § 1º da Instrução Normativa nº77, de 08 de novembro de 2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Juazeiro do Norte, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, terem baixadas de ofício suas inscrições no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se, em consequência, às penalidades previstas na legislação.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº025/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	06.669.990-8	CICERO CAMPOS DA SILVA 68829175315
02	07.012.311-0	CICERO RAFAEL OLIVEIRA SANTOS 05901714377
03	06.219.484-4	SUCUPIRA E CIA
04	07.107.059-1	V S COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Juazeiro do Norte, 23 de maio de 2025.

Cícero Ferreira de Freitas
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº026/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o artigo 39, inciso I, § 1º da Instrução Normativa nº77, de 08 de novembro de 2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Juazeiro do Norte, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se, em consequência, às penalidades previstas na legislação.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº026/2025, DE 27 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	07.172.977-1	ALBATROZ COMERCIO E DISTRIBUICAO DE LIVROS LTDA - EPP

CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Juazeiro do Norte, 27 de maio de 2025.

Cícero Ferreira de Freitas
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº026/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 39, I, da Instrução Normativa nº77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, ficam a(s) **EMPRESA(S)** de que trata a relação inclusa (abaixo), no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua publicação, **convocada(s)** a comparecer, através de seu(s) dirigente(s) ou responsável(is), a Célula de Execução da Administração Tributária em IGUATU, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter(em) baixada(s) de ofício sua(s) inscrição(ões) no Cadastro Geral da Fazenda (CGF), sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação.

Nº	CGF	RAZÃO SOCIAL
01	06.185582-0	ENGARRAFAMENTO COROA LTDA

CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Iguatu, 16 de maio de 2025.

Antonio Eugenio de Moraes Lima
ORIENTADOR CXT EM IGUATU

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº029/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM QUIXADÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art.39 da Instrução Normativa 77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Quixadá, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, terem baixadas de ofício suas inscrições no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO RUSSAS/NUAT EM QUIXADÁ, em Quixadá, 16 de maio de 2025.

José Junior Pereira
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº029/ 2025, DE 16 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	C.G.F.	FIRMA/RAZÃO SOCIAL
01	07.147.193-6	LEGUERETE COMERCIO LTDA

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº82/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM MARACANAÚ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista art. 39 da instrução normativa nº77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecerem, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Maracanaú, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, terem baixadas de ofício suas inscrições no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Maracanaú, 19 de maio de 2025.

Erivelton Cartaxo Pinto
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº82/2025, DATADO DE 09 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	06.328.313-1	DIMENSIONAL SOLUÇÕES MODULARES LTDA
02	07.192.593-7	J L B BANDEIRA LTDA
03	07.156.015-7	MATRIX EXCELENCIA EM TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº91/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 39, da instrução normativa Nº77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda



em Parangaba, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, terem baixadas de ofício suas inscrições no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Jorge Luis Vidal de Queiroz
ORIENTADORA DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº91/2025 DE 23 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	06.664.257-4	QUEIROZ DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº93/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 39, da instrução normativa Nº77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Parangaba, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, terem baixadas de ofício suas inscrições no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, em Fortaleza, 26 de maio de 2025.

Jorge Luis Vidal de Queiroz
ORIENTADORA DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº93/2025 DE 26 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	07.218.085-4	COMERCIO THAYMAR PESCADOS LTDA

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº94/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 39, da instrução normativa Nº77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, ficam as **EMPRESAS** relacionadas no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADAS** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em Parangaba, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, terem baixadas de ofício suas inscrições no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO EM PARANGABA, em Fortaleza, 26 de maio de 2025.

Jorge Luis Vidal de Queiroz
ORIENTADORA DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº94/2025 DE 26 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	07.087.093-4	LEAL E SILVA COMERCIO LTDA

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº185/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA AGUA FRIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista art.39 da Instrução Normativa 77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em AGUA FRIA, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Agua Fria, 19 de maio de 2025.

Jose Valnir de Oliveira
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº185/2025, DE 12 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	07.170.569-4	ALIFE EUFRASIO CHAVES DO NASCIMENTO LTDA

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº190/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA AGUA FRIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista art.39 da Instrução Normativa 77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em AGUA FRIA, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Agua Fria, 20 de maio de 2025.

Jose Valnir de Oliveira
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº190/2025, DE 13 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	06.642.666-9	FGFA CHOCOLATES LTDA

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº204/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA AGUA FRIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista art.39 da Instrução Normativa 77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em AGUA FRIA, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Agua Fria, 28 de maio de 2025.

Jose Valnir de Oliveira
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº204/2025, DE 22 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	06.687.518-8	DGS INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA

*** **



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº209/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA AGUA FRIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista art.39 da Instrução Normativa 77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em AGUA FRIA, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Agua Fria, 28 de maio de 2025.

Jose Valnir de Oliveira
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº209/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	07.251.915-0	F1 LOCAÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - EPP

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº211/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA AGUA FRIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista art.39 da Instrução Normativa 77/2019, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica a **EMPRESA** relacionada no Anexo Único deste Edital, no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data da sua publicação, **CONVOCADA** a comparecer, através de seus dirigentes ou responsáveis, ao órgão local da Secretaria da Fazenda em AGUA FRIA, com a finalidade de regularizar a sua situação cadastral, sob pena de, em não o fazendo, ter baixada de ofício sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda - C.G.F., sujeitando-se em consequência, às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Agua Fria, 28 de maio de 2025.

Jose Valnir de Oliveira
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº211/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

Nº DE ORDEM	CGF	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
01	06.562.877-2	FRANCISCO ROGERIO SANTIAGO DE SOUSA LTDA

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº006/2025

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o artigo 58, § 1º, inciso III, e §§ 4º e 5º da Lei nº18.185, de 29 de agosto de 2022, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte **A PEREIRA DA SILVA FILHO - ME**, CGF 07.098.555-3, CNPJ nº48.273.059/0001-80, através de seus dirigentes ou responsáveis, junto à CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE, a atender ao Termo de Intimação discriminado abaixo, no prazo de 10 dias, contados a partir de 15 (quinze) dias após a data de disponibilização ou publicação do presente Edital, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação em vigor, em consequência do não atendimento à presente intimação.

TERMO DE INTIMAÇÃO	MAF	INTIMAÇÃO
2025.23281	2025.20416	Fica o contribuinte intimado a tomar ciência do resultado do trabalho de fiscalização, qual seja: débitos de ICMS Substituição Entrada Interestadual, relacionado as notas fiscais (NF-e) de compras interestaduais registradas no sistema SITRAM, referente aos períodos 04/06/08 a 11/2023 e 05/2024, constando ainda débitos de ICMS antecipado dos meses 04, 06, e 08/2023 e do mês 05/2024, conforme relatórios do sistema SITRAM e conta corrente anexos. Informo que está suspenso o direito de espontaneidade do contribuinte conforme parágrafo único do artigo 138, do Código Tributário Nacional - CTN.

CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE, 23 de maio de 2025.

Cícero Ferreira de Freitas
ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº17/2025

O SUPERVISOR DO NÚCLEO DE AUDITORIA FISCAL DE JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o Artigo 39, § 10, do Decreto nº34.605/2022, combinado com o artigo 5º da Norma de Execução nº03/2020, FAZ SABER que o contribuinte **ELISVANDA BARBOZA DE OLIVEIRA**, CGF: 07.053520-5, fica **INTIMADO**, por meio de seu(s) dirigente(s) ou responsável(eis), no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir de 15 (quinze) dias da publicação do presente Edital, a tomar conhecimento das irregularidades detectadas na fiscalização, através do Termo de Intimação nº2025.23450, referente ao Mandado de Ação Fiscal nº2025.20327, relativo ao período 28/03/2022 a 31/12/2023, podendo no prazo acima, apresentar documentos que serão considerados na lavratura do(s) auto(s) de infração(ões), sujeitando-se, em consequência do não atendimento, às penalidades previstas na legislação em vigor. NÚCLEO DE AUDITORIA FISCAL, em Juazeiro do Norte, 20 de maio de 2025.

Napoleão Duarte Diniz Neto
SUPERVISOR DO NÚCLEO DE AUDITORIA

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº18/2025

O SUPERVISOR DO NÚCLEO DE AUDITORIA FISCAL DE JUAZEIRO DO NORTE- NUAFI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o art. 38 do Dec. 34.605/22 e art. 58, § 1º, inciso III, da lei nº18.185/22, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte **MINICUSTO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, CGF: 06.020.681-0, através de seu dirigente ou responsável, junto ao NÚCLEO DE AUDITORIA FISCAL DE JUAZEIRO DO NORTE - NUAFI a tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL nº2025.20608, referente ao período de 01/01/2020 a 16/05/2023., contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação em vigor, em consequência do não atendimento à presente intimação. NÚCLEO DE AUDITORIA FISCAL, Juazeiro do Norte, 27 de maio de 2025.

Napoleão Duarte Diniz Neto
SUPERVISOR DO NÚCLEO DE AUDITORIA

*** **

**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº025/2025
MANDADO DE AÇÃO FISCAL 2025.20712**

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os Art. 38 do Decreto 34.605/2022 e Art. 58, § 1º, inciso III, da Lei nº18.185/2022, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte: **JRN COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE RAÇÕES LTDA**, CGF nº07.136.441-2, através de seu dirigente ou responsável, junto a CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, a tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº2025.20712, com a finalidade de executar AUDITORIA FISCAL RESTRITA, no período de 01/09/2024 a 31/10/2024, por motivo de FISCALIZAÇÃO DE DÉBITOS REGISTRADOS NO SITRAM. Fica caracterizada a cientificação decorrido o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste EDITAL, cessando os efeitos da espontaneidade prevista no parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Iguaçu, 19 de maio de 2025.

Antonio Eugenio de Moraes Lima
ORIENTADOR DA CEXAT EM IGUATU

*** **

**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº026/2025
MANDADO DE AÇÃO FISCAL 2025.20742**

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os Art. 38 do Decreto 34.605/2022 e Art. 58, § 1º, inciso III, da Lei nº18.185/2022, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte: **FRANCISCO ELITON BARBOSA DA SILVA ME**, CGF nº06.563.234-6, através de seu dirigente ou responsável, junto a CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, a tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº2025.20742, com a finalidade de executar AUDITORIA FISCAL RESTRITA, no período de 01/09/2024 a 31/10/2024, por motivo de FISCALIZAÇÃO DE DÉBITOS REGISTRADOS NO SITRAM. Fica caracterizada a cientificação decorrido o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste EDITAL, cessando os efeitos da espontaneidade prevista no parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Iguaçu, 19 de maio de 2025.



TRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, a tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº2025.20742, com a finalidade de executar AUDITORA FISCAL RESTRITA, no período de 01/04/2020 a 31/07/2021, por motivo de FISCALIZAÇÃO DE DÉBITOS REGISTRADOS NO SITRAM. Fica caracterizada a cientificação decorrido o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste EDITAL, cessando os efeitos da espontaneidade prevista no parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, em Iguatu, 19 de maio de 2025.

Antonio Eugenio de Moraes Lima
ORIENTADOR DA CEXAT EM IGUATU

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº027/2025
MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº2025.20726

O ORIENTADOR DA CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os Arts. 38 do Decreto 34.605/2022 e Art. 58, § 1º, inciso III, da Lei nº18.185/2022, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o contribuinte: **BONFIM ISRAEL DA SILVA CONSTRUCAO ME** CGF nº06.623.085-3, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, a tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº2025.20726, com a finalidade de executar AUDITORIA FISCAL RESTRITA, no período de 01/11/2019 A 31/08/2024, por motivo de FISCALIZAÇÃO DE DÉBITOS REGISTRADOS NO SITRAM, fica caracterizada a cientificação decorrido o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste EDITAL, cessando os efeitos da espontaneidade prevista no parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM IGUATU, 19 de maio de 2025.

Antonio Eugenio de Moraes Lima
ORIENTADOR DA CXT EM IGUATU

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº74/2025 – CONAT

A SECRETARIA-GERAL DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT, nos termos do artigo 58, § 1º, inciso III e § 4º, da Lei nº18.185/2022, faz saber que os sujeitos passivos **NOMINADOS** no anexo único, ficam **INTIMADOS** para, no prazo legal de 20 (vinte) dias úteis, recolher o crédito tributário exigido nos respectivos processos ou interpor recurso extraordinário. A contagem do prazo acima será iniciada 15 (quinze) dias após a publicação oficial do presente edital, conforme estabelecido no artigo 73, inciso IV do Decreto nº35.010/2022. Esclarecemos que a decisão ora comunicada, poderá ser objeto, também, de recurso extraordinário pela Procuradoria - Geral do Estado, no prazo legal de 40 (quarenta) dias úteis. Em caso de nenhuma manifestação da parte intimada nos prazos acima citados, o processo será enviado à Dívida Ativa, para consequente execução do débito pela Procuradoria-Geral do Estado. Fortaleza – CE, 22 de maio de 2025.

Ana Paula Figueiredo Porto
ASSESSORA TÉCNICA DO CONAT

ANEXO ÚNICO DO EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº74/2025 – CONAT

RAZÃO SOCIAL	CADASTRO CGF/CPF/CNPJ	AUTO DE INFRAÇÃO	RESULTADO DO JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA	DÉBITO ATUALIZADO ATÉ A DATA DO EDITAL (R\$)
CERVEJARIA PETROPOLIS S/A	06.428903-6	1/202106531	PARCIAL PROCEDENTE	1.370,08
GLOBAL VILLAGE TELECOM SA	06.387806-2	1/201413234	PARCIAL PROCEDENTE	136.788,01
INDUSTRIAS ELETRICAS ELITE S A INELSA	06.083740-3	1/201700708	PARCIAL PROCEDENTE	53.653,92
EDMUNDO PEREIRA BARBOSA STEEL COMPANY ME	06.215957-7	1/201606539	PARCIAL PROCEDENTE	85.862,79

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº75/2025 – CONAT

A SECRETARIA-GERAL DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT, nos termos do artigo 58, § 1º, inciso III e § 4º, da Lei nº18.185/2022, faz saber que os sujeitos passivos, **NOMINADOS** no Anexo Único deste Edital, ficam **INTIMADOS** a tomar conhecimento que o recurso extraordinário aos autos de infração relacionados foram indeferidos, após análise pelo Presidente do Conat, conforme estabelecido no §1º do artigo 73 da Lei nº18.185/2022. Como a decisão não é recorrível, deverão ser recolhidos os valores dos créditos tributários dos respectivos autos de infração no prazo legal de 20 (vinte) úteis, contados a partir desta intimação, sob pena de inscrição na Dívida Ativa e consequente execução do débito pela Procuradoria Geral do Estado. A contagem do prazo acima será iniciada 15 (quinze) dias após a publicação oficial do presente Edital, conforme estabelecido no artigo 73, inciso IV do Decreto nº35.010/2022. Fortaleza – CE, 22 de maio de 2025.

Ana Paula Figueiredo Porto
ASSESSORA TÉCNICA DO CONAT

ANEXO ÚNICO DO EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº75/2025 – CONAT

NOME	CADASTRO CGF/CPF/CNPJ	AUTO DE INFRAÇÃO	PROCESSO
A P ARAGAO LOPES INDUSTRIA DE ARGAMASSA EIRELI ME	06.663888-7	1/201811986	1/4946/2018
A P ARAGAO LOPES INDUSTRIA DE ARGAMASSA EIRELI ME	06.663888-7	1/201811987	1/4945/2018

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº76/2025 – CONAT

A SECRETARIA-GERAL DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT, nos termos do artigo 58, § 1º, inciso III e § 4º, da Lei nº18.185/2022, faz saber que os sujeitos passivos **NOMINADOS** no anexo único, ficam **INTIMADOS** para, no prazo legal de 20 (vinte) dias úteis, recolher o crédito tributário exigido nos respectivos processos ou interpor recurso extraordinário. A contagem do prazo acima será iniciada 15 (quinze) dias após a publicação oficial do presente edital, conforme estabelecido no artigo 73, inciso IV do Decreto nº35.010/2022. Esclarecemos que a decisão ora comunicada, poderá ser objeto, também, de recurso extraordinário pela Procuradoria - Geral do Estado, no prazo legal de 40 (quarenta) dias úteis. Em caso de nenhuma manifestação da parte intimada nos prazos acima citados, o processo será enviado à Dívida Ativa, para consequente execução do débito pela Procuradoria-Geral do Estado. Fortaleza – CE, 27 de maio de 2025.

Ana Paula Figueiredo Porto
ASSESSORA TÉCNICA DO CONAT

ANEXO ÚNICO DO EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº76/2025 – CONAT

RAZÃO SOCIAL	CADASTRO CGF/CPF/CNPJ	AUTO DE INFRAÇÃO	RESULTADO DO JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA	DÉBITO ATUALIZADO ATÉ A DATA DO EDITAL (R\$)
OTICA MARIZ LTDA	06.201832-9	1/201519480	PARCIAL PROCEDENTE	6.166.916,90
OTICA MARIZ LTDA	06.201832-9	1/201519479	PARCIAL PROCEDENTE	46.922,42
OTICA MARIZ LTDA	06.201832-9	1/201519481	PARCIAL PROCEDENTE	809.913,35
DPC DISTRIBUIDORA DO CEARA LTDA	06.995628-6	1/201720797	PARCIAL PROCEDENTE	8.092,35
DRICOS MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA	06.630566-7	1/201809688	PARCIAL PROCEDENTE	7.813.386,58

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº77/2025 – CONAT

A SECRETARIA-GERAL DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT, nos termos do artigo 58, § 1º, inciso III e § 4º, da Lei nº18.185/2022, faz saber que os sujeitos passivos, **NOMINADOS** no Anexo Único deste Edital, ficam **INTIMADOS** a tomar conhecimento que o recurso extraordinário aos autos de infração relacionados foram deferidos, após análise pelo Presidente do Conat, conforme estabelecido no §1º do artigo 73 da Lei nº18.185/2022. Informamos que poderão ser interpostas contrarrazões pela Procuradoria Geral do Estado, no prazo de 40 (quarenta) dias úteis, contados a partir desta intimação, conforme estabelecido no § 3º do artigo 52 da Lei nº18.185/2022. Decorrido o prazo supracitado, o processo será encaminhado à Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários, para inclusão em pauta de julgamento. A data da sessão será comunicada às partes interessadas no processo. A contagem do prazo acima será iniciada 15 (quinze) dias após a publicação oficial do presente Edital, conforme estabelecido no artigo 73, inciso IV do Decreto nº35.010/2022. Fortaleza – CE, 27 de maio de 2025.

Ana Paula Figueiredo Porto
ASSESSORA TÉCNICA DO CONAT

ANEXO ÚNICO DO EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº77/2025 – CONAT

NOME	CADASTRO CGF/CPF/CNPJ	AUTO DE INFRAÇÃO	PROCESSO
VIVO S/A	06.356722-9	1/201613970	1/2492/2016

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº119/2025 - CESEC

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS-CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o art. 39 do Decreto 34.605/22, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o **CONTRIBUINTE** relacionado no Anexo Único deste Edital para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL CESEC, dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias, contados a partir de 15 (quinze) dias após a publicação ou afixação deste Edital, impugnar o respectivo AUTO DE INFRAÇÃO ou recolher o lançado e correspondente Crédito Tributário. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL – CESEC, em Fortaleza, 15 de maio de 2025.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº119/2025 CESEC

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	AUTO DE INFRAÇÃO
01	07.165.066-0	CAPS SOBRAL - UNIDADE SOBRAL SHOPPING LTDA - EPP	2025.23871

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº122/2025-CESEC

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS - CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o art. 39 do Decreto 34.605/22, FAZ SABER que o **CONTRIBUINTE** relacionado no Anexo Único deste Edital fica **INTIMADO** do TERMO DE CONCLUSÃO DA AÇÃO FISCAL relacionado no Anexo Único deste Edital; para retomar à sua guarda os seus livros e documentos utilizados na ação Fiscal ora encerrada, caso ainda não o tenha feito; e para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL – CESEC, dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital (art. 79, inciso IV e art. 80, inciso IV, da lei nº15.614/14), impugnar(em) o(s) AUTO(S) DE INFRAÇÃO relacionado(s), (NºAUTO DE INFRAÇÃO: 2025.23871) no presente Termo de Conclusão da Ação fiscal ou recolher o valor lançado, correspondente a Crédito Tributário. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL – CESEC, em Fortaleza, 15 de maio de 2025.

Maria Cristina de Moura Goes

ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº122/2025 CESEC

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	TERMO DE CONCLUSÃO DA AÇÃO FISCAL
01	07.165.066-0	CAPS SOBRAL - UNIDADE SOBRAL SHOPPING LTDA - EPP	2025.20579

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº127/2025 - CESEC

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS-CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o art. 39 do Decreto 34.605/22, FAZ SABER que fica **INTIMADO** o **CONTRIBUINTE** relacionado no Anexo Único deste Edital para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL CESEC, dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias, contados a partir de 15 (quinze) dias após a publicação ou afixação deste Edital, impugnar o respectivo AUTO DE INFRAÇÃO ou recolher o lançado e correspondente Crédito Tributário. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL – CESEC, em Fortaleza, 15 de maio de 2025.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº127/2025 CESEC

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	AUTO DE INFRAÇÃO
01	06.446.942-5	THALES DO NASCIMENTO SANTOS ME	2025.24248

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº132/2025-CESEC

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS - CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o art. 39 do Decreto 34.605/22, FAZ SABER que o **CONTRIBUINTE** relacionado no Anexo Único deste Edital fica **INTIMADO** do TERMO DE CONCLUSÃO DA AÇÃO FISCAL relacionado no Anexo Único deste Edital; para retomar à sua guarda os seus livros e documentos utilizados na ação Fiscal ora encerrada, caso ainda não o tenha feito; e para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL – CESEC, dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital (art. 79, inciso IV e art. 80, inciso IV, da lei nº15.614/14), impugnar(em) o(s) AUTO(S) DE INFRAÇÃO relacionado(s), (NºAUTO DE INFRAÇÃO: 2025.24492 e 2025.24546) no presente Termo de Conclusão da Ação fiscal ou recolher o valor lançado, correspondente a Crédito Tributário. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL – CESEC, em Fortaleza, 16 de maio de 2025.

Maria Cristina de Moura Goes

ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº132/2025 CESEC

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	TERMO DE CONCLUSÃO DA AÇÃO FISCAL
01	06.180517-3	MR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	2025.20596

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº138/2025-CESEC

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS-CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na legislação vigente, FAZ SABER que o contribuinte **LABORATÓRIO MADREVITA LTDA**, CGF: 06.830.288-6, fica **INTIMADO**, para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL-CESEC, cumprir a respectiva obrigação tributária, relacionada no Anexo Único deste Edital, dentro do prazo de 10 (DEZ) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital tomar ciência do TERMO DE INTIMAÇÃO Nº2025.23624. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL-CESEC, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº140/2025-CESEC

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS-CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na legislação vigente, FAZ SABER que o contribuinte **MAURICIO DE LIMA MARTINS ME**, CGF: 06.526.104-6, fica **INTIMADO**, para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL-CESEC, cumprir a respectiva obrigação tributária, relacionada no Anexo Único deste Edital, dentro do prazo de 10 (DEZ) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital tomar ciência do TERMO DE INTIMAÇÃO Nº2025.23623. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL-CESEC, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

*** **



EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº141/2025-CESEC

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS-CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na legislação vigente, FAZ SABER que o contribuinte **MAURICIO DE LIMA MARTINS ME**, CGF: 06.526.104-6, fica **INTIMADO**, para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL-CESEC, cumprir a respectiva obrigação tributária, relacionada no Anexo Único deste Edital, dentro do prazo de 10 (DEZ) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital tomar ciência do TERMO DE INTIMAÇÃO Nº2025.23625. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL-CESEC, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

*** **

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº142/2025-CESEC

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS-CESEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na legislação vigente, FAZ SABER que o contribuinte **MAURICIO DE LIMA MARTINS ME**, CGF: 06.526.104-6, fica **INTIMADO**, para, através de seu dirigente ou responsável, junto à CÉLULA DE GESTÃO FISCAL-CESEC, cumprir a respectiva obrigação tributária, relacionada no Anexo Único deste Edital, dentro do prazo de 10 (DEZ) dias, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital tomar ciência do TERMO DE INTIMAÇÃO Nº2025.23626. CÉLULA DE GESTÃO FISCAL-CESEC, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Maria Cristina de Moura Goes

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO FISCAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Registre-se e publique-se.

*** **

**EDITAL DE INTIMAÇÃO 12/2025
EDITAL PARA MANDADO DE AÇÃO FISCAL: 12/2025**

O SUPERVISOR DO NÚCLEO DE AUDITORIA FISCAL DE JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os Arts. 38 do Dec. 34.605/22 e art. 58, § 1º, inciso III, da Lei nº18.185/22, FAZ SABER que fica contribuinte intimado **ELASTOMER INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA.**, CGF 06.655297-4, através de seu dirigente ou responsável, junto ao NÚCLEO DE AUDITORIA FISCAL EM JUAZEIRO DO NORTE – NUAFI a **tomar ciência do MANDADO DE AÇÃO FISCAL Nº2025.20614**, referente ao período de 01/01/2020 a 04/10/2024, contados a partir de 15 (QUINZE) dias após a publicação deste Edital, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação em vigor, em consequência do não atendimento à presente intimação. NÚCLEO DE AUDITORIA FISCAL, JUAZEIRO DO NORTE, 12 de maio de 2025.

Napoleão Duarte Diniz Neto

SUPERVISOR DO NÚCLEO DE AUDITORIA.

*** **

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº63, de 26 de maio de 2025.

ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº13, DE 18 DE JUNHO DE 2008, E A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº10, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso III do art. 93 da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a necessidade de alterar a Instrução Normativa nº13, de 18 de junho de 2008, e a Instrução Normativa nº10, de 24 de janeiro de 2024, RESOLVE:

Art. 1.º A Instrução Normativa nº13, de 18 de junho de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o art. 2.º, com nova redação do caput e do § 4.º:

“Art. 2.º A exclusão de ofício de empresa optante pelo Simples Nacional e pelo SIMEI far-se-á após monitoramento, fiscalização ou procedimento administrativo realizado por servidor fazendário, sempre que constatado que a empresa incorreu em alguma das hipóteses de vedação previstas no art. 17 ou nas situações de que trata o art. 29, ambos constantes na Lei Complementar nº123, de 2006.

(...)

§ 4.º Antes de quaisquer procedimentos com vistas à exclusão de ofício de empresas optantes pelo Simples Nacional ou SIMEI ou à suspensão da inscrição no CGF, as empresas serão notificadas para autorregularização, quando esta for admitida pela legislação, não se aplicando o disposto neste artigo nas hipóteses de eventos tratados automaticamente no âmbito do CNPJ.

(...)” (NR)

II - acréscimo do art. 2.º-B:

“Art. 2.º-B. Relativamente às hipóteses de exclusão de ofício de contribuinte optante pelo Simples Nacional motivada pela constatação de que a empresa praticou infrações as quais tenham sido objeto da lavratura de auto de infração, o “Termo de Exclusão do Simples Nacional”, de que trata o art. 3.º desta Instrução Normativa, será emitido por servidor fazendário somente após o auto se tornar irrecorrível na esfera administrativa, devendo o Contencioso Administrativo Tributário (CONAT), quando for o caso, comunicar a COATE para que adote as providências cabíveis no sentido de excluir de ofício a empresa na forma desta Instrução Normativa.” (NR)

Art. 2.º A Instrução Normativa nº10, de 24 de janeiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o inciso II do caput do art. 10 com alteração corretiva do desdobramento de suas alíneas, de modo a se reclassificar a alínea “c” para “a” e a alínea “d” para “b”;

II - nova redação do art. 11:

“Art. 11. Em conformidade com o disposto no art. 13, § 1.º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, o lançamento, a apuração e o recolhimento do ICMS devido por contribuinte optante pelo Simples Nacional cuja receita omitida se relacione com operação ou prestação desacobertada do correspondente documento fiscal serão efetuados mediante a observância das regras da legislação tributária cearense aplicáveis às demais pessoas jurídicas, especialmente o art. 10 desta Instrução Normativa, bem como do seguinte:

I - para fins de realização da ação fiscal, serão utilizados:

a) os procedimentos administrativos fiscais e documentos de autuação previstos na legislação tributária cearense, ficando ressalvado que os documentos de autuação e lançamento fiscal poderão ser lavrados também somente em relação ao estabelecimento objeto da ação fiscal;

b) o Sistema de Controle da Ação Fiscal eletrônico (CAF-e), de que trata o Decreto nº33.943, de 23 de fevereiro de 2021, sem prejuízo do registro da ação fiscal no Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso (SEFISC), para fins de compartilhamento;

II - não será efetuado o registro no SEFISC de lançamento fiscal que trate exclusivamente de autuação por descumprimento de obrigação acessória prevista na legislação estadual;

III - a ação fiscal e o lançamento serão realizados apenas em relação ao ICMS, sem prejuízo da autuação para fins de aplicação das penalidades cabíveis, previstas na legislação tributária cearense;

IV - o pagamento do crédito tributário sujeitar-se-á às normas previstas na legislação cearense relativas ao ICMS, e será efetuado por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE);

V - a aplicação do disposto neste artigo independe da formalização de processo de exclusão de ofício do contribuinte do Simples Nacional, a ser realizado, quando for o caso, na forma da Instrução Normativa nº13, de 18 de junho de 2008, observado o disposto em seu art. 2.º-B.” (NR)

III - nova redação ao art. 12:

“Art. 12. Aplicam-se à Microempresa (ME) e à Empresa de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional todas as presunções de omissão de receita existentes na legislação tributária cearense relativas ao ICMS, em conformidade com o que prescreve o art. 91 da Resolução CGSN nº140, de 2018, bem como o inciso III do § 10 do art. 146 da Lei nº18.665, de 2023.” (NR)

Art. 3.º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - relativamente ao disposto em seu art. 1.º, a partir da data de sua publicação;

II - no que se refere ao seu art. 2.º, a partir de 30 de janeiro de 2024.

Parágrafo único. Aplicam-se os efeitos desta Instrução Normativa inclusive para as ações fiscais já iniciadas ao tempo da sua publicação.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de maio de 2025.

Fabrizio Gomes Santos

SECRETÁRIO DA FAZENDA

*** **



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O Governo do Estado **apresenta o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 2º bimestre/2025**, composto dos (Anexo 1 - Balanço Orçamentário, Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção, Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Anexo 4 - Receitas e Despesas Previdenciárias dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores, Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, Anexo 12 - Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, Anexo 12 - Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executada em Consórcios Públicos, Anexo 13 - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas e Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária) de acordo com os artigos 52 e 53 da LRF, abrangendo todos os poderes e o Ministério Público. O Poder Executivo apresenta também o relatório da Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre/2025, previsto nos artigos 54 e 55 da LRF, composto de quadros comparativos contendo os limites estabelecidos na referida Lei. Publicado no DOE de 30 de maio de 2025.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Emitido em: 26/05/25 15:15

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A)	
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.219.866.854,00	42.617.081.881,93	6.351.936.728,95	14,90	13.462.655.092,91	31,59	29.154.426.789,02
RECEITAS CORRENTES	37.739.232.093,00	37.925.023.480,26	6.239.391.901,28	16,45	13.034.750.315,69	34,37	24.890.273.164,57
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	17.090.277.827,00	17.090.077.827,00	2.812.019.895,99	16,45	5.714.555.832,80	33,44	11.375.521.994,20
Impostos	16.002.885.538,00	16.002.885.538,00	2.621.481.700,22	16,38	5.331.075.818,30	33,31	10.671.809.719,70
Taxas	1.087.392.289,00	1.087.192.289,00	190.538.195,77	17,53	383.480.014,50	35,27	703.712.274,50
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.835.338.084,00	1.835.338.084,00	272.247.260,40	14,83	399.001.303,56	21,74	1.436.336.780,44
Contribuições Sociais	1.835.338.084,00	1.835.338.084,00	272.247.260,40	14,83	399.001.303,56	21,74	1.436.336.780,44
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	816.172.919,00	828.050.355,14	198.474.081,52	23,97	370.235.818,81	44,71	457.814.536,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	12.165.731,00	12.165.731,00	1.516.915,69	12,47	3.079.482,35	25,31	9.086.248,65
Valores Mobiliários	610.017.380,00	621.894.816,14	184.737.521,79	29,71	350.224.053,51	56,32	271.670.762,63
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	6.170.405,00	6.170.405,00	1.024.607,49	16,61	2.075.121,57	33,63	4.095.283,43
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	187.819.403,00	187.819.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.819.403,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	11.195.036,55	0,00	14.857.161,38	0,00	-14.857.161,38
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	160,00	0,00	240,00	0,00	-240,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	609.727.968,00	609.241.665,21	158.462.649,25	26,01	281.381.117,13	46,19	327.860.548,08
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	208.694.317,00	208.208.014,21	88.822.031,17	42,66	144.259.528,39	69,29	63.948.485,82
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	160.983.651,00	160.983.651,00	30.194.706,20	18,76	30.230.746,05	18,78	130.752.904,95
Serviços e Atividades referentes à Saúde	240.000.000,00	240.000.000,00	37.429.784,02	15,60	59.786.998,31	24,91	180.213.001,69
Serviços e Atividades Financeiras	50.000,00	50.000,00	2.016.127,86	4.032,26	47.103.844,38	94.207,69	-47.053.844,38
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.517.152.864,00	16.690.508.876,83	2.634.067.042,18	15,78	5.933.234.253,73	35,55	10.757.274.623,10
Transferências da União e de suas Entidades	14.156.626.768,00	14.329.982.780,83	2.240.981.182,75	15,64	5.082.564.892,89	35,47	9.247.417.887,94
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	64.492.507,00	64.492.507,00	9.008.546,11	13,97	17.772.996,67	27,56	46.719.510,33
Transferências de Instituições Privadas	45.033.589,00	45.033.589,00	8.176.050,96	18,16	8.741.386,68	19,41	36.292.202,32
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.251.000.000,00	2.251.000.000,00	375.901.262,36	16,70	824.154.977,49	36,61	1.426.845.022,51
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	870.562.431,00	871.806.672,08	164.120.811,94	18,83	336.341.749,66	38,58	535.464.922,42
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	206.833.084,00	207.705.689,58	35.816.917,38	17,24	73.042.784,92	35,17	134.662.904,66
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	144.428.573,00	144.800.208,50	30.235.137,96	20,88	70.658.365,77	48,80	74.141.842,73
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	4.796,44	0,00	10.441,19	0,00	-10.441,19
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	519.300.774,00	519.300.774,00	98.063.960,16	18,88	192.630.157,78	37,09	326.670.616,22
RECEITAS DE CAPITAL	3.480.634.761,00	4.692.058.401,67	112.544.827,67	2,40	427.904.777,22	9,12	4.264.153.624,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.446.260.857,00	3.668.495.929,61	100.133.865,37	2,73	403.548.594,39	11,00	3.264.947.335,22
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.515.525.693,00	2.738.078.044,28	975.022,26	0,04	280.541.637,98	10,25	2.457.536.406,30
Operações de Crédito - Mercado Externo	930.735.164,00	930.417.885,33	99.158.843,11	10,66	123.006.956,41	13,22	807.410.928,92
ALIENAÇÃO DE BENS	70.722.911,00	70.722.911,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.722.911,00
Alienação de Bens Móveis	722.911,00	722.911,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722.911,00
Alienação de Bens Imóveis	70.000.000,00	70.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	50.000.000,00	50.000.000,00	10.351.821,89	20,70	18.799.566,02	37,60	31.200.433,98
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	913.650.993,00	902.839.561,06	2.059.140,41	0,23	5.556.616,81	0,62	897.282.944,25
Transferências da União e de suas Entidades	904.439.096,00	893.627.664,06	2.059.140,41	0,23	5.556.616,81	0,62	888.071.047,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.120.100,00	1.120.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120.100,00
Transferências de Instituições Privadas	2.091.797,00	2.091.797,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.091.797,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A)	
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.089.055.799,00	3.089.055.799,00	441.493.227,15	14,29	768.096.940,09	24,87	2.320.958.858,91
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	44.308.922.653,00	45.706.137.680,93	6.793.429.956,10	14,86	14.230.752.033,00	31,14	31.475.385.647,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	2.800.000.000,00	0,00	0,00	2.728.240.500,00	97,44	71.759.500,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	2.800.000.000,00	0,00	0,00	2.728.240.500,00	97,44	71.759.500,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	2.800.000.000,00	0,00	0,00	2.728.240.500,00	97,44	71.759.500,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	44.308.922.653,00	48.506.137.680,93	6.793.429.956,10	14,01	16.958.992.533,00	34,96	31.547.145.147,93
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	44.308.922.653,00	48.506.137.680,93	6.793.429.956,10	14,01	16.958.992.533,00	34,96	31.547.145.147,93
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.206.162.604,41	0,00	0,00	2.206.162.604,41	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	2.206.162.604,41	0,00	0,00	2.206.162.604,41	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (D)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (J)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (K)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (F)	SALDO (G) = (E-F)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (H)	SALDO (I) = (E-H)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	40.887.990.435,00	44.411.979.541,50	6.760.411.381,42	12.155.329.420,64	32.256.650.120,86	6.535.105.518,82	11.436.013.888,92	32.975.965.652,58	10.938.493.525,45	
DESPESAS CORRENTES	35.589.538.283,00	36.556.254.342,66	5.826.942.490,04	10.664.401.382,88	25.891.852.959,78	5.604.497.846,28	10.099.613.444,62	26.456.640.898,04	9.621.165.524,84	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.685.601.485,00	20.990.571.765,50	3.211.057.047,38	6.149.777.011,10	14.840.794.754,40	3.198.898.232,85	6.125.320.880,86	14.865.250.884,64	5.708.493.253,37	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.022.586.058,00	1.055.483.047,19	171.319.547,09	480.404.278,22	575.078.768,97	171.319.547,09	480.404.278,22	575.078.768,97	480.404.278,22	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.881.350.740,00	14.510.199.529,97	2.444.565.895,57	4.034.220.093,56	10.475.979.436,41	2.234.280.066,34	3.493.888.285,54	11.016.311.244,43	3.432.267.993,25	
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	13.881.350.740,00	14.510.199.529,97	2.444.565.895,57	4.034.220.093,56	10.475.979.436,41	2.234.280.066,34	3.493.888.285,54	11.016.311.244,43	3.432.267.993,25	
DESPESAS DE CAPITAL	5.273.452.152,00	7.830.725.198,84	933.468.891,38	1.490.928.037,76	6.339.797.161,08	930.607.672,54	1.336.400.444,30	6.494.324.754,54	1.317.328.000,61	
INVESTIMENTOS	3.545.775.603,00	5.136.356.391,13	593.738.180,28	823.122.659,45	4.313.233.731,68	594.026.961,44	671.745.065,99	4.464.611.325,14	652.672.622,30	
INVERSÕES FINANCEIRAS	141.044.046,00	213.741.698,14	15.333.663,96	30.783.684,96	182.958.013,18	12.183.663,96	27.633.684,96	186.108.013,18	27.633.684,96	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.586.632.503,00	2.480.627.109,57	324.397.047,14	637.021.693,35	1.843.605.416,22	324.397.047,14	637.021.693,35	1.843.605.416,22	637.021.693,35	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.089.055.799,00	3.244.475.663,53	542.908.517,27	979.210.127,75	2.265.265.535,78	497.179.616,17	882.351.678,93	2.362.123.984,60	772.910.046,10	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.977.046.234,00	47.656.455.205,03	7.303.319.898,69	13.134.539.548,39	34.521.915.656,64	7.032.285.134,99	12.318.365.567,85	35.338.089.637,18	11.711.403.571,55	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	2.739.168.661,26	0,00	2.667.409.161,26	71.759.500,00	0,00	2.667.409.161,26	71.759.500,00	2.667.409.161,26	
Amortização da Dívida Interna	0,00	2.739.168.661,26	0,00	2.667.409.161,26	71.759.500,00	0,00	2.667.409.161,26	71.759.500,00	2.667.409.161,26	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	2.739.168.661,26	0,00	2.667.409.161,26	71.759.500,00	0,00	2.667.409.161,26	71.759.500,00	2.667.409.161,26	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	43.977.046.234,00	50.395.623.866,29	7.303.319.898,69	15.801.948.709,65	34.593.675.156,64	7.032.285.134,99	14.985.774.729,11	35.409.849.137,18	14.378.812.732,81	
SUPERÁVIT (XIII)				1.157.043.823,35			1.973.217.803,89		2.580.179.800,19	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	43.977.046.234,00	50.395.623.866,29	7.303.319.898,69	16.958.992.533,00		7.032.285.134,99	16.958.992.533,00		16.958.992.533,00	
RESERVA DO RPPS	331.876.419,00	331.876.419,00	0,00	0,00	331.876.419,00	0,00	0,00	331.876.419,00	0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.089.055.799,00	3.089.055.799,00	441.493.227,15	14,29	768.096.940,09	24,87	2.320.958.858,91
RECEITAS CORRENTES	3.089.055.799,00	3.089.055.799,00	441.493.227,15	14,29	768.096.940,09	24,87	2.320.958.858,91
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	887.934,00	887.934,00	1.396,70	0,16	4.469,42	0,50	883.464,58
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	887.934,00	887.934,00	1.396,70	0,16	4.469,42	0,50	883.464,58
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.153.446.247,00	2.153.446.247,00	340.369.726,17	15,81	530.503.262,58	24,64	1.622.942.984,42
Contribuições Sociais	2.153.446.247,00	2.153.446.247,00	340.369.726,17	15,81	530.503.262,58	24,64	1.622.942.984,42
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A)	
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	344.053.285,00	344.053.285,00	4.435.299,26	1,29	8.870.598,61	2,58	335.182.686,39
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	344.053.285,00	344.053.285,00	4.435.299,26	1,29	8.870.598,61	2,58	335.182.686,39
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	590.668.333,00	590.668.333,00	96.686.805,02	16,37	228.718.609,48	38,72	361.949.723,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	553.080.201,00	553.080.201,00	91.864.053,50	16,61	218.723.920,19	39,55	334.356.280,81
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	37.588.132,00	37.588.132,00	4.822.751,52	12,83	9.994.689,29	26,59	27.593.442,71
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (D)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (G) = (E-F)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (E-H)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (J)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (K)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (F)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (H)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.089.055.799,00	3.244.475.663,53	542.908.517,27	979.210.127,75	2.265.265.535,78	497.179.616,17	882.351.678,93	2.362.123.984,60	772.910.046,10	
DESPESAS CORRENTES	3.058.858.292,00	3.210.884.776,39	536.183.066,39	971.905.319,29	2.238.979.457,10	495.037.160,63	880.031.142,94	2.330.853.633,45	770.619.441,59	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.163.224.148,00	2.221.032.987,32	369.070.572,83	717.109.943,13	1.503.923.044,19	324.566.189,18	641.016.051,24	1.580.016.936,08	532.182.380,06	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	895.634.144,00	989.851.789,07	167.112.493,56	254.795.376,16	735.056.412,91	170.470.971,45	239.015.091,70	750.836.697,37	238.437.061,53	
DESPESAS DE CAPITAL	30.197.507,00	33.590.887,14	6.725.450,88	7.304.808,46	26.286.078,68	2.142.455,54	2.320.535,99	31.270.351,15	2.290.604,51	
INVESTIMENTOS	30.197.507,00	33.590.887,14	6.725.450,88	7.304.808,46	26.286.078,68	2.142.455,54	2.320.535,99	31.270.351,15	2.290.604,51	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)												Emitido em: 19/05/25 14:47	R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)				
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)	SALDO (C) = (A-B)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)		% (D/ TOTAL D)	SALDO (E) = (A-D)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (I)	40.887.990.435,00	47.151.148.202,76	6.760.411.381,42	14.822.738.581,90	93,80	32.328.409.620,86	6.535.105.518,82	14.103.423.050,18	94,11	33.047.725.152,58			
01 - LEGISLATIVA	1.154.808.675,00	1.154.807.460,68	168.576.556,88	339.574.778,36	2,15	815.232.682,32	158.609.587,00	317.829.652,45	2,12	836.977.808,23			
031 - AÇÃO LEGISLATIVA	158.006.533,00	160.756.533,00	24.812.424,01	46.239.595,47	0,29	114.516.937,53	24.213.100,50	43.329.154,64	0,29	117.427.378,36			
032 - CONTROLE EXTERNO	240.846.839,00	240.845.624,68	34.036.047,21	66.846.620,39	0,42	173.999.004,29	34.017.982,33	66.372.312,70	0,44	174.473.311,98			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	728.275.415,00	719.505.415,00	104.076.819,98	215.830.712,05	1,37	503.674.702,95	98.911.742,70	203.640.607,77	1,36	515.864.807,23			
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.586.936,00	31.606.936,00	5.053.593,49	9.855.821,38	0,06	21.751.114,62	1.025.309,45	3.943.152,84	0,03	27.663.783,16			
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.092.952,00	2.092.952,00	597.672,19	802.029,07	0,01	1.290.922,93	441.452,02	544.424,50	0,00	1.548.527,50			
02 - JUDICIÁRIA	2.398.302.409,00	2.405.797.765,00	387.142.208,32	728.569.808,41	4,61	1.677.227.956,59	354.925.976,27	669.430.732,23	4,47	1.736.367.032,77			
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	1.665.748.172,00	1.655.085.344,76	259.090.794,85	505.286.028,54	3,20	1.149.799.316,22	247.251.965,65	482.160.320,56	3,22	1.172.925.024,26			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	587.622.138,00	595.682.690,24	106.133.257,40	190.071.461,57	1,20	405.611.228,67	92.213.793,47	170.877.793,96	1,14	424.804.896,28			
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	142.870.977,00	152.834.608,00	21.481.054,59	32.498.051,48	0,21	120.336.556,52	15.037.812,59	15.844.714,24	0,11	136.989.893,76			
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.061.122,00	2.195.122,00	437.101,48	714.266,82	0,00	1.480.855,18	422.404,56	547.903,53	0,00	1.647.218,47			
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	921.760.789,00	933.121.743,76	157.324.572,14	299.316.144,57	1,89	633.805.599,19	146.995.080,48	270.903.124,29	1,81	662.218.619,47			
091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	29.868.000,00	33.534.687,61	4.216.402,16	7.766.799,43	0,05	25.767.888,18	4.196.672,92	6.186.385,83	0,04	27.348.301,78			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	835.976.580,00	840.415.762,39	145.331.223,77	276.555.542,96	1,75	563.860.219,43	135.195.862,98	256.464.562,20	1,71	583.951.200,19			
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45.758.209,00	49.013.293,76	7.221.979,83	14.049.598,71	0,09	34.963.695,05	7.189.444,19	7.821.975,91	0,05	41.191.317,85			
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.258.000,00	3.258.000,00	324.955,91	714.193,00	0,00	2.543.807,00	183.089,92	200.189,88	0,00	3.057.810,12			
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	6.900.000,00	6.900.000,00	230.010,47	230.010,47	0,00	6.669.989,53	230.010,47	230.010,47	0,00	6.669.989,53			
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.124.445.643,00	2.182.239.682,86	264.991.675,63	450.376.775,20	2,85	1.731.862.907,66	244.448.268,08	408.985.466,38	2,73	1.773.254.216,48			
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	37.339.287,00	37.817.519,71	5.696.935,84	10.962.537,30	0,07	26.854.982,41	5.152.461,75	9.957.423,26	0,07	27.860.096,45			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.932.050.262,00	1.959.857.607,71	204.721.697,33	368.525.287,30	2,33	1.591.332.320,41	198.554.752,59	351.147.594,60	2,34	1.608.710.013,11			
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00			
124 - CONTROLE INTERNO	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00			
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	17.121.151,00	17.419.151,00	1.741.158,21	3.042.115,73	0,02	14.377.035,27	1.741.158,21	3.042.115,73	0,02	14.377.035,27			
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	109.119.725,00	117.083.091,84	26.473.972,69	34.820.296,69	0,22	82.262.795,15	13.720.160,64	18.153.527,47	0,12	98.929.564,37			
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.104.218,00	7.361.312,60	1.420.136,80	1.454.021,00	0,01	5.907.291,60	1.312.253,50	1.332.773,50	0,01	6.028.539,10			
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	23.596.000,00	40.556.000,00	24.547.006,99	31.129.693,32	0,20	9.426.306,68	23.859.731,58	25.192.225,92	0,17	15.363.774,08			
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	1.875.000,00	1.905.000,00	390.767,77	442.823,86	0,00	1.462.176,14	107.749,81	159.805,90	0,00	1.745.194,10			
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00			
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	5.087.808.388,00	5.212.701.470,38	839.008.232,99	1.571.895.539,53	9,95	3.640.805.930,85	795.737.523,03	1.493.016.388,59	9,96	3.719.685.081,79			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.327.615.445,00	4.385.563.978,86	698.209.596,48	1.341.307.830,90	8,49	3.044.256.605,54	678.356.605,54	1.316.395.611,03	8,78	3.069.168.367,83			
124 - CONTROLE INTERNO	52.839,00	52.839,00	6.186,10	12.120,00	0,00	40.719,00	5.772,76	11.706,66	0,00	41.132,34			
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	48.494.142,00	51.918.147,72	7.407.911,52	11.139.610,41	0,07	40.778.537,31	6.082.828,82	9.084.898,82	0,06	42.833.248,90			
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.138.500,00	1.672.335,00	669.262,20	679.486,20	0,00	992.848,80	23.515,20	24.651,20	0,00	1.647.683,80			
181 - POLICIAMENTO	357.778.639,00	396.671.062,26	70.592.480,95	128.739.589,22	0,81	267.931.473,04	51.428.077,94	84.933.613,68	0,57	311.737.448,58			
182 - DEFESA CIVIL	2.140.000,00	2.140.000,00	0,00	0,00	0,00	2.140.000,00	0,00	0,00	0,00	2.140.000,00			
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	34.755.913,00	35.149.560,00	3.336.787,50	6.993.502,72	0,04	28.156.057,28	3.685.331,33	5.418.191,84	0,04	29.731.368,16			
241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00			
242 - ASSISTÊNCIA AO PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00			
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00			
301 - ATENÇÃO BÁSICA	5.312.381,00	5.312.381,00	0,00	0,00	0,00	5.312.381,00	0,00	0,00	0,00	5.312.381,00			
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00			
421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	310.120.529,00	334.161.166,54	58.786.008,24	83.023.400,08	0,53	251.137.766,46	56.155.394,39	77.147.715,36	0,51	257.013.451,18			
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	350.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00			

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)	SALDO (C) = (A-B)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)	
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
211 - RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
212 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	806.954.446,00	840.626.681,10	130.127.422,10	226.601.414,35	1,43	614.025.266,75	123.770.744,00	217.606.552,62	1,45	623.020.128,48
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	183.653.255,00	186.392.961,53	28.198.478,39	53.346.119,78	0,34	133.046.841,75	27.430.891,19	51.400.933,64	0,34	134.992.027,89
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.819.960,00	6.288.225,90	759.519,04	937.488,41	0,01	5.350.737,47	353.202,04	453.920,79	0,00	5.834.305,11
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	646.000,00	625.644,15	605.523,66	605.523,66	0,00	20.120,49	601.584,47	601.584,47	0,00	24.059,68
241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
242 - ASSISTÊNCIA AO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	120.252.520,00	128.952.876,40	22.110.307,82	30.543.023,32	0,19	98.409.853,08	20.872.347,14	28.667.845,15	0,19	100.285.031,25
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	18.205.723,00	24.226.227,24	6.069.615,62	7.782.715,11	0,05	16.443.512,13	3.872.218,84	5.548.862,24	0,04	18.677.365,00
245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	73.523.034,00	81.044.031,69	14.585.420,72	18.340.781,95	0,12	62.703.249,74	14.026.784,51	17.072.485,25	0,11	63.971.546,44
246 - SEGURANÇA DE RENDA	403.261.781,00	411.764.541,19	57.798.556,85	115.045.762,12	0,73	296.718.779,07	56.613.715,81	113.860.921,08	0,76	297.903.620,11
301 - ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	962.173,00	702.173,00	0,00	0,00	0,00	702.173,00	0,00	0,00	0,00	702.173,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.615.429.123,00	5.817.073.523,00	910.119.806,91	1.761.886.932,85	11,15	4.055.186.590,15	910.098.717,73	1.761.865.843,67	11,76	4.055.207.679,33
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.458.794,00	19.803.194,00	2.814.972,38	3.374.653,44	0,02	16.428.540,56	2.793.883,20	3.353.564,26	0,02	16.449.629,74
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.952.000,00	1.952.000,00	380.023,69	380.023,69	0,00	1.571.976,31	380.023,69	380.023,69	0,00	1.571.976,31
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	4.413.340.279,00	4.563.840.279,00	665.674.906,13	1.379.423.523,39	8,73	3.184.416.755,61	665.674.906,13	1.379.423.523,39	9,20	3.184.416.755,61
274 - SAÚDE	1.183.678.050,00	1.231.478.050,00	241.249.904,71	378.708.732,33	2,40	852.769.317,67	241.249.904,71	378.708.732,33	2,53	852.769.317,67
10 - SAÚDE	7.271.822.620,00	7.467.929.278,62	1.160.804.780,22	2.007.294.153,60	12,70	5.460.635.125,02	1.104.600.890,31	1.805.681.835,28	12,05	5.662.247.443,34
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.176.246.893,00	1.006.240.638,73	36.178.346,81	68.616.910,41	0,43	937.623.728,32	29.847.737,82	60.219.922,42	0,40	946.020.716,31
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	26.494.028,00	32.593.244,41	5.576.926,31	7.476.863,02	0,05	25.116.381,39	4.993.171,94	6.653.895,44	0,04	25.937.348,97
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	38.154.366,00	49.142.179,33	5.942.702,52	11.471.037,31	0,07	37.671.142,02	5.431.640,89	10.632.488,14	0,07	38.509.691,19
242 - ASSISTÊNCIA AO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.223.000,00	1.223.000,00	71.850,00	71.850,00	0,00	1.151.150,00	71.850,00	71.850,00	0,00	1.151.150,00
245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
301 - ATENÇÃO BÁSICA	452.610.365,00	409.546.185,50	63.315.344,55	107.249.862,37	0,68	302.296.323,13	62.316.234,85	105.305.972,94	0,70	304.240.212,56
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	5.353.652.032,00	5.701.580.332,02	1.011.040.554,2	1.745.442.516,19	11,05	3.956.137.815,83	984.545.519,83	1.601.362.059,23	10,69	4.100.218.272,79
303 - SUPORTE FISIOLÓGICO E TERAPÊUTICO	148.514.429,00	168.705.419,63	23.188.482,57	47.227.059,31	0,30	121.478.360,32	9.666.958,51	10.334.192,81	0,07	158.371.226,82
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.683.320,00	3.149.480,03	491.221,52	535.120,63	0,00	2.614.359,40	382.579,13	406.478,24	0,00	2.743.001,79
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	70.999.780,00	92.969.978,62	14.401.858,45	18.359.842,29	0,12	74.610.136,33	6.969.706,20	10.088.384,92	0,07	82.881.593,70
542 - CONTROLE AMBIENTAL	77.304,00	241.913,05	6.326,57	6.326,57	0,00	235.586,48	1.791,14	1.791,14	0,00	240.121,91
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	580.000,00	786.413,30	53.900,00	111.900,00	0,00	674.513,30	64.500,00	105.500,00	0,00	680.913,30
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	865.580,00	1.038.971,00	338.790,00	457.590,00	0,00	581.381,00	168.800,00	247.600,00	0,00	791.371,00
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	711.523,00	701.523,00	134.975,50	267.275,50	0,00	434.247,50	140.400,00	249.700,00	0,00	451.823,00
11 - TRABALHO	131.632.044,00	190.739.683,04	33.263.365,16	39.194.587,59	0,25	151.545.095,45	27.887.845,95	33.512.607,24	0,22	157.227.075,80
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.090.731,00	11.890.731,00	1.397.745,81	2.639.545,81	0,02	9.251.185,19	1.649.506,83	2.594.997,09	0,02	9.295.733,91
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	846.971,00	746.971,00	32.821,00	32.821,00	0,00	714.150,00	0,00	0,00	0,00	746.971,00
333 - EMPREGABILIDADE	46.950.342,00	90.434.991,38	14.300.000,00	14.300.000,00	0,09	76.134.991,38	11.150.000,00	11.150.000,00	0,07	79.284.991,38
334 - FOMENTO AO TRABALHO	68.916.342,00	84.663.849,44	17.523.088,52	22.212.511,01	0,14	62.451.338,43	15.078.629,35	19.757.900,38	0,13	64.905.949,06
691 - PROMOÇÃO AO COMERCIAL	2.828.000,00	3.003.140,22	9.709,77	9.709,77	0,00	2.993.430,45	9.709,77	9.709,77	0,00	2.993.430,45
12 - EDUCAÇÃO	5.740.329.892,00	6.152.038.989,50	1.056.810.034,96	1.786.925.983,25	11,31	4.365.113.006,25	982.903.377,07	1.648.554.240,20	11,00	4.503.484.749,30
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	873.196.931,00	871.496.631,00	134.887.423,42	270.146.557,94	1,71	601.350.073,06	135.317.183,06	268.440.986,00	1,79	603.055.645,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11.147.000,00	11.147.000,00	592.508,41	2.717.690,09	0,02	8.429.309,91	488.531,86	488.531,86	0,02	8.651.571,67
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.431.811,00	4.731.811,00	759.260,96	760.404,40	0,00	3.971.406,60	113.207,71	114.351,15	0,00	4.617.459,85
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	1.634.000,00	1.634.000,00	0,00	0,00	0,00	1.634.000,00	0,00	0,00	0,00	1.634.000,00



FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)	
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)	SALDO (C) = (A-B)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)		% (D/ TOTAL D)
242 - ASSISTÊNCIA AO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2.691.210,00	2.691.210,00	633.985,61	651.498,10	0,00	2.039.711,90	633.985,61	651.498,10	0,00	2.039.711,90
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	281.779.984,00	300.059.984,00	19.541.014,47	20.740.216,52	0,13	279.319.767,48	19.413.859,55	20.343.955,06	0,14	279.716.028,94
362 - ENSINO MÉDIO	3.331.550.698,00	3.497.504.901,80	571.002.393,56	879.782.212,15	5,57	2.617.722.689,65	501.944.539,37	752.392.342,34	5,02	2.745.112.559,46
363 - ENSINO PROFISSIONAL	37.711.431,00	37.423.739,00	7.180.778,48	11.200.699,29	0,07	26.223.039,71	7.876.780,42	11.189.006,23	0,07	26.234.732,77
364 - ENSINO SUPERIOR	813.548.827,00	845.501.712,70	125.659.872,04	225.301.360,83	1,43	620.200.351,87	122.896.714,91	219.343.552,49	1,46	626.158.160,21
365 - EDUCAÇÃO AO INFANTIL	13.085.000,00	31.195.000,00	9.788.113,73	9.788.113,73	0,06	21.406.886,27	7.745.890,30	7.745.890,30	0,05	23.449.109,70
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	361.560.000,00	537.660.000,00	185.255.100,39	362.667.499,90	2,30	174.992.500,10	185.255.100,39	362.667.499,90	2,42	174.992.500,10
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.380.000,00	10.380.000,00	1.217.583,89	3.169.730,30	0,02	7.210.269,70	1.217.583,89	3.169.730,30	0,02	7.210.269,70
368 - EDUCAÇÃO BÁSICA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	513.000,00	513.000,00	0,00	0,00	0,00	513.000,00	0,00	0,00	0,00	513.000,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
13 - CULTURA	273.564.710,00	354.158.407,11	43.759.023,47	84.369.486,54	0,53	269.788.920,57	42.447.160,49	82.825.676,54	0,55	271.332.730,57
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.781.543,00	22.742.543,00	3.622.195,20	6.580.629,68	0,04	16.161.913,32	3.604.817,23	6.532.849,69	0,04	16.209.693,31
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000,00	448,00	0,00	0,00	0,00	448,00	0,00	0,00	0,00	448,00
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	41.435.281,00	44.726.026,04	6.379.196,96	11.967.442,30	0,08	32.758.583,74	6.231.348,63	11.818.048,97	0,08	32.907.977,07
392 - DIFUSÃO CULTURAL	209.327.886,00	286.689.390,07	33.757.631,31	65.821.414,56	0,42	220.867.975,51	32.610.994,63	64.474.777,88	0,43	222.214.612,19
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	557.551.078,00	589.690.618,90	86.474.395,17	147.616.592,16	0,93	442.074.026,74	79.243.560,08	138.479.963,52	0,92	451.210.655,38
032 - CONTROLE EXTERNO	50.000,00	425.798,00	0,00	0,00	0,00	425.798,00	0,00	0,00	0,00	425.798,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	296.940.798,00	312.146.023,34	47.760.048,49	92.242.065,73	0,58	219.903.957,61	44.993.074,44	88.788.397,59	0,59	223.357.625,75
124 - CONTROLE INTERNO	122.000,00	122.000,00	5.945,34	19.463,42	0,00	102.536,58	19.463,42	19.463,42	0,00	102.536,58
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.640.580,00	1.880.580,00	259.643,30	327.677,55	0,00	1.552.902,45	158.807,60	162.137,15	0,00	1.718.442,85
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	400.000,00	360.000,00	102.388,50	121.668,20	0,00	238.331,80	20.477,70	39.757,40	0,00	320.242,60
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	825.000,00	825.000,00	0,00	0,00	0,00	825.000,00	0,00	0,00	0,00	825.000,00
241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	7.700.000,00	7.700.000,00	640.474,36	640.474,36	0,00	7.059.525,64	640.474,36	640.474,36	0,00	7.059.525,64
242 - ASSISTÊNCIA AO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	22.073.701,00	11.091.210,07	1.157.476,30	1.749.706,19	0,01	9.341.503,88	1.186.013,81	1.749.706,19	0,01	9.341.503,88
301 - ATENÇÃO BÁSICA	2.550.000,00	2.500.000,00	439.769,63	439.769,63	0,00	2.060.230,37	419.158,27	419.158,27	0,00	2.080.841,73
334 - FOMENTO AO TRABALHO	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	223.418.999,00	250.810.007,49	36.108.649,55	52.075.767,08	0,33	198.734.240,41	31.806.090,48	46.660.869,14	0,31	204.149.138,35
423 - ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
15 - URBANISMO	151.394.900,00	246.643.827,72	65.250.166,81	82.709.832,33	0,52	163.933.995,39	66.118.140,80	80.831.471,95	0,54	165.812.355,77
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	530.200,00	536.128,68	0,00	0,00	0,00	536.128,68	0,00	0,00	0,00	536.128,68
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.000,00	55.676,68	0,00	0,00	0,00	55.676,68	0,00	0,00	0,00	55.676,68
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	91.533.865,00	164.262.974,34	56.391.450,64	70.335.644,26	0,45	93.927.330,08	57.761.363,48	68.959.222,73	0,46	95.303.751,61
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	58.680.835,00	61.054.883,19	8.858.716,17	12.374.188,07	0,08	48.680.695,12	8.356.777,32	11.872.249,22	0,08	49.182.633,97
695 - TURISMO	500.000,00	20.644.164,83	0,00	0,00	0,00	20.644.164,83	0,00	0,00	0,00	20.644.164,83
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
16 - HABITAÇÃO	93.734.119,00	126.089.722,19	11.020.014,55	49.642.603,14	0,31	76.447.119,05	4.768.151,92	6.316.845,49	0,04	119.772.876,70
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.592.119,00	10.860.938,02	1.858.351,26	2.807.887,20	0,02	8.053.050,82	1.855.916,11	2.805.172,05	0,02	8.055.765,97
481 - HABITAÇÃO RURAL	12.498.000,00	9.498.000,00	734.302,30	734.302,30	0,00	8.763.697,70	734.302,30	734.302,30	0,00	8.763.697,70
482 - HABITAÇÃO URBANA	70.644.000,00	105.730.784,17	8.427.360,99	46.100.413,64	0,29	59.630.370,53	2.177.933,51	7.777.371,14	0,02	102.953.413,03
17 - SANEAMENTO	271.032.765,00	311.693.074,95	15.182.674,82	19.364.057,04	0,12	292.329.017,91	15.831.466,13	19.259.372,32	0,13	292.433.702,63
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	606.506,00	606.506,00	11.131,44	11.788,60	0,00	594.717,40	11.131,44	11.788,60	0,00	594.717,40

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-B)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)	SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)									
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	77.702.139,00	101.273.827,90	5.238.758,53	8.957.523,76	0,06	92.316.304,14	5.887.549,84	8.852.839,04	92.316.304,14			0,06	92.420.988,86	
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	164.724.120,00	181.722.741,05	3.203.146,79	3.665.106,62	0,02	178.057.634,43	3.203.146,79	3.665.106,62	178.057.634,43			0,02	178.057.634,43	
695 - TURISMO	28.000.000,00	28.090.000,00	6.729.638,06	6.729.638,06	0,04	21.360.361,94	6.729.638,06	6.729.638,06	21.360.361,94			0,04	21.360.361,94	
18 - GESTÃO AMBIENTAL	1.022.444.157,00	1.775.220.817,24	128.245.252,21	220.671.965,72	1,40	1.554.548.851,52	122.678.437,40	177.259.498,03	1.597.961.319,21			1,18	1.597.961.319,21	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	99.056.981,00	104.517.691,28	14.038.190,19	24.872.019,93	0,16	79.645.671,35	13.698.297,11	22.673.139,64	81.844.551,64			0,15	81.844.551,64	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.842.400,00	6.722.400,00	1.129.884,29	2.047.757,29	0,01	4.674.642,71	995.734,38	1.046.929,90	5.675.470,10			0,01	5.675.470,10	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	290.000,00	290.000,00	6.413,47	6.413,47	0,00	283.586,53	6.413,47	6.413,47	283.586,53			0,00	283.586,53	
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	83.107.584,00	84.520.504,91	15.814.703,30	28.851.010,87	0,18	55.669.494,04	16.076.647,00	27.742.293,99	56.778.210,92			0,19	56.778.210,92	
542 - CONTROLE AMBIENTAL	31.565.000,00	37.002.305,00	3.810.377,62	6.337.377,62	0,04	30.664.927,38	6.265.377,62	6.265.377,62	30.736.927,38			0,04	30.736.927,38	
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	580.000,00	580.000,00	0,00	0,00	0,00	580.000,00	0,00	0,00	580.000,00			0,00	580.000,00	
544 - RECURSOS HÍDRICOS	787.784.222,00	1.526.634.168,68	92.307.380,15	156.491.192,83	0,99	1.370.142.975,85	84.710.700,83	118.173.737,59	1.408.460.431,09			0,79	1.408.460.431,09	
545 - METEOROLOGIA	6.197.970,00	6.933.747,37	1.138.303,19	2.066.193,71	0,01	4.867.553,66	925.266,99	1.351.605,82	5.582.141,55			0,01	5.582.141,55	
695 - TURISMO	8.020.000,00	8.020.000,00	0,00	0,00	0,00	8.020.000,00	0,00	0,00	8.020.000,00			0,00	8.020.000,00	
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	590.669.402,00	606.951.451,71	98.614.867,97	129.185.341,71	0,82	477.766.110,00	97.432.212,67	126.997.570,42	479.953.881,29			0,85	479.953.881,29	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	35.981.138,00	36.271.138,00	5.119.814,77	8.639.777,31	0,05	27.631.360,69	5.099.935,21	8.575.401,80	27.695.736,20			0,06	27.695.736,20	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	359.270.593,00	356.852.593,00	61.940.005,05	74.097.890,02	0,47	282.754.702,98	61.760.402,99	73.082.684,50	283.769.908,50			0,49	283.769.908,50	
363 - ENSINO PROFISSIONAL	30.740.325,00	36.475.088,45	8.444.702,86	12.802.246,73	0,08	23.672.841,72	8.432.865,79	12.769.783,87	23.705.304,58			0,09	23.705.304,58	
364 - ENSINO SUPERIOR	30.033.584,00	30.186.570,15	4.126.656,49	5.884.367,04	0,04	24.302.203,11	4.128.764,49	5.884.367,04	24.302.203,11			0,04	24.302.203,11	
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	107.755.022,00	117.955.022,00	17.261.915,11	25.891.101,04	0,16	92.063.920,96	17.261.915,11	25.891.101,04	92.063.920,96			0,17	92.063.920,96	
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	26.868.740,00	29.191.040,11	1.721.773,69	1.869.959,57	0,01	27.321.080,54	748.329,08	794.232,17	28.396.807,94			0,01	28.396.807,94	
695 - TURISMO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00			0,00	20.000,00	
20 - AGRICULTURA	749.092.333,00	813.952.076,54	127.583.798,21	223.073.513,21	1,41	590.878.563,33	128.419.526,99	206.576.626,30	607.375.450,24			1,38	607.375.450,24	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	201.478.110,00	201.841.081,78	31.499.058,73	58.389.115,43	0,37	143.451.966,35	31.291.502,54	57.852.867,04	143.988.214,74			0,39	143.988.214,74	
126 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.908.242,00	1.878.242,00	241.387,60	364.608,89	0,00	1.513.633,11	241.387,60	364.608,89	1.513.633,11			0,00	1.513.633,11	
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	362.000,00	362.000,00	0,00	0,00	0,00	362.000,00	0,00	0,00	362.000,00			0,00	362.000,00	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	166.470.051,00	164.898.622,00	39.768.589,09	81.174.869,01	0,51	83.723.752,99	42.737.375,31	80.838.761,61	84.059.860,39			0,54	84.059.860,39	
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	104.077.909,00	123.494.141,17	14.744.576,98	15.594.576,98	0,10	107.899.564,19	5.316.875,10	6.166.875,10	117.327.266,07			0,04	117.327.266,07	
605 - ABASTECIMENTO	215.600,00	215.600,00	0,00	0,00	0,00	215.600,00	0,00	0,00	215.600,00			0,00	215.600,00	
606 - EXTENSÃO RURAL	57.040.879,00	62.853.731,31	10.117.150,91	15.752.110,89	0,10	47.101.620,42	9.258.120,29	14.891.284,77	47.962.446,54			0,10	47.962.446,54	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	212.135.069,00	249.244.185,28	30.315.379,36	50.282.428,13	0,32	198.961.757,15	38.670.624,91	45.355.286,03	203.888.899,25			0,30	203.888.899,25	
609 - DEFESA AGROPECUÁRIA	5.134.473,00	9.144.473,00	897.655,54	1.515.803,88	0,01	7.628.669,12	903.641,24	1.106.942,86	8.037.530,14			0,01	8.037.530,14	
752 - ENERGIA ELÉTRICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	43.682.964,00	44.046.224,00	10.635.772,96	15.736.734,20	0,10	28.309.489,80	8.723.042,36	13.781.382,81	30.264.841,19			0,09	30.264.841,19	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.714.000,00	1.864.000,00	0,00	0,00	0,00	1.864.000,00	0,00	0,00	1.864.000,00			0,00	1.864.000,00	
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	21.196.000,00	20.796.000,00	5.567.779,15	7.995.894,41	0,05	12.800.105,59	3.842.829,69	6.264.439,15	14.531.560,85			0,04	14.531.560,85	
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.699.400,00	3.099.400,00	608.289,82	1.708.289,82	0,01	1.391.110,18	608.289,82	1.708.289,82	1.391.110,18			0,01	1.391.110,18	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.086.118,00	10.071.378,00	2.661.202,42	2.661.202,42	0,02	7.410.175,58	2.661.202,42	2.661.202,42	7.410.175,58			0,02	7.410.175,58	
631 - REFORMA AGRÁRIA	7.987.446,00	8.215.446,00	1.798.501,57	3.371.347,55	0,02	4.844.098,45	1.610.720,43	3.147.451,42	5.067.994,58			0,02	5.067.994,58	
22 - INDÚSTRIA	11.880.000,00	26.415.615,33	0,00	2.964.021,00	0,02	23.451.594,33	0,00	2.964.021,00	23.451.594,33			0,02	23.451.594,33	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	450.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00			0,00	100.000,00	
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	1.380.000,00	16.265.615,33	0,00	0,00	0,00	16.265.615,33	0,00	0,00	16.265.615,33			0,00	16.265.615,33	
662 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	10.040.000,00	10.040.000,00	0,00	2.964.021,00	0,02	7.075.979,00	0,00	2.964.021,00	7.075.979,00			0,02	7.075.979,00	
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	67.644.591,00	66.098.946,18	9.652.167,55	16.834.997,33	0,11	49.263.948,85	10.214.098,37	15.039.422,82	51.059.523,36			0,10	51.059.523,36	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.061.536,00	16.461.536,00	2.084.791,86	3.320.512,15	0,02	13.141.023,85	2.178.143,14	3.133.080,71	13.328.455,29			0,02	13.328.455,29	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.085.000,00	685.000,00	133.141,68	152.479,41	0,00	532.520,59	22.611,68	41.949,41	643.050,59			0,00	643.050,59	
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00			0,00	30.000,00	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	610.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00			0,00	180.000,00	





FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)	
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	560.000,00	586.333,17	59.010,68	85.363,85	0,00	500.989,32	59.010,68	85.363,85	0,00	500.989,32
692 - COMERCIALIZAÇÃO	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
695 - TURISMO	48.498.055,00	47.356.057,01	7.375.223,33	13.276.641,92	0,08	34.079.415,09	7.954.332,87	11.779.028,85	0,08	35.577.028,16
24 - COMUNICAÇÕES	7.933.080,00	11.102.992,96	1.041.945,24	2.010.526,51	0,01	9.092.466,45	995.388,77	1.937.173,96	0,01	9.165.819,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.018.451,00	5.018.451,00	791.766,38	1.520.737,07	0,01	3.497.713,93	790.628,46	1.510.885,13	0,01	3.507.565,87
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	420.000,00	441.712,96	0,00	0,00	0,00	441.712,96	0,00	0,00	0,00	441.712,96
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	30.440,00	30.440,00	0,00	0,00	0,00	30.440,00	0,00	0,00	0,00	30.440,00
722 - TELECOMUNICAÇÕES	2.464.189,00	5.612.389,00	250.178,86	489.789,44	0,00	5.122.599,56	204.760,31	426.288,83	0,00	5.186.100,17
25 - ENERGIA	15.577.922,00	58.935.696,85	27.860.503,95	27.860.503,95	0,18	31.075.192,90	27.860.503,95	27.860.503,95	0,19	31.075.192,90
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	106.700,00	106.700,00	0,00	0,00	0,00	106.700,00	0,00	0,00	0,00	106.700,00
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	30.000,00	27.671.351,94	27.000.000,00	27.000.000,00	0,17	671.351,94	27.000.000,00	27.000.000,00	0,18	671.351,94
752 - ENERGIA ELÉTRICA	15.441.222,00	31.157.644,91	860.503,95	860.503,95	0,01	30.297.140,96	860.503,95	860.503,95	0,01	30.297.140,96
26 - TRANSPORTE	2.483.734.310,00	2.779.365.176,19	400.218.945,97	549.258.982,62	3,48	2.230.106.193,57	454.676.894,51	537.834.475,62	3,59	2.241.530.700,57
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	568.478.891,00	572.855.225,73	76.675.538,56	117.845.867,51	0,75	455.009.358,22	74.719.477,35	114.479.797,41	0,76	458.375.428,32
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.015.000,00	1.015.000,00	0,00	0,00	0,00	1.015.000,00	0,00	0,00	0,00	1.015.000,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	39.960.000,00	41.005.665,70	3.959.486,87	5.841.060,80	0,04	35.164.604,90	3.838.359,95	5.669.328,57	0,04	35.336.337,13
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	28.643.996,00	28.643.996,00	0,00	0,00	0,00	28.643.996,00	0,00	0,00	0,00	28.643.996,00
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	6.630.000,00	105.373,40	0,00	0,00	0,00	105.373,40	0,00	0,00	0,00	105.373,40
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	620.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
781 - TRANSPORTE AÉREO	10.009.071,00	15.523.485,07	56.224,62	56.224,62	0,00	15.467.260,45	56.224,62	56.224,62	0,00	15.467.260,45
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.010.970.351,00	1.281.114.404,82	239.054.391,03	320.038.970,11	2,03	961.075.434,71	295.953.449,75	312.516.187,49	2,09	968.598.217,33
783 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	815.897.001,00	837.282.025,47	80.473.304,89	105.476.859,58	0,67	731.805.165,89	80.109.382,84	105.112.937,53	0,70	732.169.087,94
784 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
785 - TRANSPORTES ESPECIAIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	82.265.450,00	93.652.394,93	17.624.411,87	25.035.485,29	0,16	68.616.909,64	16.318.202,63	23.544.814,67	0,16	70.107.580,26
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.324.700,00	10.324.700,00	1.360.231,38	2.225.245,05	0,01	8.099.454,95	1.360.658,31	2.223.150,78	0,01	8.101.549,22
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	776.000,00	776.000,00	91.430,45	135.479,69	0,00	640.520,31	89.726,72	133.775,96	0,00	642.224,04
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.662.173,00	1.662.173,00	0,00	0,00	0,00	1.662.173,00	0,00	0,00	0,00	1.662.173,00
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	14.834.100,00	14.834.100,00	2.193.420,44	3.251.178,15	0,02	11.582.921,85	2.120.022,04	3.177.779,75	0,02	11.656.320,25
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	54.498.477,00	65.885.421,93	13.979.329,60	19.423.582,40	0,12	46.461.839,53	12.747.795,56	18.010.108,18	0,12	47.875.313,75
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	3.187.204.625,00	6.864.764.882,02	609.370.785,36	4.014.767.821,44	25,41	2.849.997.060,58	609.400.721,83	4.014.527.787,83	26,79	2.850.237.094,19
841 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	2.739.168.661,26	0,00	2.667.409.161,26	16,88	71.759.500,00	0,00	2.667.409.161,26	17,80	71.759.500,00
843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	972.202.432,00	1.246.662.689,02	128.293.915,18	317.970.191,97	2,01	928.692.497,05	128.293.915,18	317.970.191,97	2,12	928.692.497,05
844 - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	1.565.179.769,00	2.154.447.839,91	332.621.529,74	729.868.240,93	4,62	1.424.579.598,98	332.621.529,74	729.868.240,93	4,87	1.424.579.598,98
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	649.822.424,00	724.485.691,83	148.455.340,44	299.520.227,28	1,90	424.965.464,55	148.485.276,91	299.280.193,67	2,00	425.205.498,16
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (II)	3.089.055.799,00	3.244.475.663,53	542.908.517,27	979.210.127,75	6,20	2.265.265.535,78	497.179.616,17	882.351.678,93	5,89	2.362.123.984,60
TOTAL (III) = (I + II)	43.977.046.234,00	50.395.623.866,29	7.303.319.898,69	15.801.948.709,65	100,00	34.593.675.156,64	7.032.285.134,99	14.985.774.729,11	100,00	35.409.849.137,18
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (II)	3.089.055.799,00	3.244.475.663,53	542.908.517,27	979.210.127,75	6,20	2.265.265.535,78	497.179.616,17	882.351.678,93	5,89	2.362.123.984,60
01 - LEGISLATIVA	95.373.724,00	95.374.938,32	13.971.562,71	27.205.923,62	0,17	68.169.014,70	13.434.754,19	23.270.018,39	0,16	72.104.919,93
031 - AÇÃO LEGISLATIVA	5.532.042,00	5.532.042,00	946.237,75	1.775.413,94	0,01	3.756.628,06	946.237,75	1.775.413,94	0,01	3.756.628,06
032 - CONTROLE EXTERNO	48.029.316,00	48.030.530,32	6.407.567,65	12.373.087,19	0,08	35.657.443,13	6.211.344,61	11.958.379,81	0,08	36.072.150,51
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	41.604.366,00	41.604.366,00	6.494.622,10	12.908.409,28	0,08	28.695.956,72	6.257.763,80	9.507.112,64	0,06	32.097.253,36
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	208.000,00	208.000,00	123.135,21	149.013,21	0,00	58.986,79	19.408,00	29.112,00	0,00	178.888,00
02 - JUDICIÁRIA	260.188.310,00	262.370.585,00	42.897.693,55	83.441.372,32	0,53	178.929.212,68	39.766.922,48	60.597.894,44	0,40	201.772.690,56

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)	
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)	SALDO (C) = (A-B)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)		% (D/ TOTAL D)
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	190.714.740,00	191.714.740,00	31.123.909,02	59.800.809,28	0,38	131.913.930,72	29.042.501,21	43.342.288,40	0,29	148.372.451,60
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	64.527.229,00	65.709.504,00	11.060.172,11	22.322.485,94	0,14	43.387.018,06	10.263.650,11	16.794.834,88	0,11	48.914.669,12
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.946.341,00	4.946.341,00	713.612,42	1.318.077,10	0,01	3.628.263,90	460.771,16	460.771,16	0,00	4.485.569,84
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	131.969.290,00	132.882.488,00	20.783.025,12	37.059.055,80	0,23	95.823.432,20	16.990.275,14	31.725.623,38	0,21	101.156.864,62
091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	0,00	21.233,00	0,00	0,00	0,00	21.233,00	0,00	0,00	0,00	21.233,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	113.520.944,00	113.512.909,00	18.041.534,08	33.492.150,66	0,21	80.020.758,34	15.685.719,86	30.393.121,04	0,20	83.119.787,96
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18.248.346,00	19.148.346,00	2.741.491,04	3.566.905,14	0,02	15.581.440,86	1.304.555,28	1.332.502,34	0,01	17.815.843,66
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	229.923.521,00	241.252.535,76	35.696.304,32	62.395.452,38	0,39	178.857.083,38	32.005.638,68	56.950.628,17	0,38	184.301.907,59
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.835.547,00	6.835.547,00	1.031.937,58	2.028.112,44	0,01	4.807.434,56	1.031.937,58	2.028.112,44	0,01	4.807.434,56
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	190.380.329,00	190.348.648,62	26.842.799,82	50.958.507,03	0,32	139.390.141,59	26.862.519,33	50.109.471,94	0,33	140.239.176,68
125 - NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.252.779,00	1.252.779,00	195.671,88	364.455,01	0,00	888.323,99	188.031,53	264.702,52	0,00	988.076,48
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.454.866,00	42.815.561,14	7.625.895,04	9.044.377,90	0,06	33.771.183,24	3.923.150,24	4.548.341,27	0,03	38.267.219,87
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	845.989.436,00	849.851.537,63	149.980.036,41	273.938.786,75	1,73	575.912.750,88	152.830.016,69	266.747.700,67	1,78	583.103.836,96
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	693.051.453,00	693.963.253,62	115.453.723,57	226.311.136,86	1,43	467.652.116,76	115.272.992,76	223.225.711,91	1,49	470.737.541,71
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	37.242.553,00	36.938.553,00	14.031.739,58	14.693.401,80	0,09	22.245.151,20	13.846.557,82	14.317.116,92	0,10	22.621.436,08
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
181 - POLICIAMENTO	16.903.314,00	16.903.314,00	2.747.509,12	4.121.263,68	0,03	12.782.050,32	2.747.509,12	4.121.263,68	0,03	12.782.050,32
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	98.792.116,00	98.802.116,00	17.746.776,60	28.812.696,87	0,18	69.989.419,13	20.962.976,99	25.083.608,16	0,17	73.718.507,84
421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	0,00	3.243.301,01	287,54	0,00	0,00	3.243.013,47	0,00	0,00	0,00	3.243.301,01
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.192.306,00	15.924.776,00	3.098.180,32	5.314.820,52	0,03	10.609.955,48	3.014.785,33	4.094.543,40	0,03	11.830.232,60
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	13.880.306,00	14.447.776,00	2.791.936,86	4.909.740,10	0,03	9.538.035,90	2.745.458,28	3.776.942,66	0,03	10.670.833,34
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.125.000,00	1.290.000,00	284.171,65	371.480,53	0,00	918.519,47	235.727,16	284.000,85	0,00	1.005.999,15
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	187.000,00	187.000,00	22.071,81	33.599,89	0,00	153.400,11	33.599,89	33.599,89	0,00	153.400,11
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	47.868.600,00	46.724.200,00	7.772.324,00	12.207.623,35	0,08	34.516.576,65	7.772.324,00	12.207.623,35	0,08	34.516.576,65
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	30.855.600,00	30.855.600,00	4.435.299,26	8.870.598,61	0,06	21.985.001,39	4.435.299,26	8.870.598,61	0,06	21.985.001,39
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17.013.000,00	15.868.600,00	3.337.024,74	3.372.024,74	0,02	12.531.575,26	3.337.024,74	3.337.024,74	0,02	12.531.575,26
10 - SAÚDE	195.169.486,00	286.803.571,94	48.142.888,12	90.474.806,28	0,57	196.328.765,66	48.712.927,94	89.883.436,91	0,60	196.920.135,03
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	173.801.654,00	173.835.654,00	29.540.679,96	60.565.208,44	0,38	113.270.445,56	29.540.679,96	60.565.208,44	0,40	113.270.445,56
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.547.832,00	34.907.623,34	7.903.611,76	9.675.629,88	0,06	25.231.993,46	8.473.651,58	9.084.260,51	0,06	25.823.362,83
301 - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	57.007.749,00	10.698.596,40	20.233.967,96	0,13	36.773.781,04	10.698.596,40	20.233.967,96	0,14	36.773.781,04
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	10.800.000,00	21.025.545,60	0,00	0,00	0,00	21.025.545,60	0,00	0,00	0,00	21.025.545,60
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
542 - CONTROLE AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - TRABALHO	757.945,00	1.741.654,34	42.352,62	66.188,07	0,00	1.675.466,27	58.183,22	66.188,07	0,00	1.675.466,27
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	757.945,00	757.945,00	42.352,62	66.188,07	0,00	691.756,93	58.183,22	66.188,07	0,00	691.756,93
334 - FOMENTO AO TRABALHO	0,00	783.709,34	0,00	0,00	0,00	783.709,34	0,00	0,00	0,00	783.709,34
12 - EDUCAÇÃO	580.640.258,00	587.573.031,60	105.705.899,89	196.954.300,50	1,25	390.618.731,10	66.566.576,34	155.653.476,65	1,04	431.919.554,95
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.864.046,00	6.864.346,00	1.481.110,40	2.658.492,05	0,02	4.205.853,95	801.936,38	1.979.318,03	0,01	4.885.027,97
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.646.000,00	1.646.000,00	393.528,27	459.864,95	0,00	1.186.135,05	345.143,73	411.480,41	0,00	1.234.519,59
362 - ENSINO MÉDIO	469.098.323,00	476.025.796,60	85.746.415,68	159.548.284,16	1,01	316.477.512,44	47.489.317,03	121.291.185,51	0,81	354.734.611,09
364 - ENSINO SUPERIOR	103.031.889,00	103.036.889,00	18.084.845,54	34.287.659,34	0,22	68.749.229,66	17.930.179,20	31.971.492,70	0,21	71.065.396,30
13 - CULTURA	3.217.977,00	3.217.977,00	560.583,64	1.056.342,62	0,01	2.161.634,38	540.300,74	1.036.059,72	0,01	2.181.917,28
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.161.197,00	3.161.197,00	559.462,84	1.052.671,82	0,01	2.108.525,18	539.179,94	1.032.388,92	0,01	2.128.808,08
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	26.520,00	26.520,00	747,20	2.447,20	0,00	24.072,80	747,20	2.447,20	0,00	24.072,80
392 - DIFUSÃO CULTURAL	30.260,00	30.260,00	373,60	1.223,60	0,00	29.036,40	373,60	1.223,60	0,00	29.036,40
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	50.011.870,00	50.010.070,00	7.253.362,55	14.180.129,22	0,09	35.829.940,78	7.199.357,49	14.123.199,16	0,09	35.886.870,84
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	48.903.565,00	48.933.565,00	7.032.806,14	13.893.134,96	0,09	35.040.430,04	7.032.806,14	13.893.134,96	0,09	35.040.430,04
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	10.000,00	4.427,00	0,00	0,00	5.573,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.108.305,00	1.066.505,00	216.129,41	282.567,26	0,00	783.937,74	166.551,35	230.064,20	0,00	836.440,80
15 - URBANISMO	70.000,00	75.000,00	20.705,30	20.705,30	0,00	54.294,70	20.705,30	20.705,30	0,00	54.294,70
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	5.000,00	4.009,08	4.009,08	0,00	990,92	4.009,08	4.009,08	0,00	990,92





FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	60.000,00	60.000,00	16.696,22	16.696,22	0,00	43.303,78	16.696,22	16.696,22	0,00	43.303,78	
695 - TURISMO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
16 - HABITAÇÃO	13.000,00	39.180,98	26.180,98	26.180,98	0,00	13.000,00	26.180,98	26.180,98	0,00	13.000,00	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.000,00	29.180,98	26.180,98	26.180,98	0,00	3.000,00	26.180,98	26.180,98	0,00	3.000,00	
482 - HABITAÇÃO URBANA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
17 - SANEAMENTO	370.000,00	370.000,00	13.616,24	13.616,24	0,00	356.383,76	13.616,24	13.616,24	0,00	356.383,76	
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	170.000,00	170.000,00	13.616,24	13.616,24	0,00	156.383,76	13.616,24	13.616,24	0,00	156.383,76	
18 - GESTÃO AMBIENTAL	15.826,178,00	15.978,178,00	2.343,697,90	4.610,622,81	0,03	11.367,555,19	2.400,200,72	4.342,025,52	0,03	11.636,152,48	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	13.101,305,00	13.133,305,00	2.001,387,08	3.957,209,40	0,03	9.176,095,60	1.973,655,24	3.772,168,72	0,03	9.361,136,28	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.130,011,00	1.150,011,00	188,187,25	367,151,03	0,00	782,859,97	247,979,28	292,628,34	0,00	857,382,66	
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.274,862,00	1.354,862,00	130,724,63	247,615,78	0,00	1.107,246,22	156,577,35	247,615,78	0,00	1.107,246,22	
544 - RECURSOS HÍDRICOS	20.000,00	40.000,00	6.741,19	6.741,19	0,00	33.258,81	6.741,19	6.741,19	0,00	33.258,81	
545 - METEOROLOGIA	300.000,00	300.000,00	16.657,75	31.905,41	0,00	268.094,59	15.247,66	27.871,49	0,00	277,128,51	
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.132,915,00	3.210,915,00	339,498,76	781,149,06	0,00	2.429,765,94	328,584,76	665,665,88	0,00	2.545,249,12	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.868,115,00	1.868,115,00	275,923,77	528,146,53	0,00	1.339,968,47	265,904,67	413,558,25	0,00	1.454,556,75	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	264.800,00	1.092.800,00	63.574,99	76.143,53	0,00	1.016,656,47	62.680,09	75.248,63	0,00	1.017,551,37	
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	250.000,00	0,00	176.859,00	0,00	73.141,00	0,00	176.859,00	0,00	73.141,00	
20 - AGRICULTURA	10.706,568,00	10.760,487,94	1.643,903,02	3.086,710,98	0,02	7.673,776,96	1.610,813,03	2.629,409,99	0,02	8.131,077,95	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.795,568,00	9.778,032,10	1.480,591,63	2.884,590,08	0,02	6.893,442,02	1.449,527,59	2.432,451,86	0,02	7.345,580,24	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	591.000,00	637,455,84	147,020,30	177,264,06	0,00	460,191,78	148,785,80	175,892,74	0,00	461,563,10	
606 - EXTENSÃO RURAL	150.000,00	175.000,00	3.791,45	3.791,45	0,00	171,208,55	0,00	0,00	0,00	175.000,00	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	170.000,00	170.000,00	12,499,64	21,065,39	0,00	148,934,61	12,499,64	21,065,39	0,00	148,934,61	
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	14.740,00	0,00	0,00	0,00	14.740,00	0,00	0,00	0,00	14.740,00	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	0,00	14.740,00	0,00	0,00	0,00	14.740,00	0,00	0,00	0,00	14.740,00	
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.660,241,00	29,937,149,92	5,190,057,78	7.663,183,73	0,05	22,273,966,19	5.190,057,78	7.663,183,73	0,05	22,273,966,19	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	838,565,00	838,565,00	126,462,01	242,009,78	0,00	596,555,22	126,462,01	242,009,78	0,00	596,555,22	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	740.000,00	740.000,00	47,092,34	63,591,80	0,00	676,408,20	47,092,34	63,591,80	0,00	676,408,20	
691 - PROMOÇÃO DA INFORMAÇÃO	26.314,545,00	27,641,453,92	4,975,687,30	7.310,475,26	0,05	20,330,978,66	4,975,687,30	7.310,475,26	0,05	20,330,978,66	
695 - TURISMO	767,131,00	717,131,00	40,816,13	47,106,89	0,00	670,024,11	40,816,13	47,106,89	0,00	670,024,11	
24 - COMUNICAÇÕES	956,571,00	13,483,511,88	148,849,76	287,528,88	0,00	13,195,983,00	142,069,40	211,408,96	0,00	13,272,102,92	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	956,571,00	956,571,00	148,849,76	287,528,88	0,00	669,042,12	142,069,40	211,408,96	0,00	745,162,04	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	12,526,940,88	0,00	0,00	0,00	12,526,940,88	0,00	0,00	0,00	12,526,940,88	
26 - TRANSPORTE	30,924,068,00	45,822,000,24	5,485,419,45	9,560,298,97	0,06	36,261,701,27	5,462,950,89	8,957,760,65	0,06	36,864,239,59	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	28,494,068,00	28,494,068,00	4,915,817,88	8,881,900,35	0,06	19,612,167,65	4,893,349,32	8,279,562,03	0,06	20,214,705,97	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.210.000,00	2.210.000,00	319,203,85	428.000,90	0,00	1.781,999,10	319,203,85	428.000,90	0,00	1.781,999,10	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	160.000,00	15,057,323,24	249,788,72	249,788,72	0,00	14,807,534,52	249,788,72	249,788,72	0,00	14,807,534,52	
783 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	0,00	609,00	609,00	609,00	0,00	0,00	609,00	609,00	0,00	0,00	
27 - DESPORTE E LAZER	322,995,00	8,286,593,98	1,325,583,26	1,356,925,69	0,01	6,929,668,29	1,325,583,26	1,356,925,69	0,01	6,929,668,29	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	181,995,00	181,995,00	29,062,64	56,796,24	0,00	125,198,76	29,062,64	56,796,24	0,00	125,198,76	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	59.000,00	59.000,00	3,059,48	4,059,78	0,00	54,940,22	3,059,48	4,059,78	0,00	54,940,22	
811 - DESPORTE DE RENDIMENTO	31.000,00	31.000,00	2,259,86	3,389,79	0,00	27,610,21	2,259,86	3,389,79	0,00	27,610,21	
812 - DESPORTE COMUNITÁRIO	51.000,00	8,014,598,98	1,291,201,28	1,292,679,88	0,01	6,721,919,10	1,291,201,28	1,292,679,88	0,01	6,721,919,10	
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	542,770,540,00	542,770,540,00	90,466,791,57	147,508,403,68	0,93	395,262,136,32	91,766,791,57	140,108,403,68	0,93	402,662,136,32	
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	542,770,540,00	542,770,540,00	90,466,791,57	147,508,403,68	0,93	395,262,136,32	91,766,791,57	140,108,403,68	0,93	402,662,136,32	

FONTE: Siatê-CE/SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

Emitido em: 20/05/25 09:37
R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: MAIO/2024 A ABRIL/2025

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025
	5 - MAIO	6 - JUNHO	7 - JULHO	8 - AGOSTO	9 - SETEMBRO	10 - OUTUBRO	11 - NOVEMBRO	12 - DEZEMBRO	1 - JANEIRO	2 - FEVEREIRO	3 - MARÇO	4 - ABRIL		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.085.534.260,98	4.127.195.006,30	3.870.295.261,40	4.007.825.143,52	3.639.123.908,30	3.874.211.441,88	4.237.312.063,23	5.181.823.531,10	4.683.665.512,28	4.507.797.379,85	4.096.900.414,96	4.190.450.241,01	50.502.134.164,81	50.172.868.054,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.085.498.961,28	2.120.497.177,55	2.127.438.895,09	2.184.685.453,92	2.023.163.842,57	2.194.925.384,46	2.295.096.958,26	2.504.686.581,21	2.620.570.355,79	2.101.686.445,91	2.162.567.873,86	2.251.366.534,16	26.672.184.464,06	26.455.444.189,00
ICMS	1.559.350.007,82	1.619.476.863,59	1.726.105.236,88	1.811.662.389,31	1.661.440.353,35	1.829.467.246,08	1.954.182.887,80	1.896.548.577,87	1.833.908.671,79	1.515.051.744,66	1.591.261.952,06	1.635.793.235,62	20.634.451.166,83	20.326.782.084,00
IPVA	236.635.569,66	208.584.854,54	82.147.490,30	58.924.054,68	47.681.063,22	44.684.633,71	35.636.366,41	39.551.104,43	511.818.489,74	288.661.957,10	265.562.491,57	261.274.088,22	2.081.162.163,58	2.158.893.449,00
ITCD	9.032.226,74	8.082.953,56	11.385.455,04	12.231.925,22	9.618.017,14	18.494.083,48	12.044.066,58	13.242.139,67	48.354.849,72	12.398.796,34	9.813.160,45	13.791.370,45	178.381.064,39	119.420.956,00
IRRF	182.339.632,51	189.232.074,18	198.748.945,06	202.930.380,36	207.125.105,38	203.592.029,52	204.726.869,54	465.242.753,74	127.734.928,64	191.385.544,98	204.406.173,01	241.491.740,87	2.618.956.177,79	2.763.155.411,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	97.941.524,55	95.120.431,68	109.051.767,81	98.936.704,35	97.299.303,48	98.687.391,67	88.506.767,93	90.209.985,50	98.753.415,90	94.188.402,83	91.524.096,77	99.014.099,00	1.159.233.891,47	1.087.192.289,00
Contribuições	110.459.583,06	120.545.326,46	108.847.543,53	113.197.977,23	120.245.236,97	119.441.294,19	126.348.056,23	417.945.704,43	4.615.220,47	122.138.822,69	126.570.693,13	145.676.567,27	1.636.032.025,66	1.835.338.084,00
Recetta Patrimonial	102.733.149,37	89.372.751,63	92.569.796,50	129.629.622,89	76.508.011,03	82.297.975,95	67.302.894,99	253.917.159,88	81.440.856,64	90.320.880,65	91.609.159,35	106.864.922,17	1.264.567.181,05	828.050.355,14
Aplicação Financeira	78.361.982,91	80.161.099,78	84.484.741,56	123.578.366,85	70.108.904,89	74.911.378,38	60.613.330,23	58.547.548,23	76.895.999,30	84.469.766,77	86.202.163,95	87.981.289,99	966.318.572,84	577.880.634,14
Outras Receitas Patrimoniais	24.371.166,46	9.211.651,85	8.085.054,94	6.051.256,04	6.399.106,14	7.386.597,57	6.687.564,76	195.369.611,65	4.544.857,34	5.851.113,88	5.406.995,40	18.883.632,18	298.248.608,21	250.169.721,00
Recetta Agropecuária	2.264,37	1.095,30	1.004,19	0,00	2.741,81	1.402,42	1.314,52	80,00	0,00	0,00	0,00	160,00	11.397,79	0,00
Recetta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	42.011.403,02	56.054.812,80	70.056.173,49	48.349.356,29	68.267.003,97	68.498.073,18	75.122.372,41	74.352.367,77	77.093.413,16	45.825.054,72	83.557.065,33	74.905.583,92	784.092.680,06	609.241.665,21
Transferências Correntes	1.641.494.540,69	1.666.624.998,35	1.378.045.321,78	1.448.896.927,74	1.267.053.866,86	1.323.542.189,36	1.589.792.108,59	1.797.014.297,09	1.813.588.070,53	2.061.962.753,85	1.538.762.205,82	1.541.349.079,02	19.068.126.359,68	19.572.987.088,83
Cota-Parte do FPE	1.184.164.054,68	1.250.402.672,43	818.274.236,62	1.060.929.696,85	868.000.020,83	929.786.441,45	1.179.158.691,60	1.325.284.292,04	1.226.993.623,21	1.615.524.190,08	1.070.153.255,37	1.091.617.324,26	13.620.288.499,42	13.907.421.357,00
Transferências da LC 61/1989	4.234.887,81	5.321.425,74	4.703.683,60	6.365.654,71	6.948.755,36	4.717.720,59	5.239.182,00	6.150.811,56	3.288.404,41	3.722.495,70	4.053.906,93	3.806.148,40	58.553.076,81	62.058.324,00
Transferências do FUNDEB	245.449.860,64	260.550.740,42	226.880.035,68	248.067.455,11	236.750.911,31	253.546.702,73	274.781.625,09	287.947.454,86	427.639.984,50	304.212.893,88	253.394.423,07	288.804.232,73	3.308.026.320,02	3.317.000.000,00
Outras Transferências Correntes	207.645.737,56	150.350.159,76	328.187.365,88	133.534.121,07	155.354.179,36	135.491.324,59	130.612.609,90	177.631.738,63	155.666.058,41	138.503.174,19	211.160.620,45	157.121.373,63	2.081.258.463,43	2.286.507.407,83
Outras Receitas Correntes	103.334.359,19	74.098.844,21	93.336.526,82	83.065.805,45	83.883.205,09	85.505.122,32	83.648.358,23	133.906.085,54	86.357.515,69	85.863.422,03	93.833.417,47	70.287.394,47	1.077.120.056,51	871.806.672,08
DEDUÇÕES (II)	1.133.593.891,42	1.151.857.036,67	1.017.532.923,84	1.142.501.633,69	995.634.819,39	1.071.178.285,78	1.168.077.832,70	1.478.175.455,20	1.305.658.316,14	1.231.492.493,62	1.152.275.475,54	1.182.990.857,39	14.030.969.021,38	14.127.394.731,00
Transferências Constitucionais e Legais	503.836.701,75	504.469.489,65	469.184.942,73	476.878.698,66	434.686.864,98	478.116.857,16	500.539.799,81	488.721.883,42	712.221.605,75	515.677.888,67	529.121.131,55	538.272.433,57	6.151.728.297,70	6.147.119.024,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	110.459.583,06	120.545.326,46	108.847.543,53	113.197.977,23	120.245.236,97	119.441.294,19	126.348.056,23	417.945.704,43	4.604.958,39	122.128.625,51	126.560.112,85	145.665.854,39	1.635.990.273,24	1.835.338.084,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	19.283.511,24	22.843,87	0,00	7.820.463,03	5.656.214,46	4.101,11	1.939.753,94	10.271.629,98	10.387,99	3.568.057,10	178.079,41	0,00	48.755.042,13	15.500.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	2.044.921,42	9.324.975,46	4.419.226,91	49.929.490,36	3.230.782,70	3.139.399,04	2.092.121,10	2.829.687,04	4.653.077,94	6.081.225,11	11.277.132,69	3.626.398,90	102.648.438,67	28.712.073,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	497.969.173,95	517.494.401,23	435.081.210,67	494.675.004,41	431.815.720,28	470.476.634,28	537.158.101,62	558.406.550,33	584.168.286,07	584.036.697,23	485.139.019,04	495.426.170,53	6.091.846.969,64	6.100.725.550,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.951.940.369,56	2.975.337.969,63	2.852.762.337,56	2.865.323.509,83	2.643.489.088,91	2.803.033.156,10	3.069.234.230,53	3.703.648.075,90	3.378.007.196,14	3.276.304.886,23	2.944.624.939,42	3.007.459.383,62	36.471.165.143,43	36.045.473.323,26
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	49.889.401,29	2.800.000,00	151.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.500,00	0,00	0,00	52.972.901,29	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.902.050.968,27	2.972.537.969,63	2.852.611.337,56	2.865.323.509,83	2.643.489.088,91	2.803.033.156,10	3.069.234.230,53	3.703.648.075,90	3.378.007.196,14	3.276.172.386,23	2.944.624.939,42	3.007.459.383,62	36.418.192.242,14	36.045.473.323,26
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)(VI)	0,00	800.000,00	143.468.554,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.268.554,00	0,00





ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025	
	5 - MAIO	6 - JUNHO	7 - JULHO	8 - AGOSTO	9 - SETEMBRO	10 - OUTUBRO	11 - NOVENBRO	12 - DEZEMBRO	1 - JANEIRO	2 - FEVEREIRO			3 - MARÇO
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.902.050.968,27	2.971.737.969,63	2.709.142.783,56	2.865.323.509,83	2.643.489.088,91	2.803.033.156,10	3.069.234.230,53	3.703.648.075,90	3.378.007.196,14	3.276.172.386,23	2.944.624.939,42	3.007.459.383,62	36.273.923.688,14
													36.045.473.323,26

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) Emitido em: 26/05/25 20:48 R\$ 1,00

	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE
RECEITAS CORRENTES (I)		392.153.215,17
Recita de Contribuições dos Segurados	1.094.526.929,00	68.916.065,25
Ativo	263.657.732,00	54.995.341,98
Inativo	199.792.365,00	11.493,25
Pensionista	14.279,00	13.909.230,02
Recita de Contribuições Patronais	63.851.088,00	109.782.574,25
Ativo	314.793.964,00	109.782.574,25
Inativo	314.793.964,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Recita Patrimonial	0,00	10.384.965,73
Recitas Imobiliárias	6.000.000,00	0,00
Recitas de Valores Mobiliários	0,00	10.384.965,73
Outras Recitas Patrimoniais	6.000.000,00	0,00
Recitas de Serviços	0,00	0,00
Outras Recitas Correntes	510.075.233,00	203.069.609,94
Compensação Financeira entre os regimes	500.000,00	274.310,45
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Recitas Correntes	509.575.233,00	202.795.299,49
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Recitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	1.094.526.929,00	392.153.215,17

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO
Benefícios	752.305.310,00	227.472.072,04	227.472.072,04	208.225.050,11	0,00
Aposentadorias	5.339.033,00	198.246,89	198.246,89	174.555,52	0,00
Pensões por Morte	746.966.277,00	227.273.825,15	227.273.825,15	208.050.494,59	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	10.285.200,00	2.956.866,23	2.956.866,23	2.956.866,23	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	10.285.200,00	2.956.866,23	2.956.866,23	2.956.866,23	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	762.590.510,00	230.428.938,27	230.428.938,27	211.181.916,34	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	331.936.419,00	161.724.276,90	161.724.276,90	180.971.298,83	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR			0,00		
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR			331.876.419,00		
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS			APORTES REALIZADOS		
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00		
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00		
Outros Aportes para o RPPS			0,00		
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa			188.312.523,23		
Investimentos e Aplicações			2.092.879.979,95		
Outros Bens e Direitos			42.957.397,54		
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE		
RECEITAS CORRENTES (VII)	2.610.621.533,00		583.485.303,03		
Receita de Contribuições dos Segurados	1.185.783.000,00		245.992.958,78		
Ativo	887.958.983,00		181.060.345,49		
Inativo	293.857.582,00		62.881.587,87		
Pensionista	3.966.435,00		2.051.025,42		
Receita de Contribuições Patronais	1.399.838.533,00		324.413.173,09		
Ativo	1.399.838.533,00		324.413.173,09		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	10.000.000,00		9.244.635,64		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	10.000.000,00		9.244.635,64		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receitas de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	15.000.000,00		3.834.535,52		
Compensação Financeira entre os regimes	15.000.000,00		3.478.176,98		
Demais Receitas Correntes	0,00		356.358,54		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	2.610.621.533,00		583.485.303,03		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO
Benefícios	3.807.341.528,00	1.150.705.458,64	1.150.705.458,64	1.052.918.422,20	0,00
Aposentadorias	3.627.378.927,00	1.115.284.079,98	1.115.284.079,98	1.018.985.077,36	0,00
Pensões por Morte	179.962.601,00	35.421.378,66	35.421.378,66	33.933.344,84	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	10.774.755,00	3.128.532,71	3.128.532,71	3.128.532,71	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	489.555,00	171.666,52	171.666,52	171.666,52	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	10.285.200,00	2.956.866,19	2.956.866,19	2.956.866,19	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	3.818.116.283,00	1.153.833.991,35	1.153.833.991,35	1.056.046.954,91	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	-1.207.494.750,00	-570.348.688,32	-570.348.688,32	-472.561.651,88	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			APORTES REALIZADOS		
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			391.822.890,13		
Recursos para Formação de Reserva			0,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa			119.118.784,12		
Investimentos e Aplicações			0,00		
Outros Bens e Direitos			203.846.877,34		
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE		
Receitas Correntes	30.855.600,00		9.532.533,25		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	30.855.600,00		9.532.533,25		



DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO
Despesas Correntes (XIII)	34.377.794,00	6.778.943,27	6.762.839,19	6.659.728,38	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.222.194,00	1.302.954,05	1.302.954,05	1.200.863,24	0,00
Demais Despesas Correntes	30.155.600,00	5.475.989,22	5.459.885,14	5.458.865,14	0,00
Despesas de Capital (XIV)	700.000,00	4.985,10	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	35.077.794,00	6.783.928,37	6.762.839,19	6.659.728,38	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-4.222.194,00	2.748.604,88	2.769.694,06	2.872.804,87	

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	41.796.278,21
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOIRO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE
Contribuições dos Servidores	6.839.569,00	2.066.735,42
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII)	6.839.569,00	2.066.735,42

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A
Aposentadorias	25.811.397,00	5.387.131,16	5.387.131,16	5.387.131,16	0,00
Pensões	502.070,00	137.336,31	137.336,31	137.336,31	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVIII)	26.313.467,00	5.524.467,47	5.524.467,47	5.524.467,47	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII)	-19.473.898,00	-3.457.732,05	-3.457.732,05	-3.457.732,05	

RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES)		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE
Contribuição sobre a remuneração dos militares ativos	686.988.457,00	150.401.384,64
Contribuição sobre a remuneração dos militares inativos	84.275.836,00	18.473.991,76
Contribuição sobre a remuneração dos pensionistas	46.607.240,00	9.457.682,95
Outras contribuições Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MILITARES (XX)	817.871.533,00	178.333.059,35

DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A
Inatividade	822.927.276,00	239.051.549,50	239.051.549,50	214.256.008,14	0,00
Pensões	382.028.454,00	134.132.715,36	134.132.715,36	124.468.072,09	0,00
Outras Despesas Correntes	10.300.200,00	2.956.866,19	2.956.866,19	2.956.866,19	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES (XXI)	1.215.255.930,00	376.141.131,05	376.141.131,05	341.680.946,42	0,00
RESULTADO ASSOCIADO ÀS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (XXII) = (XX-XXI)	-397.384.397,00	-197.808.071,70	-197.808.071,70	-163.347.887,07	

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Nota: Conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (CH202404203), o Fundo de Previdência Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – FPP deixou de ser apresentado dentro do quadro “Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)” e passou a ser apresentado dentro do quadro “Benefícios Previdenciários Mantidos pelo Tesouro”, uma vez que o FPP não é vinculado ao Próprio de Previdência Social.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Emitido em: 20/05/25 10:26
R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	ATÉ O BIMESTRE / 2025 RECEITAS REALIZADAS (A)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	37.278.075.217,26	12.817.676.204,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.090.965.761,00	5.714.560.302,22
ICMS	12.280.635.982,00	3.967.645.117,58
IPVA	863.557.380,00	530.925.771,61
ITCD	95.536.765,00	67.486.541,61
IRRF	2.763.155.411,00	765.018.387,50
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.088.080.223,00	383.484.483,92
Contribuições	824.711.102,00	180.399.794,77
Receita Patrimonial	812.050.355,14	349.944.282,80
Aplicações Financeiras (II)	561.880.634,14	315.257.684,00
Outras Receitas Patrimoniais	250.169.721,00	34.686.598,80
Transferências Correntes	16.690.508.876,83	5.933.234.253,73
Cota-Parte do FPE	11.125.937.086,00	4.003.430.714,42

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	ATÉ O BIMESTRE / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (A)
Transferências da LC nº 61/1989	37.234.994,00	8.922.573,44
Transferências do FUNDEB	3.317.000.000,00	1.274.051.534,18
Outras Transferências Correntes	2.210.336.796,83	646.829.431,69
Demais Receitas Correntes	1.859.839.122,29	639.537.570,81
Outras Receitas Financeiras (III)	111.123.404,00	106.533.934,88
Receitas Correntes Restantes	1.748.715.718,29	533.003.635,93
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	36.605.071.179,12	12.395.884.585,45
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	3.720.004.062,00	964.879.515,44
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	16.000.000,00	20.291.536,01
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	7.492.058.401,67	3.156.145.277,22
Operações de Crédito (VIII)	6.468.495.929,61	3.131.789.094,39
Amortização de Empréstimos (IX)	50.000.000,00	18.799.566,02
Alienação de Bens	70.722.911,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Aliações de Bens	70.722.911,00	0,00
Transferências de Capital	902.839.561,06	5.556.616,81
Convênios	894.058.764,06	2.059.140,41
Outras Transferências de Capital	8.780.797,00	3.497.476,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	973.562.472,06	5.556.616,81
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	41.298.637.713,18	13.366.320.717,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	37.578.633.651,18	12.401.441.202,26

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ATÉ O BIMESTRE / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (A)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (B)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (C)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	36.213.711.476,05	10.675.917.529,79	10.019.271.519,26	9.510.882.906,02	84.935.571,79	897.545.292,83	888.522.314,24
Pessoal e Encargos Sociais	19.708.903.109,82	5.917.887.503,49	5.817.337.481,36	5.371.146.170,58	56.777.212,40	10.626.854,45	10.622.225,28
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.055.483.047,19	480.404.278,22	480.404.278,22	480.404.278,22	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.449.325.319,04	4.277.625.748,08	3.721.529.759,68	3.659.332.457,22	28.158.359,39	886.918.438,38	877.900.088,96
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	15.449.325.319,04	4.277.625.748,08	3.721.529.759,68	3.659.332.457,22	28.158.359,39	886.918.438,38	877.900.088,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	35.158.228.428,86	10.195.513.251,57	9.538.867.241,04	9.030.478.627,80	84.935.571,79	897.545.292,83	888.522.314,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	3.553.427.643,00	960.389.172,38	960.373.068,30	880.902.060,41	57.641,19	1.310.010,40	1.307.325,60
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	10.602.784.747,24	4.165.637.022,38	4.006.130.141,55	3.987.027.766,38	19.445.978,38	300.150.340,11	286.891.617,61
Investimentos	5.169.247.278,27	830.422.482,81	674.065.601,98	654.963.226,81	19.445.978,38	300.150.340,11	286.891.617,61
Inversões Financeiras	213.741.698,14	30.783.684,96	27.633.684,96	27.633.684,96	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	102.810.000,72	17.264.021,00	14.114.021,00	14.114.021,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	110.931.697,42	13.519.663,96	13.519.663,96	13.519.663,96	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	5.219.795.770,83	3.304.430.854,61	3.304.430.854,61	3.304.430.854,61	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	5.280.178.975,69	843.942.146,77	687.585.265,94	668.482.890,77	19.445.978,38	300.150.340,11	286.891.617,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	700.000,00	4.985,10	0,00	0,00	0,00	251.560,00	251.560,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	44.017.535.047,55	11.999.849.555,82	11.186.825.575,28	10.579.863.578,98	104.439.191,36	1.199.257.203,34	1.176.972.817,45
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	40.463.407.404,55	11.039.455.398,34	10.226.452.506,98	9.698.961.518,57	104.381.550,17	1.197.695.632,94	1.175.413.931,85
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXIV) = [XVIIA - (XXXIIIA + XXXIIIB + XXXIIIC)]							1.505.045.129,91
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXV) = [XVIIA - (XXXIIIA + XXXIIIB + XXXIIIC)]							1.422.684.201,67

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-1.570.816.000,00

JUROS NOMINAIS	ATÉ O BIMESTRE / 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	323.847.025,98
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	525.330.897,97
linha em branco I	1.499.039.121.839,66
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.221.200.329,68





ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	EM 31/DEZ/2024 (A)	ATÉ O BIMESTRE (B)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)		18.052.058.975,07
DEDUÇÕES (XL)		
Disponibilidade de Caixa	18.954.882.256,77	6.952.167.462,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.952.167.462,73	6.197.636.637,63
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	7.303.967.734,37	9.418.814.499,49
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	167.816.310,84	85.319.374,69
Demaís Haveres Financeiros	938.514.785,90	1.980.241.735,71
	754.530.825,10	843.288.332,61
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	12.002.714.794,04	9.855.517.253,37
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA (XLIII) = (XLIIA - XLIIIB)		2.147.197.540,67
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		
VALOR CORRENTE		
-4.769.351.000,00		
AJUSTE METODOLÓGICO		
ATÉ O BIMESTRE/2025		
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)		-82.496.936,15
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		774.733.664,65
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)		-68.766.610,19
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - ABAIXO DA LINHA (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))		1.221.200.329,68
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		1.422.684.201,67
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.206.162.604,41
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		2.206.162.604,41
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		331.876.419,00

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Nota 1: Metas de Resultados primário e Nominal estabelecidas pela Lei nº 18.973, de 05 de agosto de 2024, alterada pela Lei nº 19.117, de 17 de dezembro de 2024;

Nota 2: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundos, Empresas Dependentes e os Poderes;

Nota 3: Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R\$ 349.227.585,56 dos RPPS (460401 - FUNAPREV, 460701 - PREVID E 460901 - CEARAPREV). A disponibilidade do PREVMILITAR não foi excluída por conta da Lei nº 13.954/2019;

Nota 4: A Unidade Gestora Fundo de Previdência Parlamentar não foi considerada integrante do RPPS, passando a utilizar a partir de 2025 a fonte de recursos 804 - DEMAIS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS;

Nota 5: Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados se referem a consignações, depósitos e outros valores de terceiros sob a responsabilidade do estado;

Nota 6: Não considerado na disponibilidade o valor de aplicações financeiras de curto e longo prazo dos RPPS's no total de R\$ 2.092.879.979,95;

Nota 7: Do valor de Demais Haveres Financeiros, R\$ 427.790.571,06 correspondem a valores repassados pelo Poder Executivo e que estão sob administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e do Tribunal Regional do Trabalho para pagamento de precatórios, conforme repasses e informações de valores pagos;

Nota 8: A estrutura do demonstrativo procura compatibilizar as metodologias acima da linha e abaixo da linha, sendo registrado na linha Outros Ajustes os valores não destacados em linhas específicas na metodologia abaixo da linha;

Nota 9: Não considerados os valores de restos a pagar das fontes 800, 801 e 802 na linha de restos a pagar processados;

Nota 10: O Estado apresentou um ganho (receita) de variação cambial no período;

Nota 11: Dados sujeitos a alteração devido a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará - SIAFE/CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRILEmitido em: 26/05/25 15:51
R\$ 1,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				SALDO TOTAL L=(E+K)			
	INSCRITOS		INSCRITOS		INSCRITOS		CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)-(H+J)				
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2024 (B)	PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)-(C+D)	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)				EM 31/12/2024 (G)	LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.398.325,02	157.499.594,46	103.743.792,75	395.074,15	62.759.052,58	130.613.823,67	1.533.616.449,30	1.088.803.644,76	1.066.576.323,47	67.213.594,32	530.440.355,18	593.199.407,76
LEGISLATIVO	544.952,42	6.569.204,46	5.829.804,54	47.293,75	1.237.058,59	943.175,92	21.580.875,05	15.212.418,65	15.212.347,87	186.959,50	7.124.743,60	8.361.802,19
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	544.735,45	5.466.935,53	4.751.157,39	23.455,00	1.237.058,59	78.646,13	8.130.295,54	7.653.923,69	7.653.923,69	2.679,76	552.338,22	1.789.396,81
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	216,97	1.102.268,93	1.078.647,15	23.838,75	0,00	864.529,79	13.450.579,51	7.789.494,96	7.558.424,18	184.279,74	6.572.405,38	6.572.405,38
JUDICIÁRIO	6.928,01	4.758.560,43	4.704.397,20	0,00	61.091,24	9.926.337,77	144.682.893,39	35.517.857,71	34.587.773,11	1.597.066,91	118.424.391,14	118.485.482,38
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	6.928,01	4.758.560,43	4.704.397,20	0,00	61.091,24	9.926.337,77	144.682.893,39	35.517.857,71	34.587.773,11	1.597.066,91	118.424.391,14	118.485.482,38
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	0,00	119.252,60	118.988,73	0,00	263,87	0,00	1.566.436,51	767.516,03	767.516,03	539.111,23	259.809,25	260.073,12
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,00	3.202.578,74	3.201.378,74	0,00	1.200,00	167.374,61	3.237.110,66	2.155.382,26	2.055.357,92	296.018,14	1.053.109,21	1.054.309,21
EXECUTIVO	8.811.657,34	144.113.224,90	91.172.308,50	321.545,80	61.431.027,94	118.362.718,01	1.349.525.123,42	1.025.574.382,02	1.004.748.032,26	63.507.898,31	399.631.910,86	461.062.938,80
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	0,00	5.038,28	5.038,20	0,08	0,00	3.708,35	478.893,80	402.463,47	402.463,47	53.818,25	54.320,43	54.320,43
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	45,00	58.111,47	58.111,36	0,11	45,11	22.164,12	1.361.686,08	1.186.125,28	1.186.125,28	64.436,31	133.288,61	133.333,72
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	6.731,45	187.770,84	115.032,96	0,06	79.469,27	902.975,16	13.928.504,59	8.830.946,06	8.827.258,56	8.715,01	5.995.506,18	6.074.975,45
ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	772,74	55.835,83	55.835,77	0,06	772,74	27.699,77	1.026.302,28	934.116,30	934.116,30	26.730,50	93.155,25	93.927,99
CASA CIVIL	17.185,17	1.677.949,59	934.295,53	0,00	760.839,23	2.969.047,64	56.118.693,53	43.042.162,27	42.940.978,87	3.034.066,49	13.112.695,81	13.873.535,04
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	0,01	90.107,72	90.107,72	0,00	0,01	66,10	276.048,44	258.881,96	258.881,96	11.459,80	5.772,78	5.772,79
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	8.362,91	53.226,83	48.744,58	0,00	12.845,16	2.325,66	386.707,42	341.253,48	335.271,07	0,00	53.762,01	66.607,17
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	0,00	87.767,97	87.767,97	0,00	0,00	7.894,73	2.212.712,31	1.993.983,48	1.993.983,48	52.256,66	174.366,90	174.366,90
CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORÇÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	0,00	9.231,66	9.231,66	0,00	0,00	20.039,86	867.703,82	666.556,74	666.556,74	34.406,40	186.780,54	186.780,54
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	39.308,69	39.308,69	0,00	0,00	95.179,33	3.479.592,28	2.734.831,73	2.734.831,73	72.678,54	767.261,34	767.261,34
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	8.279,72	917.226,74	855.680,82	1,88	69.823,76	6.227.421,76	52.168.611,83	37.437.533,06	37.182.992,09	297.832,27	20.915.209,23	20.985.032,99
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	2.416,35	2.771.922,19	2.771.115,99	0,00	3.222,55	224.859,87	5.684.233,87	5.105.239,28	5.105.148,28	0,00	803.945,46	807.168,01
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	99.338,75	4.030.071,00	4.016.956,17	0,00	112.453,58	87.145,85	33.881.708,98	26.623.687,00	26.599.093,65	5.392.554,28	1.977.206,90	2.089.660,48
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	170.656,12	566.075,47	33.822,93	0,00	702.908,66	0,00	21.369.015,56	16.401.237,63	16.401.237,63	4.180.897,06	786.880,87	1.489.789,53
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	75,08	45.338,04	45.338,04	0,00	75,08	0,00	1.451.938,89	732.515,89	732.515,89	2.518,56	716.904,44	716.979,52
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.680,00	46.537,71	16.350,54	16.350,54	1.519,06	30.348,11	30.348,11
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	121.106,07	61.106,07	0,00	60.000,00	0,00	924.710,74	810.929,78	762.512,36	10.036,59	152.161,79	212.161,79
FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	21.179,67	21.179,67	0,00	0,00	736,00	5.151.594,72	1.073.301,64	1.073.301,64	44.733,43	4.034.295,65	4.034.295,65
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	320,65	138.277,93	120.831,07	17.767,51	0,00	3.862,72	1.250.508,11	1.006.369,42	1.003.684,62	163.363,82	87.322,39	87.322,39
FUNDAÇÃO DE TELEDUCACÃO DO CEARÁ	0,00	36.052,65	36.052,65	0,00	0,00	980,62	649.647,49	587.060,28	587.060,28	2.520,00	61.047,83	61.047,83
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	14.144,40	882.867,20	868.667,60	0,00	28.344,00	254.037,95	7.302.309,89	6.833.265,42	6.833.265,42	15.250,26	707.832,16	736.176,16
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	0,00	457.254,13	455.976,00	0,00	1.278,13	19.265,07	2.361.981,65	1.934.949,00	1.810.698,42	66.328,98	504.219,32	505.497,45
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	0,00	152.797,64	152.797,64	0,00	0,00	65.406,00	6.470.654,99	5.301.678,92	5.301.536,50	192.776,84	1.041.747,65	1.041.747,65
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	9.576,62	459.879,00	455.624,83	0,00	13.830,79	29.356.586,78	91.736.372,44	68.611.031,08	68.609.812,11	300,00	52.482.847,11	52.496.677,90
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	0,00	188.364,05	188.364,05	0,00	0,00	9.687,53	289.454,95	280.761,16	280.677,39	13.381,32	5.083,77	5.083,77
FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	0,00	8.856,39	8.856,39	0,00	0,00	0,00	697.028,07	424.347,38	411.217,28	0,00	285.810,79	285.810,79
FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.658,06	283.627,80	283.627,80	0,00	82.030,26	82.030,26
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	5.700,16	5.700,16	0,00	0,00	10.898,40	2.751.454,71	2.088.676,82	2.083.583,97	0,10	678.769,04	678.769,04
FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	941,92	3.637.465,89	3.635.113,78	0,00	3.294,03	139.962,57	52.055.638,92	34.285.921,45	30.537.333,09	123.248,33	21.535.020,07	21.538.314,10
FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO	0,00	690,81	690,81	0,00	0,00	0,00	4.910,07	4.515,63	4.515,63	365,99	28,45	28,45
FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	20.586,76	131.309,46	47.576,72	50.095,52	54.223,98	0,00	2.900.530,47	20.236,25	20.100,00	93.246,60	2.787.183,87	2.841.407,85
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	19.003,04	8.503,04	0,00	10.500,00	9.612,50	2.710.443,66	1.479.244,33	1.479.244,33	39.763,45	1.201.048,38	1.211.548,38
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227.530,34	81.964,36	81.964,36	0,00	145.565,98	145.565,98
FUNDO ESTADUAL DE FORTALECIMENTO AO CONTROLE ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	822.326,04	12.012.066,36	11.191.665,42	5.578,48	1.637.148,50	19.118.742,85	338.292.759,60	283.600.936,30	279.158.729,61	17.927.161,06	60.325.611,78	61.962.760,28

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
	INSCRITOS		CANCELADOS (D)	PAGOS (C)	SALDO E=(A+B)- (C+D)	INSCRITOS		CANCELADOS (J)	PAGOS (I)	LIQUIDADOS (H)	SALDO K=(F+G)- (I+J)	SALDO TOTAL L=(E+K)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2024 (B)				EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2024 (G)					
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	117.000,00	0,00	273.000,00	273.000,00	
FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO	0,00	55.640,33	55.640,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.417,20	0,00	0,00	0,00	31.417,20	
FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV	5.920.402,17	45.105.911,03	59.562,98	50.966.750,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.966.750,22	
FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR	0,00	16.677,60	16.677,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.138.016,00	2.722.210,00	1.964.580,00	1.964.580,00	283.000,00	2.612.646,00	
FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	0,00	92.063,77	12.140,36	79.923,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.923,41	
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	0,00	23.402,52	23.402,45	0,07	0,00	5.415,15	828.191,97	761.796,01	684.271,45	24.795,33	124.540,34	
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	288.206,32	78.810,26	0,00	209.396,06	0,00	2.515.080,20	1.120.556,04	1.084.654,52	985.756,03	444.665,71	
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	1.873,27	224.577,00	218.117,42	0,00	8.332,85	934,00	1.296.049,82	924.952,97	924.952,97	1.914,71	370.116,14	
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	58.891,77	58.891,59	0,00	0,18	17.117,14	1.420.901,89	1.015.790,47	1.015.790,47	72.591,75	349.636,99	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	62,79	13.787,96	13.787,86	0,00	62,89	17.124,95	602.042,15	589.374,89	581.894,89	18.990,46	18.281,75	
NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	0,00	72.848,47	72.848,27	0,00	0,20	126.533,69	1.471.736,25	991.233,50	991.233,50	17.474,62	589.562,02	
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	972,59	272.145,14	272.111,25	0,00	956,48	61.935,35	3.242.267,07	3.004.977,65	2.999.423,12	129.738,28	175.041,02	
POLÍCIA CIVIL	0,00	146.884,75	143.551,83	0,00	3.332,92	962.368,46	11.828.903,90	10.264.951,09	10.256.267,42	507.703,63	2.027.301,31	
POLÍCIA MILITAR	0,00	222.812,36	222.594,63	0,00	217,73	850.126,59	19.913.790,03	14.783.391,41	10.978.591,41	0,00	9.785.325,21	
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	16,88	740.845,04	740.844,79	0,00	0,83	106,92	1.656.346,74	1.426.736,26	1.426.736,26	224.768,03	2.833.825,50	
PROCURADORIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	0,00	36.335,80	36.335,80	0,00	0,00	0,00	34.977,24	30.675.704,37	30.675.704,37	5.813.528,17	822.445,99	
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	166.215,90	216.263,45	192.207,56	65,72	190.206,07	48.476,64	6.885.885,52	4.552.478,32	4.467.968,63	18.893,52	2.447.500,01	
SECRETARIA DA CULTURA	377.628,95	45.441.427,84	42.526.686,93	15,50	3.292.354,36	15.132.917,59	243.491.826,08	169.087.738,74	165.815.689,93	12.909.691,92	79.899.361,82	
SECRETARIA DA FAZENDA	11.169,66	815.974,77	815.948,91	0,00	11.195,52	553.812,88	20.164.527,14	14.550.088,37	14.361.952,22	1.183.950,03	5.172.437,77	
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	62.013,41	43.751,41	104.011,15	0,00	1.753,67	29.928.052,11	49.196.196,43	59.497.997,10	59.497.997,10	130.348,48	19.497.656,63	
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	15.637,79	88.520,60	88.520,60	0,00	15.637,79	0,00	532.814,04	532.535,88	532.535,88	0,00	278,16	
SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL	0,00	51.410,09	51.409,70	0,00	0,39	0,00	877,02	877,02	877,02	0,00	0,00	
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	0,00	218.558,53	186.769,39	0,24	31.788,90	3.369,33	16.904.593,30	15.460.767,53	15.442.258,64	661.781,79	803.922,20	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	0,00	216.883,32	213.677,47	0,00	3.205,85	1.096.700,35	20.778.768,31	10.723.429,78	10.345.440,17	649.900,29	10.883.334,05	
SECRETARIA DAS CIDADES	775.000,00	5.115.547,71	2.968.541,14	176.094,80	2.745.911,77	146.539,76	55.385.076,03	23.692.366,65	23.691.023,68	1.183.456,23	30.657.135,88	
SECRETARIA DAS MULHERES	0,00	202.375,03	202.375,03	0,00	0,00	0,00	3.179.441,20	2.733.786,86	2.733.786,86	270.887,03	174.767,31	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	41.333,42	2.818.286,94	2.859.619,77	0,00	0,59	2.796.018,26	51.460.572,88	40.677.195,63	36.856.300,23	59.477,48	17.340.818,43	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	108.704,48	108.704,48	0,00	0,00	0,00	1.233.684,18	1.113.651,22	1.113.651,22	97.818,75	22.214,21	
SECRETARIA DO ESPORTE	2.800,24	563.544,10	544.044,10	0,00	22.300,24	122.215,92	2.433.157,16	1.545.457,10	1.545.457,10	28.725,91	981.190,07	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	257,60	144.851,65	142.570,73	2.280,92	257,60	933.291,93	5.982.029,51	4.619.475,27	4.619.475,27	21.94.547,25	2.194.804,85	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	776.392,35	775.188,93	170,06	1.033,36	1.040.530,58	9.466.849,72	5.852.984,74	5.852.920,39	559.776,29	4.095.716,98	
SECRETARIA DO TRABALHO	0,01	125.938,47	125.938,37	0,11	0,00	0,00	2.353.185,65	1.567.297,66	1.567.297,66	65.223,96	720.664,03	
SECRETARIA DO TURISMO	0,00	1.129.553,66	1.129.553,37	0,29	0,00	100.547,17	4.535.583,33	3.246.386,73	3.246.680,52	858.057,32	531.686,45	
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	0,28	136.053,64	136.053,54	0,38	0,00	84.511,13	2.320.971,86	1.234.680,52	1.234.680,52	163.570,96	1.007.231,51	
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	0,00	2.788.163,31	2.788.163,31	0,00	0,00	325,80	1.187.523,00	1.148.762,08	1.148.762,08	31.279,06	7.807,66	
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	2.446,72	63.045,94	56.485,19	0,00	9.007,47	0,00	2.046.778,86	1.976.053,64	1.976.053,64	26.842,68	43.882,54	
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	5.245.640,91	5.176.184,12	69.456,79	0,00	179.380,71	17.051.695,73	11.069.008,39	11.069.008,39	1.876.891,47	4.285.176,58	
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	40.370,06	40.370,06	0,00	0,00	5.500,00	205.613,48	194.817,42	194.817,42	7.109,73	9.186,33	
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	247.281,46	1.118.120,67	1.081.135,96	0,00	284.266,17	410.820,16	1.641.491,42	1.391.163,63	1.389.829,95	21.286,16	641.195,47	
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	4.834,51	206.777,62	209.552,01	0,45	2.059,77	282.029,78	11.527.688,14	5.281.846,08	5.085.293,92	892.645,06	5.831.779,14	
MINISTÉRIO PÚBLICO	29.874,81	1.087.087,39	1.069.486,44	17.600,95	29.874,81	483.584,45	9.489.285,73	6.763.813,69	6.569.746,24	1.754.429,83	1.648.694,11	
FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	318.265,49	318.265,49	0,00	0,00	117.715,13	6.424.271,63	4.699.993,44	4.530.696,69	1.217.414,56	793.875,51	
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	29.874,81	768.821,90	751.220,95	17.600,95	29.874,81	365.869,32	3.065.014,10	2.063.820,25	2.039.049,55	537.015,27	854.818,60	
DEFENSORIA PÚBLICA	4.912,44	971.517,28	967.796,07	8.633,65	0,00	898.007,52	8.338.271,71	5.504.172,69	5.458.423,99	167.239,77	3.610.615,47	
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	4.912,44	811.978,12	808.256,91	8.633,65	0,00	597.510,96	7.130.463,82	4.551.304,71	4.506.385,01	58.456,90	3.163.132,87	
FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	159.539,16	159.539,16	0,00	0,00	300.496,56	1.207.807,89	952.867,98	952.038,98	108.782,87	447.482,60	

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				SALDO TOTAL L=(E+K)			
	INSCRITOS		SALDO E=(A+B)- (C+D)	CANCELADOS (D)	PAGOS (C)	CANCELADOS (J)	PAGOS (I)	LIQUIDADOS (H)		SALDO K=(F+G)- (I+J)		
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2024 (B)										
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	198.673,35	902.868,06	695.398,61	19.715,14	386.427,66	133.337.821,14	123.229.928,79	110.453.558,58	110.396.493,98	3.947.732,87	11.609.699,41	11.996.127,07
TOTAL (III) = (I + II)	9.596.998,37	158.402.462,52	104.439.191,36	414.789,29	63.145.480,24	1.656.846.378,09	1.656.846.378,09	1.199.257.203,34	1.176.972.817,45	71.161.327,19	542.080.054,59	605.195.534,83
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	198.673,35	902.868,06	695.398,61	19.715,14	386.427,66	2.723.997,47	123.229.928,79	110.453.558,58	110.396.493,98	3.947.732,87	11.609.699,41	11.996.127,07
LEGISLATIVO	194.734,22	831.925,06	624.455,61	19.715,14	382.488,53	201.753,01	10.028,13	0,00	0,00	10.028,13	201.753,01	584.241,54
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	0,00	241.663,11	210.499,39	0,00	31.163,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.163,72
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	194.734,22	590.261,95	413.956,22	19.715,14	351.324,81	201.753,01	10.028,13	0,00	0,00	10.028,13	201.753,01	553.077,82
JUDICIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.932.291,89	1.645.648,39	268.547,50	268.547,50	0,00	3.309.392,78	3.309.392,78
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.932.291,89	1.612.953,85	235.852,96	235.852,96	0,00	3.309.392,78	3.309.392,78
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.694,54	32.694,54	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO	3.939,13	70.943,00	70.943,00	0,00	3.939,13	589.733,28	120.527.584,55	109.460.114,81	109.439.355,49	3.798.794,16	7.879.168,18	7.883.107,31
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.106,30	5.106,30	5.106,30	0,00	0,00	0,00
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	21.321,78	678,22	0,00	0,00	0,00
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.474,75	49.929,88	49.929,88	53.544,87	0,00	0,00
ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.967,23	5.878,69	88,54	0,00	0,00	0,00
CASA CIVIL	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	8.943,79	255.332,98	201.348,90	201.348,90	53.984,08	8.943,79	8.943,80
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	507,60	507,60	992,40	0,00	0,00
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.722,43	34.280,66	34.280,66	0,00	401.441,77	401.441,77
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	0,00	837,94	837,94	0,00	0,00	0,00	229.544,20	106.760,82	106.760,82	4.202,42	118.580,96	118.580,96
CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488.458,97	89.476,84	89.476,84	0,00	398.982,13	398.982,13
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.615,91	2.142.035,61	471.714,92	471.714,92	0,00	2.026.936,60	2.026.936,60
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	0,00	38.148,81	38.148,81	0,00	0,00	1.345,36	587.697,63	385.530,98	384.869,00	201.543,10	204.173,99	204.173,99
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	18.456,90	18.456,90	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.603.482,37	80.669.575,34	80.669.575,34	1.933.907,03	0,00	0,00
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.866,89	24.045,38	24.045,38	11.821,51	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.986,90	9.649,00	9.649,00	14.337,90	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.623,83	11.507,33	116,50	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	555.200,98	555.200,98	0,01	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,62	206.365,56	202.440,62	202.440,62	0,00	3.929,56	3.929,56
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.17,62	212.988,16	212.988,16	329,46	0,00	0,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.558,32	78.269,65	58.606,24	58.606,24	0,00	21.221,73	21.221,73
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.891,00	74.960,33	74.960,33	5.930,67	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.870,00	16.408,30	16.408,30	0,00	37.461,70	37.461,70
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	3.939,11	0,00	0,00	0,00	3.939,11	3.939,11	2.558.594,07	2.558.594,07	2.558.594,07	292.357,50	743.260,03	747.199,14
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.871,53	2.997,99	2.997,99	0,00	19.873,54	19.873,54
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.878,71	23.026,12	23.026,12	0,00	2.852,59	2.852,59
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	508,66	508,66	0,00	0,00	0,00	232.417,09	160.288,08	160.288,08	52.618,09	19.510,92	19.510,92
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	1.699.687,12	1.699.038,05	1.699.038,05	607,43	41,65	41,65
NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.391,25	14.339,90	14.339,90	0,00	2.051,35	2.051,35
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.957.584,80	5.956.968,96	5.956.968,96	602,69	75.348,64	75.348,64
POLÍCIA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.583.926,13	1.448.014,88	1.448.014,88	117.239,46	18.671,79	18.671,79
POLÍCIA MILITAR	0,00	849,02	849,02	0,00	0,00	3.518,84	60.024,94	52.774,94	52.774,94	0,00	10.768,84	10.768,84
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.009,65	21.090,60	21.069,72	21.069,72	228,78	1.398.801,75	1.398.801,75
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.530,82	248.347,43	248.347,43	1.042,94	1.140,45	1.140,45
SECRETARIA DA CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.734,30	35.584,72	34.981,08	34.981,08	0,00	2.337,94	2.337,94
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.024.958,12	1.024.958,12	1.024.958,12	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.064,87	1.035.158,96	885.888,44	885.888,44	11.894,11	158.441,28	158.441,28
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.728,84	69.728,84	69.728,84	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	0,00	29.785,65	29.785,65	0,00	0,00	0,00	989.315,36	845.397,45	825.300,11	0,00	164.015,25	164.015,25
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.618,94	217.392,40	217.392,40	17.881,38	9.345,16	9.345,16
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.581.131,84	8.111.130,19	8.111.130,19	589.293,37	1.880.708,28	1.880.708,28
SECRETARIA DAS MULHERES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	7.913,78	7.913,78	2.086,22	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370,21	16.193,54	15.875,12	15.875,12	0,00	688,63	688,63
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.056,49	24.050,69	24.050,69	5,80	0,00	0,00
SECRETARIA DO ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,84	3.256,89	2.260,73	2.260,73	0,00	1.004,00	1.004,00



PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)- (C+D)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)	CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)- (H+J)	SALDO TOTAL L=(E+K)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2024 (B)				EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2024 (G)					
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.003,79	100.003,59	100.003,59	0,00	0,20	0,20
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,40	2.597.237,21	2.301.500,31	2.301.500,31	295.736,90	179,40	179,40
SECRETARIA DO TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.830,60	15.830,60	15.830,60	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.126,83	106.685,63	106.685,63	50.441,20	0,00	0,00
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.994,36	1.481,53	1.481,53	65.512,83	0,00	0,00
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.515,74	10.388,16	10.388,16	4.127,58	0,00	0,00
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.069,90	58.915,25	58.915,25	0,00	154,65	154,65
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.169,23	2.169,23	2.169,23	0,00	0,00	0,00
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,68	16.117,11	13.941,04	13.941,04	0,00	2.220,75	2.220,75
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	812,92	812,92	0,00	0,00	0,00	340.186,58	178.466,54	178.466,54	15.641,17	146.078,87	146.078,87
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.326,18	703.648,60	667.343,32	138.910,58	211.072,28	211.072,28
FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.790,28	320.989,31	284.684,03	76.800,97	36.305,28	36.305,28
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	619.535,90	382.659,29	382.659,29	62.109,61	174.767,00	174.767,00
DEFENSORIA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219,29	29.341,54	21.247,67	21.247,67	0,00	8.313,16	8.313,16
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219,29	0,00	0,00	0,00	0,00	219,29	219,29
FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.341,54	21.247,67	21.247,67	0,00	8.093,87	8.093,87

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CELULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) Emitido em: 22/05/25 10:56 R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (ARTS. 212 E 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)			RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			PREVISÃO ATUALIZADA (A)	(B)
1- RECEITA DE IMPOSTOS			25.368.251.900,00	8.752.711.195,22
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS			20.326.782.084,00	6.576.017.604,13
1.1.1- ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)			19.942.613.386,00	6.492.405.686,67
1.1.2- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)			384.168.698,00	83.611.917,46
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCD			119.420.956,00	84.358.176,96
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA			2.158.893.449,00	1.327.317.026,63
1.4- Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF			2.763.155.411,00	765.018.387,50
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS			14.130.979.681,00	5.046.939.731,70
2.1- Cota-Parte FPE			13.907.421.357,00	5.004.288.392,92
2.2- Cota-Parte IPI-Exportação			62.058.324,00	14.870.955,44
2.3- Cota-Parte IOF-Outro			0,00	0,00
2.4- Outras transferências ou compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			161.500.000,00	27.780.383,34
3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS			6.135.548.413,00	2.290.783.417,88
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 25% de 1.1.1)			5.040.587.108,00	1.623.406.301,31
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 50% de 1.3)			1.079.446.724,00	663.659.377,85
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 25% de 2.2)			15.514.581,00	3.717.738,72
4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)			33.363.683.168,00	11.508.867.509,04
5- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3) + (2.4))			6.120.105.551,40	2.148.770.172,87
6- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3) + (2.4) + 25% DE (1.4 + 2.3))			2.220.815.240,60	728.447.052,95

FUNDEB						
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO			PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)		
7- RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS			3.317.000.000,00	1.287.689.487,39		
7.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			2.251.000.000,00	833.771.141,63		
7.1.1- Principal			2.251.000.000,00	824.154.977,49		
7.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira			0,00	9.616.164,14		
7.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb			0,00	0,00		
7.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF			1.056.000.000,00	453.918.345,76		
7.2.1- Principal			1.056.000.000,00	449.896.556,69		
7.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira			0,00	4.021.789,07		
7.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb			0,00	0,00		
7.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT			0,00	0,00		
7.3.1- Principal			0,00	0,00		
7.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira			0,00	0,00		
7.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb			0,00	0,00		
7.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR			10.000.000,00	0,00		
7.4.1- Principal			10.000.000,00	0,00		
7.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira			0,00	0,00		
7.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb			0,00	0,00		
8- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (7.1.1 - 5)			-3.869.105.551,40	-1.324.615.195,38		
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)				VALOR		
9- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT				54.894.137,59		
9.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR				53.507.360,75		
9.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS				1.386.776,84		
10- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (7 + 9)				1.342.583.624,98		
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (POR SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)	
11- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.371.894.137,59	1.079.846.746,89	994.014.722,30	919.758.747,25	85.832.024,59	
11.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.017.000.000,00	971.290.120,07	919.202.215,68	846.109.235,57	52.087.904,39	
11.1.1- Ensino Fundamental	5.000.000,00	3.011.379,99	3.011.379,99	3.011.379,99	0,00	
11.1.2- Ensino Médio	2.316.000.000,00	553.859.964,04	501.772.059,65	431.909.750,81	52.087.904,39	
11.1.3- Educação de Jovens e Adultos	536.000.000,00	362.667.499,90	362.667.499,90	362.667.499,90	0,00	
11.1.4- Educação Especial	10.000.000,00	3.169.730,30	3.169.730,30	3.169.730,30	0,00	
11.1.5- Administração Geral	150.000.000,00	48.581.545,84	48.581.545,84	45.350.874,57	0,00	
11.2- OUTRAS DESPESAS	354.894.137,59	108.556.626,82	74.812.506,62	73.649.511,68	33.744.120,20	
11.2.1- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.2.2- Ensino Médio	354.894.137,59	108.556.626,82	74.812.506,62	73.649.511,68	33.744.120,20	
11.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (H)	DESPESAS LIQUIDADAS/ EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)
12- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.024.952.609,30	969.088.959,39	895.930.376,68	55.863.649,91	0,00	0,00
12.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	704.187.610,96	652.099.706,57	594.028.209,65	52.087.904,39	0,00	0,00
12.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	320.764.998,34	316.989.252,82	301.902.167,03	3.775.745,52	0,00	0,00
12.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	971.290.120,07	919.202.215,68	846.109.235,57	52.087.904,39	0,00	0,00
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - ART. 212-A, INCISO XI E § 3º - CONSTITUIÇÃO FEDERAL			VALOR EXIGIDO (J)	VALOR APLICADO (K)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (L)	% APLICADO (M)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica			901.382.641,17	919.202.215,68	919.202.215,68	71,38
16 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - ART.25, § 3º - LEI Nº 14.113, DE 2020 - (MÁXIMO DE 10% DE SUPERÁVIT)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (N)	VALOR NÃO APLICADO (O)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (P)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (Q)		% NÃO APLICADO (R)
17- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	128.768.948,74	318.600.528,00	318.600.528,00	189.831.579,26		24,74



INDICADOR - ART.25, § 3º - LEI Nº 14.113, DE 2020 - (APLICAÇÃO DO SUPERÁVIT DE EXERCÍCIO ANTERIOR)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (S)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (T)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (U)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (V)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (W)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (X)
18- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	319.742.153,79	53.507.360,75	24.925.762,91	0,00	28.581.597,84	28.581.597,84
18.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	219.382.787,05	27.941.726,40	7.483.516,00	0,00	20.458.210,40	20.458.210,40
18.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	100.359.366,74	25.565.634,35	17.442.246,91	0,00	8.123.387,44	8.123.387,44

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (POR SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
19- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	2.498.875.551,98	662.869.395,40	625.351.146,09	592.282.447,50	37.518.249,31
19.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.515.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	119.859.984,00	6.968.310,65	6.968.310,65	6.968.310,65	0,00
19.3 - ENSINO MÉDIO	796.261.425,00	179.748.554,21	151.795.609,83	148.380.125,47	27.952.944,38
19.4 - ENSINO SUPERIOR	819.375.592,98	241.965.076,22	234.759.835,84	218.917.311,09	7.205.240,38
19.5- ENSINO PROFISSIONAL	23.374.145,00	7.657.715,96	7.646.022,90	7.314.545,10	11.693,06
19.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.8- ADMINISTRAÇÃO GERAL	718.350.384,00	222.700.685,22	220.622.960,03	207.146.448,41	2.077.725,19
19.9- TRANSPORTE (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.10- OUTRAS	16.549.021,00	3.829.053,14	3.558.406,84	3.555.706,78	270.646,30

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (POR ÁREA DE ATUAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	5.870.769.689,57	1.742.716.142,29	1.619.365.868,39	1.512.041.194,75	123.350.273,90
20.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.515.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	124.859.984,00	9.979.690,64	9.979.690,64	9.979.690,64	0,00
20.3 - ENSINO MÉDIO	4.883.175.946,59	1.479.284.606,33	1.363.421.912,17	1.272.273.941,14	115.862.694,16
20.4 - ENSINO SUPERIOR	835.844.613,98	245.794.129,36	238.318.242,68	222.473.017,87	7.475.886,68
20.5 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	23.374.145,00	7.657.715,96	7.646.022,90	7.314.545,10	11.693,06

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL

	VALOR
21- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = (L19(d ou e))	625.351.146,09
22- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L5)	2.148.770.172,87
23- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = (L17q)	189.831.579,26
24- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = (L18(x))	28.581.597,84
25 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
26 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L29.1(af) + L29.2(af))	3.373.058,03
27- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (21 + 22 - 23 - 24 - 25 - 26)	2.552.335.083,83

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL

	VALOR EXIGIDO (Z)	VALOR APLICADO (AA)	% APLICADO (AB)
28- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.877.216.877,26	2.552.335.083,83	22,18

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE

	SALDO INICIAL (AC)	RP LIQUIDADOS (AD)	RP PAGOS (AE)	RP CANCELADOS (AF)	SALDO FINAL (AG)=(AC)-(AE+AF)
29- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	208.652.220,16	154.721.756,68	149.585.457,60	3.596.367,20	55.470.395,36
29.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	158.695.873,21	108.661.776,00	106.486.310,20	3.373.058,03	48.836.504,98
29.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	7.491.219,51	7.488.777,61	7.488.348,33	0,00	2.871,18
29.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAF + VAAR)	42.465.127,44	38.571.203,07	35.610.799,07	223.309,17	6.631.019,20

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)
30- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	601.321.836,00	144.153.298,17
30.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	290.600.000,00	127.126.144,44
30.1.1- Salário-Educação	130.100.000,00	88.654.081,79
30.1.2- PDDE	0,00	0,00
30.1.3- PNAE	77.500.000,00	30.999.628,83
30.1.4 - PNATE	3.000.000,00	2.207.196,33
30.1.5- Outras Transferências do FNDE	80.000.000,00	5.265.237,49
30.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	21.780.341,00	6.544.331,24
30.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
30.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)
30.5 RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	277.100.000,00	6.164.193,14
30.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.841.495,00	4.318.629,35

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (POR SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
31- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	868.842.331,53	179.039.813,12	124.630.917,11	120.456.083,65	54.408.896,01
31.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	27.680.000,00	9.788.113,73	7.745.890,30	7.077.629,55	2.042.223,43
31.2- ENSINO FUNDAMENTAL	175.200.000,00	10.760.525,88	10.364.264,42	10.326.497,10	396.261,46
31.3- ENSINO MÉDIO	506.375.135,81	143.284.562,19	93.315.639,17	90.092.902,00	49.968.923,02
31.4- ENSINO SUPERIOR	129.163.008,72	11.896.556,26	10.839.905,18	10.594.165,54	1.056.651,08
31.5- ENSINO PROFISSIONAL	14.049.594,00	1.046.887,81	1.046.887,81	1.046.887,81	0,00
31.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.8- OUTRAS	15.924.593,00	2.263.167,25	1.318.330,23	1.318.001,65	944.837,02

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
32- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (11 + 19 + 31)	6.739.612.021,10	1.921.755.955,41	1.743.996.785,50	1.632.497.278,40	177.759.169,91
32.1- Despesas Correntes	6.388.532.197,14	1.908.037.735,22	1.745.020.310,45	1.635.936.343,96	163.017.424,77
32.1.1 - Pessoal Ativo	4.550.711.452,00	1.405.199.238,78	1.349.579.353,84	1.247.698.311,26	55.619.884,94
32.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	97.599.949,00	44.837.242,67	44.837.242,67	44.533.839,67	0,00
32.1.4 - Outras Despesas Correntes	1.740.220.796,14	458.001.253,77	350.603.713,94	343.704.193,03	107.397.539,83
32.2- Despesas de Capital	351.079.823,96	75.842.548,53	59.187.406,40	56.693.789,28	16.655.142,13
32.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2.2 - Outras Despesas de Capital	351.079.823,96	75.842.548,53	59.187.406,40	56.693.789,28	16.655.142,13

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

	FUNDEB (AH)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (AI)
33- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	104.850.496,79	89.649.269,82
34- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.287.689.487,39	88.654.436,63
35- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	962.857.894,65	61.143.189,47
36- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	429.682.089,53	117.160.516,98
37- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
38- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	429.682.089,53	117.160.516,98

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

12 Itens excluídos segundo ACORDÃO TCE Nº 546 de 2018:

NATUREZA DESPESA / ITEM PATRIMONIAL	DESPESAS LIQUIDADAS
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	53.639.321,01
2185 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	53.611.475,32
2234 - ANUIDADES ASSOCIATIVAS	27.845,69
339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	226,80
2376 - MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS FEDERAIS	7,72
2377 - MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS MUNICIPAIS	219,08
339093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.571.383,54
2326 - INDENIZAÇÕES	1.074.426,02
2327 - RESTITUIÇÕES	862,00
2339 - RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	2.496.095,52
449092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.000.000,00
2344 - (DEA) INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000.000,00
TOTAL	60.210.931,35

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL/2025

RECEITAS RECEBIDAS PRECATÓRIOS FUNDEF	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	RECEITAS RECEBIDAS ATÉ O BIMESTRE (B)	TOTAL DE RECEITAS (C) = (A) + (B)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	182.560.922,03	6.164.193,14	188.725.115,17
DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEF (POR SUBFUNÇÃO)6	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEF	19.785.896,61	17.690.336,72	16.984.308,65
2.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.788.113,73	7.745.890,30	7.077.629,55
2.2- ENSINO FUNDAMENTAL	9.997.782,88	9.944.446,42	9.906.679,10
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS FUNDEF (I.C) - (2.F)			171.740.806,52

RECEITAS RECEBIDAS PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	RECEITAS RECEBIDAS ATÉ O BIMESTRE (B)	TOTAL DE RECEITAS (C) = (A) + (B)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS FUNDEB 2007-2020			
DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEB 2007 - 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020			
2.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
2.1.1- Educação Infantil			
2.1.2- Ensino Fundamental			
2.1.3- Ensino Médio			
2.2- OUTRAS DESPESAS			
2.2.1- Educação Infantil			
2.2.2- Ensino Fundamental			
2.2.3- Ensino Médio			
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS DO FUNDEB 2007 - 2020 (I.C) - (2.F)			

RECEITAS RECEBIDAS PRECATÓRIOS FUNDEB PERMANENTE	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	RECEITAS RECEBIDAS ATÉ O BIMESTRE (B)	TOTAL DE RECEITAS (C) = (A) + (B)
1. RECEITAS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEB PERMANENTE			
DESPESAS COM EDUCAÇÃO CUSTEADAS COM PRECATÓRIOS FUNDEB PERMANENTE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)
2. TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEB PERMANENTE			
2.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
2.1.1- Educação Infantil			
2.1.2- Ensino Fundamental			
2.1.3- Ensino Médio			
2.2- OUTRAS DESPESAS			
2.2.1- Educação Infantil			
2.2.2- Ensino Fundamental			
2.2.3- Ensino Médio			
3. RESULTADO LÍQUIDO DOS PRECATÓRIOS DO FUNDEB PERMANENTE (I.C) - (2.F)			

Nota 1: A coluna Saldo Exercício Anterior refere-se ao valor da conta contábil 111-Caixa e Equivalente de Caixa em 31/12/2024;

Nota 2: Na coluna Receitas Recebidas do FUNDEF serão consideradas as Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) do FUNDEF, rendimentos, juros e multas e restituições de receita.

Nota 3: Não foram informados os valores de Restos a Pagar pagos por ausência de campo neste demonstrativo.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRILEmitido em: 26/05/25 15:42
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	25.368.251.900,00	25.368.251.900,00	8.752.711.195,22	34,50
Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	20.326.782.084,00	20.326.782.084,00	6.576.017.604,13	32,35
ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	19.942.613.386,00	19.942.613.386,00	6.492.405.686,67	32,56
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	384.168.698,00	384.168.698,00	83.611.917,46	21,76
Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCD	119.420.956,00	119.420.956,00	84.358.176,96	70,64
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	2.158.893.449,00	2.158.893.449,00	1.327.317.026,63	61,48
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.763.155.411,00	2.763.155.411,00	765.018.387,50	27,69
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.066.379.681,00	14.066.379.681,00	5.039.994.635,87	35,83
Cota-Parte FPE	13.907.421.357,00	13.907.421.357,00	5.004.288.392,92	35,98
Cota-Parte IPI-Exportação	62.058.324,00	62.058.324,00	14.870.955,44	23,96
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	96.900.000,00	96.900.000,00	20.835.287,51	21,50
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	6.070.948.413,00	6.070.948.413,00	2.283.838.322,05	37,62
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	4.975.987.108,00	4.975.987.108,00	1.616.461.205,48	32,49
PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50%)	1.079.446.724,00	1.079.446.724,00	663.659.377,85	61,48
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	15.514.581,00	15.514.581,00	3.717.738,72	23,96
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (IV) = (I) + (II) - (III)	33.363.683.168,00	33.363.683.168,00	11.508.867.509,04	34,50

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (E)	%(E/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (F)	%(F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (V)	306.415.770,00	306.797.251,78	110.813.006,81	36,12	110.560.172,97	36,04	98.451.089,55	32,09	0,00
Despesas Correntes	284.138.559,00	284.445.719,08	110.328.006,81	38,79	110.075.172,97	38,70	97.966.089,55	34,44	0,00
Despesas de Capital	22.277.211,00	22.351.532,70	485.000,00	2,17	485.000,00	2,17	485.000,00	2,17	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	3.916.766.982,00	4.099.171.904,49	1.370.817.113,63	33,44	1.278.371.155,26	31,19	1.243.391.338,12	30,33	0,00
Despesas Correntes	3.858.812.589,00	4.011.323.572,56	1.324.721.330,54	33,02	1.242.589.358,60	30,98	1.213.525.426,03	30,25	0,00
Despesas de Capital	57.954.393,00	87.848.331,93	46.095.783,09	52,47	35.781.796,66	40,73	29.865.912,09	34,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	38.909.532,00	42.400.565,24	10.865.465,03	25,63	2.568.340,69	6,06	2.389.759,69	5,64	0,00
Despesas Correntes	38.899.532,00	42.390.565,24	10.865.465,03	25,63	2.568.340,69	6,06	2.389.759,69	5,64	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	136.640,00	136.640,00	45.244,28	33,11	38.044,28	27,84	38.044,28	27,84	0,00
Despesas Correntes	116.640,00	116.640,00	45.244,28	38,79	38.044,28	32,62	38.044,28	32,62	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	47.710.099,00	48.331.059,16	12.174.299,45	25,19	6.666.516,63	13,79	6.557.065,66	13,57	0,00
Despesas Correntes	47.648.099,00	47.889.059,16	11.773.960,13	24,59	6.666.516,63	13,92	6.557.065,66	13,69	0,00
Despesas de Capital	62.000,00	442.000,00	400.339,32	90,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	1.344.228.481,00	1.193.172.907,85	146.427.824,34	12,27	139.128.110,44	11,66	122.515.693,23	10,27	0,00
Despesas Correntes	1.340.946.308,00	1.189.325.080,58	145.943.177,79	12,27	139.105.608,15	11,70	122.493.190,94	10,30	0,00
Despesas de Capital	3.282.173,00	3.847.827,27	484.646,55	12,60	22.502,29	0,58	22.502,29	0,58	0,00
TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)	5.654.167.504,00	5.690.010.328,52	1.651.142.953,54	29,02	1.537.332.340,27	27,02	1.473.342.990,53	25,89	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (D)	DESPESAS LIQUIDADAS (E)	DESPESAS PAGAS (F)
Total das Despesas com ASPS (XIII) = (XII)	1.651.142.953,54	1.537.332.340,27	1.473.342.990,53
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)	1.651.142.953,54	1.537.332.340,27	1.473.342.990,53
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)			1.381.064.101,08
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x % (Constituição Estadual)			0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII)	270.078.852,46	156.268.239,19	92.278.889,45
Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC nº 141/2012 ou % da Constituição Estadual)			13,36

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL (NO EXERCÍCIO ATUAL) (H)	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			SALDO FINAL (NÃO APLICADO) (L) = (H - (I OU J))
		EMPENHADAS (I)	LIQUIDADAS (J)	PAGAS (K)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR								
EXERCÍCIO DO EMPENHO	VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS (M)	VALOR APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO (N)	RPNP INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA Q = (XIVd)	VALOR INSCRITO EM RP CONSIDERADO NO LIMITE (R) = (P - (Q + Q)) SE < 0, ENTÃO (R) = (0)	TOTAL DE RP PAGOS (S)	TOTAL DE RP A PAGAR (T)	TOTAL DE RP CANCELADOS OU PRESCRITOS (U)	DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO ALÉM DO LIMITE E O TOTAL DE RP CANCELADOS (V) = ((O + Q) - U))
Empenhos de 2025	1.381.064.101,08	1.537.332.340,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156.268.239,19
Empenhos de 2024	3.862.130.215,54	5.075.549.177,71	0,00	0,00	197.052.209,26	100.772.954,16	6.240.458,29	1.207.178.503,88
Empenhos de 2023	3.361.321.934,72	4.657.368.915,49	0,00	0,00	160.044.505,52	21.885.741,71	5.468.515,72	1.290.578.465,05
Empenhos de 2022	3.200.598.019,04	4.528.247.844,51	0,00	0,00	154.967.975,04	0,00	23.780.561,93	1.303.869.263,54
Empenhos de 2021 e anteriores	16.746.688.592,71	21.003.131.202,75	0,00	0,00	484.653.048,53	0,00	83.146.617,21	4.173.295.992,83
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)								0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII)								
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XXIII)								0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL (W)	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			SALDO FINAL (NÃO APLICADO) (AA) = (W - (X OU Y))
		EMPENHADAS (X)	LIQUIDADAS (Y)	PAGAS (Z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	1.279.838.277,00	1.282.238.277,00	440.717.485,45	34,37
Proveniente da União	1.216.675.970,00	1.219.075.970,00	423.013.252,26	34,70
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00



RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100
Proveniente dos Municípios	63.162.307,00	63.162.307,00	17.704.233,19	28,03
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	68.275.746,00	68.275.746,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	10.753.112,00	10.753.112,00	4.921.077,22	45,76
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	1.358.867.135,00	1.361.267.135,00	445.638.562,67	32,74

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (E)	% (E/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (F)	% (F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	146.194.595,00	159.756.682,72	16.670.823,52	10,44	14.979.767,93	9,38	14.957.859,09	9,36	0,00
Despesas Correntes	146.194.595,00	159.720.658,51	16.670.823,52	10,44	14.979.767,93	9,38	14.957.859,09	9,37	0,00
Despesas de Capital	0,00	36.024,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	1.280.901.316,00	1.421.152.356,26	344.931.435,93	24,27	291.296.654,38	20,50	289.008.962,37	20,34	0,00
Despesas Correntes	1.212.415.570,00	1.290.002.117,55	329.447.253,92	25,54	289.686.562,38	22,46	287.398.870,37	22,28	0,00
Despesas de Capital	68.485.746,00	131.150.238,71	15.484.182,01	11,81	1.610.092,00	1,23	1.610.092,00	1,23	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	109.604.897,00	126.304.854,39	36.361.594,28	28,79	7.765.852,12	6,15	5.670.900,05	4,49	0,00
Despesas Correntes	109.604.897,00	126.304.854,39	36.361.594,28	28,79	7.765.852,12	6,15	5.670.900,05	4,49	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	1.546.680,00	3.012.840,03	489.876,35	16,26	368.433,96	12,23	355.470,32	11,80	0,00
Despesas Correntes	1.546.680,00	3.012.840,03	489.876,35	16,26	368.433,96	12,23	355.470,32	11,80	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	23.289.681,00	44.655.919,46	6.185.542,84	13,85	3.421.868,29	7,66	3.329.700,82	7,46	0,00
Despesas Correntes	23.259.681,00	38.148.788,88	6.185.542,84	16,21	3.421.868,29	8,97	3.329.700,82	8,73	0,00
Despesas de Capital	30.000,00	6.507.130,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	84.503.699,00	107.558.252,31	12.429.760,34	11,56	8.744.672,04	8,13	8.377.962,54	7,79	0,00
Despesas Correntes	84.043.699,00	104.687.359,21	12.153.193,34	11,61	8.744.672,04	8,35	8.377.962,54	8,00	0,00
Despesas de Capital	460.000,00	2.870.893,10	276.567,00	9,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	1.646.040.868,00	1.862.440.905,17	417.069.033,26	22,39	326.577.248,72	17,53	321.700.855,19	17,27	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (E)	% (E/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (F)	% (F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (V + XXXIII)	452.610.365,00	466.553.934,50	127.483.830,33	27,32	125.539.940,90	26,91	113.408.948,64	24,31	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (VI + XXXIV)	5.197.668.298,00	5.520.324.260,75	1.715.748.549,56	31,08	1.569.667.809,64	28,43	1.532.400.300,49	27,76	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VII + XXXV)	148.514.429,00	168.705.419,63	47.227.059,31	27,99	10.334.192,81	6,13	8.060.659,74	4,78	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.683.320,00	3.149.480,03	535.120,63	16,99	406.478,24	12,91	393.514,60	12,49	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (XIX + XXXVII)	70.999.780,00	92.986.978,62	18.359.842,29	19,74	10.088.384,92	10,85	9.886.766,48	10,63	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (XI + XXXIX)	1.428.732.180,00	1.300.731.160,16	158.857.584,68	12,21	147.872.782,48	11,37	130.893.655,77	10,06	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XII + XLI)	7.300.208.372,00	7.552.451.233,69	2.068.211.986,80	27,38	1.863.909.588,99	24,68	1.795.043.845,72	23,77	0,00

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

4 - As seguintes despesas são consideradas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- As despesas executadas pelo Fundo Estadual de Saúde (FUNDES);

- As despesas executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde (mediante as informações DECLARADAS PELOS CONSÓRCIOS, segundo os critérios do Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, atualizado em 05/09/2024);

- Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Iguatu ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Icó ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro Norte ; - Consórcio Público de Saúde Maciço de Baturité ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Caucaia/Cisvale ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Russas ; - Consórcio Público de Saúde de Brejo Santo - Consórcio Público de Saúde de Canindé - Consórcio Público de Saúde de Ibiapaba - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Maracanaú - Consórcio Público de Saúde de Quixadá - Consórcio Público de Saúde de Sobral - Consórcio Público de Saúde de Tauá - Consórcio Público de Saúde de Camocim

4.1 - Os seguintes Consórcios não prestaram contas sobre as despesas executadas com os recursos repassados:

- Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca ; - Consórcio Público de Saúde de Canindé ; - Consórcio Público de Saúde de Iguatu; Consórcio Público de Saúde de Baturité; Consórcio Público de Saúde de Caucaia - Consórcio Público de Saúde de Maracanaú

5 - As seguintes despesas não são computadas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- As despesas executadas pela Escola de Saúde Pública (ESP), pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Ceará (ISSEC) e pelo Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Ceará (FASSEC), pois não atendem ao Princípio de Acesso Universal.

- As despesas executadas nos itens de despesa abaixo, em cumprimento aos Acórdãos nº 20, 135, 141, 546, 950, 952 e 955 do TCE-CE (Valores empenhados em R\$):

2185 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	740.177,60
2259 - MATERIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	189.617,00
2326 - INDENIZAÇÕES	258.352,97
2344 - (DEA) INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.788.232,72
2376 - MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUT.	35.079,40
TOTAL (R\$)	26.011.459,69

6 - No quadro de Execução de Restos a Pagar, na linha Empenhos de 2020 e anteriores, os valores se referem aos exercícios de 2020, 2019, 2018 e 2017.

7- Todos os valores neste demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude da mudança do sistema de execução financeira e orçamentária do Estado do Ceará (SiafeCE).

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSÓRCIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Emitido em: 23/05/25 14:40
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSOLIDADO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (A)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/A) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	21.515.317,39	19.343.003,66	89,90	12.841.362,70	59,68	11.604.992,85	53,94	0,00
Despesas Correntes	21.515.317,39	18.845.052,09	87,59	12.576.767,95	58,45	11.578.888,62	53,82	0,00
Despesas de Capital	0,00	497.951,57	∞	264.594,75	∞	26.104,23	∞	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	21.515.317,39	19.343.003,66	89,90	12.841.362,70	59,68	11.604.992,85	53,94	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS(D)	DESPESAS LIQUIDADAS(E)	DESPESAS PAGAS(F)
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)		0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (IX)		0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)		0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)		0,00	0,00	0,00

CONSÓRCIO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (A)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
		ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/A) X 100
CONS PUB DE SAUDE DO MACICO DE BATURITE	994.771,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSOR PUBLICO DE SAUDE DE CAMOCIM	1.450.303,04	1.450.303,04	100,00	1.450.303,04	100,00	1.450.303,04	100,00
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO DE CRATO	1.878.185,13	1.878.185,13	100,00	1.645.757,13	87,62	1.407.266,61	74,93
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO RUSSAS	1.235.827,08	661.291,27	53,51	98.959,22	8,01	98.959,22	8,01
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO BREJO SANTO	272.476,75	272.476,75	100,00	272.476,75	100,00	272.476,75	100,00
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO DE CRATEUS	1.369.963,16	1.369.963,16	100,00	1.369.963,16	100,00	1.369.963,16	100,00
CONSORCIO PUBL DE SAUDE MICRO ITAPIPOCA	1.017.695,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSORCIO PUBLICO DA MICROR DE CASCABEL	926.870,29	926.870,29	100,00	421.563,99	45,48	364.894,18	39,37
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA IBIAPABA	1.369.963,16	1.301.465,00	95,00	1.171.318,50	85,50	765.318,50	55,86
CONSORCIO PUBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE QUIXADÁ	1.027.472,35	1.635.451,37	159,17	1.054.083,99	102,59	979.536,94	95,33
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE CANINDE	1.246.005,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ICÓ	1.084.059,24	1.084.059,24	100,00	1.084.059,24	100,00	1.084.059,24	100,00
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE IGUATU	754.995,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE LIMOEIRO DO NORTE	1.369.963,16	2.460.593,28	179,61	1.282.467,42	93,61	1.182.924,12	86,35
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE ACARAU	1.235.827,08	1.235.827,08	100,00	1.235.827,08	100,00	1.235.827,08	100,00
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE MARACANAU	1.105.878,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE TAUÁ	1.400.003,03	4.662.093,38	333,01	1.754.583,18	125,33	1.393.464,01	99,53
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DO VALE DO CURU - CISVALE	363.302,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSORCIO PUBLICO SAUDE DA MICRO SOBRAL	1.411.754,41	404.424,67	28,65	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	21.515.317,39	19.343.003,66	89,90	12.841.362,70	59,68	11.604.992,85	53,94

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3



DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2025
BIMESTRE: MARÇO E ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025										SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
TOTAL DE ATIVOS											
Ativos Constituídos pela SPE											
TOTAL DE PASSIVOS											
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE											
Provisões de PPP											
Outros Passivos											
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS											
Obrigações Contratuais											
Riscos não Provisionados											
Garantias Concedidas											
Outros Passivos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	85.539.836,91	95.449.923,41	101.946.774,09	106.446.261,16	110.667.454,62	9.512.489,06	-	-	-	-	-
Contratadas (I.1)	85.539.836,91	95.449.923,41	101.946.774,09	106.446.261,16	110.667.454,62	9.512.489,06	-	-	-	-	-
Programa VAPT VUPT de Atend. Integrado ao Cidadão	85.539.836,91	95.449.923,41	101.946.774,09	106.446.261,16	110.667.454,62	9.512.489,06	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Das Estatais Não-Dependentes (II) = (II.1 + II.2)	200.535.961,06	291.583.287,20	404.419.152,06	565.990.707,79	679.207.381,12	756.605.302,91	836.876.263,81	921.778.825,42	1.011.623.607,80	1.102.257.260,42	1.171.395.971,11
Contratadas (II.1)	200.535.961,06	291.583.287,20	404.419.152,06	565.990.707,79	679.207.381,12	756.605.302,91	836.876.263,81	921.778.825,42	1.011.623.607,80	1.102.257.260,42	1.171.395.971,11
PPP Planta de Dessalinização (Cagece)	-	-	-	84.756.115,53	136.810.643,25	141.942.629,12	145.940.277,83	149.986.814,05	154.179.662,46	158.524.289,07	163.026.364,78
PPP Esgotamento Sanitário Bloco 1	52.372.919,76	91.591.699,6	130.987.400,64	162.598.169,35	195.096.257,19	231.449.373,51	268.857.180,95	308.648.342,83	350.935.195,38	391.457.614,37	418.959.076,79
PPP Esgotamento Sanitário Bloco 2	148.163.041,30	199.991.587,6	273.431.751,42	318.636.422,91	347.300.480,68	383.213.300,27	422.078.805,02	463.143.668,54	506.508.749,96	552.275.356,99	589.410.529,54
A contratar (II.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	286.075.797,97	387.033.210,61	506.365.926,15	672.436.968,95	789.874.835,74	766.117.791,97	836.876.263,81	921.778.825,42	1.011.623.607,80	1.102.257.260,42	1.171.395.971,11
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	36.362.436.745,35	36.471.165.143,43	37.166.948.193,78	37.876.005.129,17	38.598.589.183,73	39.334.958.422,71	40.085.375.834,64	40.850.109.425,22	41.629.432.313,08	42.423.622.827,29	43.232.964.606,79
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	85.539.836,91	95.449.923,41	101.946.774,09	106.446.261,16	110.667.454,62	9.512.489,06	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,24%	0,26%	0,27%	0,28%	0,29%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: SPS; S2GPR; Cagece; SIOF; COPAC/CECOG 27/05/2025 14:38

Nota 1: O fator de atualização aplicado para RCL a partir de 17/4/2025 é de 1,907762057%, conforme art. 7º da Portaria STN nº 9, de 05/01/2017 - https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:51868

Nota 2: Para o ano de 2024, utilizou-se o valor da ação 21038 contido na Lei nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023 (LOA 2024), que foram empenhados até dezembro de 2024. Os demais anos foram estimados a partir do somatório do valor das contraprestações mensais cheias que estão sendo pagas atualmente, com previsão de reajuste em novembro de cada ano, considerando IPCA estimado no Relatório Focus do dia 09 de maio de 2025.

Nota 3: Para a PPP Planta de Dessalinização, considerou-se os valores disponibilizados pela Cagece, via email, em 08/05/2025. A equipe técnica da Cagece estima o início dos desembolsos para pagamento da PPP em julho de 2027.

Nota 4: No âmbito da PPP de Esgotamento Sanitário Bloco 1, foram considerados os valores fornecidos pela Cagece, via e-mail, em 08 de maio de 2025. Os desembolsos relacionados à contraprestação variável tiveram início em junho de 2023, enquanto os desembolsos referentes à contraprestação fixa começaram em agosto de 2024. Sendo a Cagece uma Sociedade de Economia Mista, sua contabilidade é realizada no regime de competência. Portanto, os valores referentes ao mês de dezembro de 2024 foram provisionados para pagamento em janeiro de 2025.

Nota 5: No âmbito da PPP de Esgotamento Sanitário Bloco 2, foram considerados os valores fornecidos pela Cagece, via e-mail, em 08 de maio de 2025. Os desembolsos relacionados à contraprestação variável tiveram início em setembro de 2023, enquanto os desembolsos referentes à contraprestação fixa começaram em setembro de 2024. Sendo a Cagece uma Sociedade de Economia Mista, sua contabilidade é realizada no regime de competência. Portanto, os valores referentes ao mês de dezembro de 2024 foram provisionados para pagamento em janeiro de 2025.

Nota 6: Registra a soma das despesas contratadas e a contratar do ente federado, exceto estatais não dependentes, para acompanhamento do limite estabelecido no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 e das futuras contratações.

Nota 7: A RCL do exercício de referência, será nos cinco primeiros bimestres o valor Previsão Atualizada e, no último bimestre, o valor da RCL apurada no exercício constantes no Anexo 3 do RREO.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNO DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC-CE 36.307/O-3DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	ATÉ O BIMESTRE
RECEITAS	111.980.215.471,34
Previsão Inicial	44.308.922.653,00
Previsão Atualizada	48.506.137.680,93
Receitas Realizadas	16.958.992.533,00
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	2.206.162.604,41
DESPESAS	139.539.206.271,86
Dotação Inicial	43.977.046.234,00
Dotação Atualizada	50.395.623.866,29
Despesas Empenhadas	15.801.948.709,65
Despesas Liquidadas	14.985.774.729,11
Despesas Pagas	14.378.812.732,81
Superávit Orçamentário	1.973.217.803,89

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		ATÉ O BIMESTRE			
Despesas Empenhadas		15.801.948.709,65			
Despesas Liquidadas		14.985.774.729,11			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		ATÉ O BIMESTRE			
Receita Corrente Líquida		36.471.165.143,43			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		36.418.192.242,14			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		36.273.923.688,14			
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES		ATÉ O BIMESTRE			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
Receitas Previdenciárias Realizadas		392.153.215,17			
Despesas Previdenciárias Empenhadas		230.428.938,27			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		230.428.938,27			
Despesas Previdenciárias Pagas		211.181.916,34			
Resultado Previdenciário		161.724.276,90			
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)					
Receitas Previdenciárias Realizadas		583.485.303,03			
Despesas Previdenciárias Empenhadas		1.153.833.991,35			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		1.153.833.991,35			
Despesas Previdenciárias Pagas		1.056.046.954,91			
Resultado Previdenciário		-570.348.688,32			
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas					
Receitas Previdenciárias Realizadas		178.333.059,35			
Despesas Previdenciárias Empenhadas		376.141.131,05			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		376.141.131,05			
Despesas Previdenciárias Pagas		341.680.946,42			
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares		-197.808.071,70			
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		META FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO (A)	RESULTADO APURADO ATÉ O BIMESTRE (B)	% EM RELAÇÃO À META (B/A)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		-1.570.816.000,00	1.422.684.201,67	-90,57	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		-4.769.351.000,00	2.147.197.540,67	-45,02	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		INSCRIÇÃO	CANCELAMENTO ATÉ O BIMESTRE	PAGAMENTO ATÉ O BIMESTRE	SALDO A PAGAR
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		167.999.460,89	414.789,29	104.439.191,36	63.145.480,24
Poder Executivo		152.999.764,37	321.545,80	91.243.251,50	61.434.967,07
Poder Legislativo		8.140.816,16	67.008,89	6.454.260,15	1.619.547,12
Poder Judiciário		4.765.488,44	0,00	4.704.397,20	61.091,24
Ministério Público		1.116.962,20	17.600,95	1.069.486,44	29.874,81
Defensoria Pública		976.429,72	8.633,65	967.796,07	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		1.790.184.199,23	71.161.327,19	1.176.972.817,45	542.050.054,59
Poder Executivo		1.589.005.159,26	67.306.692,47	1.114.187.387,75	407.511.079,04
Poder Legislativo		22.735.832,11	196.987,63	15.212.347,87	7.326.496,61
Poder Judiciário		158.187.171,44	1.597.066,91	34.856.320,61	121.733.783,92
Ministério Público		10.990.196,36	1.893.340,41	7.237.089,56	1.859.766,39
Defensoria Pública		9.265.840,06	167.239,77	5.479.671,66	3.618.928,63
TOTAL		1.958.183.660,12	71.576.116,48	1.281.412.008,81	605.195.534,83
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		VALOR APURADO ATÉ O BIMESTRE	LIMITES CONSTITUCIONAIS ANUAIS		
			% MÍNIMO A APLICAR NO EXERCÍCIO	% APLICADO ATÉ O BIMESTRE	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.552.335.083,83	25%	22,18	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		919.202.215,68	70%	71,38	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		0,00	50%	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		0,00	15%	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO REALIZADO		
Receita de Operação de Crédito			0,00	0,00	
Despesa de Capital Líquida			0,00	0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES		EXERCÍCIO	10º EXERCÍCIO	20º EXERCÍCIO	35º EXERCÍCIO
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO	SALDO A REALIZAR		
Receitas da Alienação de Ativos		0,00	0,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		VALOR APURADO ATÉ O BIMESTRE	LIMITE CONSTITUCIONAL ANUAL		
			% MÍNIMO A APLICAR NO EXERCÍCIO	% APLICADO ATÉ O BIMESTRE	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.537.332.340,27	12%	13,36%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor Apurado no Exercício Corrente	
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%)				0,26%	

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3





DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2024 A ABRIL/2025

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	LIQUIDADAS												
	5 - MAIO	6 - JUNHO	7 - JULHO	8 - AGOSTO	9 - SETEMBRO	10 - OUTUBRO	11 - NOVEMBRO	12 - DEZEMBRO	1 - JANEIRO	2 - FEVEREIRO	3 - MARÇO	4 - ABRIL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.917.147.974,55	1.409.678.359,34	1.481.630.914,08	1.454.484.969,56	1.469.396.886,51	1.491.151.567,02	1.473.611.968,82	2.307.254.757,86	1.314.975.405,55	1.493.003.190,36	1.488.469.033,13	1.612.025.994,39	18.913.431.019,12
Pessoal Ativo	1.302.900.627,81	978.245.154,39	1.017.426.696,67	996.252.404,73	1.007.502.244,57	1.029.478.619,65	999.290.567,82	1.638.826.559,68	927.109.297,40	1.041.446.156,93	1.039.148.964,87	1.101.551.774,31	13.079.179.319,13
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.149.508.321,98	830.080.892,07	859.272.510,61	839.987.930,80	866.249.525,66	849.863.637,89	847.069.237,81	1.301.130.282,87	809.935.205,36	857.841.480,30	923.810.629,30	927.096.868,58	11.061.846.523,23
Obrigações Patronais	153.392.305,83	148.164.262,32	158.154.139,06	156.264.473,93	141.252.718,91	179.615.279,06	152.221.330,01	337.696.276,81	117.174.092,04	183.604.676,63	115.338.335,57	174.454.905,73	2.017.332.795,90
Pessoal Inativo	527.908.513,16	354.120.267,11	383.728.566,77	372.252.093,75	380.489.943,52	376.477.291,89	378.765.902,92	577.470.396,27	381.507.658,25	381.719.794,20	430.745.579,14	4.926.777.272,38	4.926.777.272,38
Aposentadoria, Reserva e Reformas	409.139.866,04	272.432.675,31	298.168.257,31	286.159.986,81	293.237.427,07	288.989.997,64	290.538.976,21	446.601.910,51	292.792.563,34	293.258.160,33	289.764.745,14	334.152.974,98	3.795.237.550,69
Pensões	118.768.647,12	81.687.591,80	85.560.309,46	86.092.096,94	87.252.516,45	87.487.294,25	88.226.926,71	130.868.485,76	88.715.094,91	88.333.105,07	91.955.049,06	96.592.604,16	1.131.539.721,69
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	86.338.833,58	77.312.937,84	80.475.697,59	85.980.471,08	81.404.698,42	85.195.358,18	95.555.498,08	90.957.801,91	6.358.447,90	70.565.768,03	67.600.274,06	79.728.640,94	907.474.427,61
Outras Despesas com Pessoal decorrentes de contratos de terceirização	77.354.191,27	68.831.701,08	72.680.104,20	77.915.431,12	74.429.026,32	77.753.821,26	87.471.919,24	81.054.722,88	87.008,22	64.899.665,14	61.884.789,74	72.728.686,37	817.091.066,84
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	8.984.642,31	8.481.236,76	7.795.593,39	8.065.039,96	6.975.672,10	7.441.536,92	8.083.578,84	9.903.079,03	6.271.439,68	5.666.102,89	5.715.484,32	6.999.954,57	90.383.360,77
Não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	358.266.533,21	314.957.494,42	316.154.565,04	289.569.534,39	309.735.064,80	306.962.328,88	313.683.626,84	543.092.266,11	227.382.360,10	283.450.819,74	282.371.885,14	330.123.398,52	3.875.749.877,19
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.282,70	35.230,53	74.956,73	91.012,00	108.027,31	1.412,00	114.927,30	40.124,79	38.824,11	7.544,53	1.518,00	14.185,05	533.045,05
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	33.969.321,49	30.867.477,06	33.025.357,02	27.241.919,62	28.234.220,54	27.061.836,42	27.205.846,80	27.309.217,82	24.768.988,01	32.186.890,79	36.250.017,97	34.718.087,80	362.839.181,34
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	18.369.448,24	1.645.351,65	34.435.726,97	5.833.579,99	13.232.161,42	2.571.247,22	3.093.819,56	2.471.094,80	0,00	0,00	0,00	0,00	81.652.429,85
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	304.149.145,98	281.356.160,41	248.159.205,01	255.761.453,77	267.285.533,01	276.614.525,43	282.453.519,32	511.937.760,65	202.225.449,44	250.651.087,00	245.721.777,34	294.564.394,49	3.420.840.011,85
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela Dedutível Referente ao Piso Salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem Auxiliar de Enfermagem e Patciria	1.813.334,80	1.053.274,77	459.319,31	641.569,01	875.122,52	713.307,81	815.513,86	1.334.068,05	349.098,54	605.297,42	398.571,83	826.731,18	9.885.209,10
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.558.881.441,34	1.094.720.864,92	1.165.476.348,99	1.164.915.435,17	1.159.661.821,71	1.184.189.238,14	1.159.928.341,98	1.764.162.491,75	1.087.599.048,45	1.210.152.370,62	1.206.097.147,99	1.281.902.955,87	15.037.681.141,93
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)													
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)													
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)													
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													44,10

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

conforme o 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF de 29/04/2025 e parecer SEI nº 3974/2024/MF;

2: Restos a Pagar Não-Processados inscritos – são utilizadas as inscrições do ano anterior quando a publicação for do primeiro e do segundo quadrimestre e do ano de referência quando a publicação for do 3º quadrimestre;

3: O RPPS - Regime Próprio de Previdência Social -, que atende aos servidores civis, é composto pelos planos previdenciários FUNAPREV e PREVID. Já os militares são atendidos pelo PREVMILITAR que constitui-se no Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM conforme estatui a Lei Federal nº 13.954/2019;

4: Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal;

5: Não houve dedução de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados, visto que não recebemos ajuda financeira da União (fonte 604), sendo os custos desses profissionais integralmente assumidos pelo Estado do Ceará;

6: O limite da despesa com pessoal do Poder Executivo definido na lei complementar federal nº 101, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, é de 49% da Receita Corrente Líquida para os

I: Não foram incluídas as despesas finalísticas executadas por organizações sociais,

estados que não possuem Tribunal de Contas dos Municípios – TCM e 48,6% para os estados que o possuem. O Estado do Ceará já o teve, mas a Emenda da Constituição Estadual nº 92 extinguiu o TCM, passando os 0,4% daquele tribunal para o Tribunal de Contas do Estado – TCE. Assim sendo, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão fiscalizador federal, considera, para o Poder Executivo do Estado do Ceará, o limite máximo como sendo de 49%; prudencial, 46,55%; e de alerta, 44,1%. Já o TCE, órgão fiscalizador estadual, considera o limite máximo como sendo de 48,6%; prudencial, 46,17%; e de alerta, 43,74%.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL
Fabrício Gomes Santos

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Roberta de Alencar Pita
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TESOUREO ESTADUAL E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC-CE 36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIO PÚBLICO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2024 A ABRIL DE 2025

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)		
		LIQUIDADAS (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL (C = A + B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	193.878.755,78	96.662.534,94	48.241,18	96.710.776,12
Pessoal Ativo	193.878.755,78	62.359.607,68	38.596,03	62.398.203,71
Obrigações Patronais	0,00	4.977.044,65	9.645,15	4.986.689,80
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	29.325.882,61	0,00	29.325.882,61
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	6.279.174,17	38.596,03	6.317.770,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	1.901.119,57	38.596,03	1.939.715,60
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível de Enfermagem	0,00	4.378.054,60	0,00	4.378.054,60
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	193.878.755,78	90.383.360,77	9.645,15	90.393.005,92
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	193.878.755,78	90.383.360,77	9.645,15	90.393.005,92

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
CONS PUB DE SAUDE DO MACICO DE BATURITE	6.971.229,44	2.916.264,08
CONSOR PUBLICO DE SAUDE DE CAMOCIM	8.861.151,00	3.791.307,27
CONSORCIO P DE S DA MICRO JUAZEIRO NORTE	7.610.737,09	3.449.381,49
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO DE CRATO	19.173.593,51	11.599.720,03
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO RUSSAS	7.411.456,52	2.534.316,53
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO BREJO SANTO	6.918.724,33	2.831.138,36
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO DE CRATEUS	7.696.884,94	3.586.184,78
CONSORCIO PUBL DE SAUDE MICRO ITAPIPOCA	6.226.009,64	3.799.581,42
CONSORCIO PUBLICO DA MICROR DE CASCAVEL	11.212.900,70	5.605.272,07
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA IBIAPABA	9.690.734,28	6.102.546,65
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE ARACATI	5.026.638,53	2.332.648,79
CONSORCIO PUBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE QUIXADÁ	10.196.000,09	4.294.639,86
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE CANINDE	8.893.408,94	4.354.961,02
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ICÓ	6.785.724,07	1.521.099,97
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE IGUAU	12.348.042,92	5.313.206,78
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE	7.820.074,59	3.656.496,78
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE ACARAU	7.574.291,71	3.584.647,48
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE MARACANAU	9.706.772,30	3.803.853,14
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE TAUÁ	12.460.312,49	7.146.546,26
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DO VALE DO CURU - CISVALE	9.694.828,67	3.768.136,42
CONSORCIO PUBLICO SAUDE DA MICRO SOBRAL	11.599.240,02	4.401.056,74
TOTAL	193.878.755,78	90.393.005,92

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Nota: Os consórcios de Baturité, Maracanaú (Cisvale), Aracati e Canindé não enviaram seus demonstrativos no prazo, por isso não estão consolidados no 1º quadrimestre de 2025.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “b”)

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	18.954.882.256,77	18.052.058.975,07		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00		
Dívida Contratual	18.091.922.219,78	17.071.198.060,54		
Empréstimos	15.979.934.138,66	15.134.258.326,25		
Internos	5.294.031.916,64	2.784.633.761,20		
Externos	10.685.902.222,02	12.349.624.565,05		
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.223.673.304,83	1.241.797.629,30		
Financiamentos	170.476.528,63	155.003.559,55		



DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
Internos	0,00	0,00		
Externos	170.476.528,63	155.003.559,55		
Parcelamento e Renegociação de dívidas	717.838.247,66	540.138.545,44		
De Tributos	0,00	0,00		
De Contribuições Previdenciárias	718.786,64	531.985,93		
De Demais Contribuições Sociais	6.497.586,11	5.836.000,88		
Do FGTS	0,00	0,00		
Com Instituição Não financeira	710.621.874,91	533.770.558,63		
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00		
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	862.960.036,99	862.960.036,99		
Outras Dívidas	0,00	117.900.877,54		
linha em branco	0,00	0,00		
DEDUÇÕES (II)	6.732.086.336,73	8.196.541.721,70		
Disponibilidade de Caixa¹	6.228.928.812,70	7.353.253.389,09		
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.335.259.909,44	9.418.814.499,49		
(-) Restos a Pagar Processados	167.816.310,84	85.319.374,69		
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	938.514.785,90	1.980.241.735,71		
Demais Haveres Financeiros	503.157.524,03	843.288.332,61		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	12.222.795.920,04	9.855.517.253,37		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.362.436.745,35	36.471.165.143,43		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	53.728.028,29	52.972.901,29		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	36.308.708.717,06	36.418.192.242,14		
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	52,20	49,57		
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	33,66	27,06		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	72.617.417.434,12	72.836.384.484,28		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	65.355.675.690,71	65.552.746.035,85		

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00		
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)²	445.692.383,75	445.692.383,75		
PASSIVO ATUARIAL	91.419.274.510,29	91.417.186.602,00		
RP NÃO-PROCESSADOS	1.788.374.627,41	519.681.031,11		
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00		
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00		
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00		

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL - ID: 41030010418
Fabrício Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA
Roberta de Alencar Pita
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TESOUREO ESTADUAL E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “c” e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	154.600.551,17	128.273.942,03		
Em Operações de Crédito Externas	154.600.551,17	128.273.942,03		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00		
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	154.600.551,17	128.273.942,03		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	36.362.436.745,35	36.471.165.143,43		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	53.728.028,29	52.972.901,29		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	36.308.708.717,06	36.418.192.242,14		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,43	0,35		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00%	7.987.915.917,75	8.012.002.293,27		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	7.189.124.325,98	7.210.802.063,94		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00		
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00		
MEDIDAS CORRETIVAS:	0,00	0,00		

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL- ID: 41030010418
Fabrício Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA
Roberta de Alencar Pita
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TESOURO ESTADUAL E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - ANEXO 4 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “d” e inciso III alínea “c”) RS 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	NO QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA (A)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	403.548.594,39	403.548.594,39
Interna	280.541.637,98	280.541.637,98
Empréstimos	279.566.615,72	279.566.615,72
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação da Receita pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	975.022,26	975.022,26
Externa	123.006.956,41	123.006.956,41
Empréstimos	104.209.169,86	104.209.169,86
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1o)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	18.797.786,55	18.797.786,55
TOTAL (III)	403.548.594,39	403.548.594,39

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.471.165.143,43	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	52.972.901,29	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	36.418.192.242,14	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	383.775.785,58	1,05
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.826.910.758,74	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	5.244.219.682,87	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.549.273.456,95	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	NO QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA (A)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	2.728.240.500,00	2.728.240.500,00

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL
Fabrício Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA
Roberta de Alencar Pita
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TESOURO ESTADUAL E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3



DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida			36.471.165.143,43
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			36.418.192.242,14
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			36.273.923.688,14
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		15.127.218.477,20	41,70
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		17.774.222.607,19	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		16.885.511.476,83	46,55
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 44,10%		15.996.800.346,47	44,10
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida		9.855.517.253,37	27,06
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		72.836.384.484,28	200,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		128.273.942,03	0,35
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		8.012.002.293,27	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas		383.775.785,58	1,05
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		5.826.910.758,74	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		2.549.273.456,95	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		0,00	0,00

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa De Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL
Fabrício Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA
Roberta de Alencar Pita
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TESOUREO ESTADUAL E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO NUP Nº08001.002539/2024-81

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, considerando que a Comissão Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado - PGE/CE cumpriu todas as exigências do procedimento licitatório, relacionado a CONCORRÊNCIA NACIONAL ELETRÔNICA Nº 20240002 - SEINFRA, cujo objeto consiste na EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DAS PASSARELAS DE PEDESTRES PAULO FIRMES, PONTES VIEIRA, EDUARDO GARCIA, PAPICU, MUCURIBE, ALBERTO SÁ E EXECUÇÃO DA OBRA DE ACESSIBILIDADE DA PASSARELA ALBERTO SÁ DO VLT RAMAL PARANGABA/MUCURIBE, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, tendo sido concluído, e estando a licitação regularmente desenvolvida para que produza os seus legais e jurídicos efeitos, decide, nos termos da legislação vigente, **HOMOLOGAR e ADJUDICAR** o presente processo em favor da empresa **SEVLA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 34.581.853/0001-86, no valor global de R\$ 4.652.713,91 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, setecentos e treze reais e noventa e um centavos), de acordo com o Aviso de Resultado Final de Licitação, publicado no Diário Oficial do Estado em 23/05/2025, conforme fl. 786 do NUP nº 08001.002539/2024-81. Signatário: Hélio Winston Barreto Leitão, Secretário da Infraestrutura do Estado do Ceará. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2025.

Viviane Elpidio de Sá Quesado
COORDENADORA JURÍDICA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

O (A) SUPERINTENDENTE no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso I, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, a Pedido o(a) servidor(a) **VALDEMAR ARAUJO DOS SANTOS**, matrícula 00065315, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Chefe de Posto, símbolo DAS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, a partir de 02 de Maio de 2025. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, Fortaleza, 09 de maio de 2025.

Waldemir Catanho de Sena Junior
SUPERINTENDENTE
Hélio Winston Barreto Leitão
SECRETÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA

*** **

O (A) SUPERINTENDENTE no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **EDUARDO SOARES AQUINO**, matrícula 30001206, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Gerente, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, a partir de 02 de Maio de 2025. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, Fortaleza, 09 de maio de 2025.

Waldemir Catanho de Sena Junior
SUPERINTENDENTE
Hélio Winston Barreto Leitão
SECRETÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA

*** **

O (A) SUPERINTENDENTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto Nº 33.258, de 30 de Agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial do Estado em 30 de Agosto de 2019, RESOLVE **NOMEAR**, **JOHNNATHA BESSA QUEIROZ**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Gerente, símbolo DNS-3 integrante da Estrutura Organizacional da DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, a partir da data da publicação. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, Fortaleza, 13 de maio de 2025.

Waldemir Catanho de Sena Junior
SUPERINTENDENTE
Hélio Winston Barreto Leitão
SECRETÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA

*** **

PORTARIA CC 0015/2025-DETRAN O(A) SUPERINTENDENTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 33.258 de 30 de Agosto de 2019, **RESOLVE DESIGNAR JOHNNATHA BESSA QUEIROZ**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Núcleo de Tecnologia da Informação, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, Fortaleza, 13 de maio de 2025.

Waldemir Catanho de Sena Junior
SUPERINTENDENTE
Helio Winston Barreto Leitao
SECRETÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA

*** **

PORTARIA Nº948/2025 – DETRAN/CE. - O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO CEARÁ-DETRAN/CE, no uso das atribuições legais, e, CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB/Lei 9.503/1997, determinante para a regulamentação do credenciamento de entidades, médicos e psicólogos destinados à realização dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica; CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº927/2022, a qual dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º ao 7º e o art. 148 do CTB e dos médicos e psicólogos especialistas, podendo ser renovado sucessivamente, desde que observadas as exigências; CONSIDERANDO as disposições da Portaria nº182/2019 DETRAN/CE, de 14 de fevereiro de 2019(alterada pelas Portarias Detran/CE nº412/2019, 1.139/2021 e 1.475/2021), publicada no Diário Oficial do Estado de 19 de fevereiro de 2019, que institui, no âmbito deste Detran/CE, o credenciamento de entidades, profissionais médicos e psicólogos; CONSIDERANDO a documentação disposta no processo nº08012.056255/2025-66. **RESOLVE:** Art. 1º. **Prorrogar a vigência do credenciamento**, de forma precária, pelo período de 01 (um) ano, nos termos do §2º do artigo 16 da Resolução CONTRAN 927/2022, a contar da data de 25 de junho de 2025, momento em que se encerra a vigência da Portaria nº1194/2024 DETRAN/CE, do(a) profissional **MARIA DE FATIMA MAIA GONÇALVES**, com registro no Conselho Regional de Medicina-CRM nº2428, Médico(a) Perito(a)/Especialista em Medicina do Tráfego, para fins de realizar os exames de aptidão física e mental, obedecidas as disposições legais, especialmente, artigos 4º e 19 da Resolução CONTRAN nº927/2022. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza-CE, 13 de maio de 2025.

Waldemir Catanho de Sena Júnior
SUPERINTENDENTE

*** **

PORTARIA Nº949/2025 – DETRAN/CE. - O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO CEARÁ-DETRAN/CE, no uso das atribuições legais, e, CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB/Lei 9.503/1997, determinante para a regulamentação do credenciamento de entidades, médicos e psicólogos destinados à realização dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica; CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº927/2022, a qual dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º ao 7º e o art. 148 do CTB e dos médicos e psicólogos especialistas, podendo ser renovado sucessivamente, desde que observadas as exigências; CONSIDERANDO as disposições da Portaria nº182/2019 DETRAN/CE, de 14 de fevereiro de 2019(alterada pelas Portarias Detran/CE nº412/2019, 1.139/2021 e 1.475/2021), publicada no Diário Oficial do Estado de 19 de fevereiro de 2019, que institui, no âmbito deste Detran/CE, o credenciamento de entidades, profissionais médicos e psicólogos; CONSIDERANDO a documentação disposta no processo nº08012.055010/2025-11. **RESOLVE:** Art. 1º. **Prorrogar a vigência do credenciamento**, de forma precária, pelo período de 01 (um) ano, nos termos do §2º do artigo 16 da Resolução CONTRAN 927/2022, a contar da data de 12 de julho de 2025, momento em que se encerra a vigência da Portaria nº1428/2024 DETRAN/CE, do(a) profissional **JOSÉ BARRETO COUTO NETO**, com registro no Conselho Regional de Medicina-CRM nº16094, Médico(a) Perito(a)/Especialista em Medicina do Tráfego, para fins de realizar os exames de aptidão física e mental, obedecidas as disposições legais, especialmente, artigos 4º e 19 da Resolução CONTRAN nº927/2022. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza-CE, 13 de maio de 2025.

Waldemir Catanho de Sena Júnior
SUPERINTENDENTE

*** **

PORTARIA Nº950/2025 – DETRAN/CE. - O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO CEARÁ-DETRAN/CE, no uso das atribuições legais, e, CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB/Lei 9.503/1997, determinante para a regulamentação do credenciamento de entidades, médicos e psicólogos destinados à realização dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica; CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº927/2022, a qual dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º ao 7º e o art. 148 do CTB e dos médicos e psicólogos especialistas, podendo ser renovado sucessivamente, desde que observadas as exigências; CONSIDERANDO as disposições da Portaria nº182/2019 DETRAN/CE, de 14 de fevereiro de 2019(alterada pelas Portarias Detran/CE nº412/2019, 1.139/2021 e 1.475/2021), publicada no Diário Oficial do Estado de 19 de fevereiro de 2019, que institui, no âmbito deste Detran/CE, o credenciamento de entidades, profissionais médicos e psicólogos; CONSIDERANDO a documentação disposta no processo nº08012.052530/2025-72. **RESOLVE:** Art. 1º. **Prorrogar a vigência do credenciamento**, de forma precária, pelo período de 01 (um) ano, nos termos do §2º do artigo 16 da Resolução CONTRAN 927/2022, a contar da data de 30 de junho de 2025, momento em que se encerra a vigência da Portaria nº892/2024 DETRAN/CE, do(a) profissional **FRANCISCA MONICA SANT ANNA DA SILVA**, com registro no Conselho Regional de Medicina-CRM nº5811, Médico(a) Perito(a)/Especialista em Medicina do Tráfego, para fins de realizar os exames de aptidão física e mental, obedecidas as disposições legais, especialmente, artigos 4º e 19 da Resolução CONTRAN nº927/2022. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza-CE, 13 de maio de 2025.

Waldemir Catanho de Sena Júnior
SUPERINTENDENTE

*** **

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 009/2025

VALOR POR FONTE: FONTE 70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS: 71.460,00; PROCESSO Nº08012.062477/2025-18 OBJETO: **Contratação do INSTITUTO PARTNER LTDA**, CNPJ 42.912.077/0001-88, na forma do art. 74, III, “f” da Lei nº 14.133/2021, **para inscrição de 23 (vinte e três) profissionais** do Departamento Estadual de Trânsito, no 3ª Edição do Congresso Brasileiro da 14.133 – Imersão nas Contratações Públicas, previsto para ocorrer nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2025, na cidade de Fortaleza/CE JUSTIFICATIVA: A recente consolidação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) impôs novos paradigmas à gestão pública, exigindo das instituições estaduais um processo contínuo de atualização e aperfeiçoamento técnico de seus servidores, especialmente daqueles diretamente envolvidos na contratação, gestão e fiscalização de obras e serviços. Diante desse cenário, torna-se essencial investir em capacitação especializada e prática, que ofereça subsídios técnicos para a correta aplicação da norma, alinhada à boa governança contratual, ao interesse público e à eficiência administrativa. VALOR GLOBAL: R\$ 71.460,00 (setenta e um mil e quatrocentos e sessenta reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08200003.26.122.421.20137.15.339039.1.5011200070.1; 08200003.26.122.421.20137.1.5.339039.1.7531200070.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, III, “f” da Lei nº 14.133/2021; CONTRATADA: **INSTITUTO PARTNER LTDA**, CNPJ 42.912.077/0001-88 DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: GUTHEMBERG HOLANDA BEZERRA DE SOUZA DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DETRAN/CE RATIFICAÇÃO: WALDEMIR CATANHO DE SENA JÚNIOR Superintendente – SUPER/DETRAN-CE.

Marcos Antonio Sampaio de Macedo
DIRETOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº142/2025

CREDOR: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES RENASCER LTDA; DEVEDOR: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO CEARÁ – DETRAN/CE; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 112, parágrafo único, inciso I e artigo 113, da Lei Estadual nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, bem como no artigo 17, inciso I da resolução COGERF Nº 08/2024 e em conformidade com o Parecer Jurídico nº00370/2025 – DIJUR/DETRAN/CE, PROCESSO NUP Nº 08012.036392/2025-84; OBJETO: **Dívida reconhecida** em face da empresa **CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES RENASCER LTDA**, referente ao Contrato nº319/2022, em razão da ausência de pagamento da prestação do serviço de curso de formação teórico técnico e prática de direção veicular pertencente ao Programa CNH Popular; VALOR: R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08200003.26.122.313.11151.10.339092.1.7531200070.1; DATA: Fortaleza/CE, 04 de Abril de 2025; SIGNATÁRIO: Gutemberg Holanda Bezerra de Souza - ORDENADOR DE DESPESA DO DETRAN/CE.

Marcos Antonio Sampaio de Macedo
DIRETOR JURÍDICO



COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº04/2025 AO CONTRATO Nº53/2023

I - ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Serviços de Manutenção Corretiva, com cobertura de peças, de mobiliário pertencente ao METROFOR, por demanda; II - CONTRATANTE: COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR; III - ENDEREÇO: Rua Senador Jaguaribe nº501, Moura Brasil - Fortaleza, Ceará; IV - CONTRATADA: **SOLUÇÃO MÓVEIS SERVIÇOS LTDA**; V - ENDEREÇO: Av. Heráclito Graça, nº978 - Centro - Fortaleza/CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 71, caput, da Lei nº13.303/16; VII - FORO: Comarca de Fortaleza/CE; VIII - OBJETO: **Prorrogação dos prazos** de vigência e execução do contrato em epígrafe por mais 12 (doze) meses, ambos contados de 14 de julho de 2025 a 13 de julho de 2026; IX - VALOR GLOBAL: R\$18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais); X - DA VIGÊNCIA: Até 13 de julho de 2026; XI - DA RATIFICAÇÃO: Continuam inalteradas as demais cláusulas do Contrato nº53/METROFOR/2023 que não conflitem com as existentes no presente instrumento; XII - DATA: 27 de maio de 2025; XIII - SIGNATÁRIOS: Plínio Pompeu de Saboya Magalhães Neto e José Tupinambá Cavalcante de Almeida pelo METROFOR e Márcio Gledyson de Almeida Oliveira pela SOLUÇÃO MÓVEIS SERVIÇOS LTDA.

Luis Otávio Franco Martins
ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

O(A) SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **CESSAR OS EFEITOS**, a partir de 02 de Junho de 2025, da designação de **ERICA THAIS DIAS FROTA CAVALCANTE**, constante na Portaria Nº 0038/2025, publicada no Diário Oficial do Estado de 06 de Maio de 2025, para responder pelo Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS2, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Vilma Maria Freire dos Anjos
SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

*** **

PORTARIA Nº47/2025 A SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará nos termos do art. 93, incisos I, III e VII da Constituição do Estado do Ceará e art. 85 inciso XXIV da Lei Estadual, nº 15.773 do dia 10 de março de 2015, que cria a Secretaria do Meio Ambiente, e ainda o Decreto nº 33.170, de 29 de julho de 2019 que altera a estrutura organizacional da SEMA, RESOLVE: Art. 1º **Alterar a Comissão** examinadora para seleção de estagiários de nível superior, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima - SEMA. Art. 2º A Comissão será composta por: I - Titular: **KARINA LEAL RAMOS** - Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna, matrícula nº30001028, que a Presidirá; II - Titular: **JOÃO CASSIMIRO DO NASCIMENTO NETO** - Secretário Executivo, matrícula nº 30001338. III - Titular: **MAIK DOS SANTOS BARBOSA** - Coordenador Administrativo Financeiro, matrícula nº 30000471. Parágrafo único. A participação na Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 51/2024, publicada em 16 de Julho de 2024. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Vilma Maria Freire dos Anjos
SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Registre-se e publique-se.

*** **

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO SOCIAL COM ATUAÇÃO NA ÁREA CULTURAL PARA
EXECUÇÃO DO PROGRAMA VEM PRO PARQUE
PROCESSO ADMINISTRATIVO NUP 57001.001015/2025-69

A SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado final do Chamamento Público para seleção de Organização Social Qualificada, para celebração de Contrato de Gestão objetivando a Execução do Programa VEM PRO PARQUE, com base na Constituição Federal, bem como, na Lei Estadual nº 12781/1997 e, considerando que a SEMA notificou as 07 (sete) Organizações Sociais cadastradas para Manifestação de Interesse na gestão do Programa Vem Pro Parque, escoado o prazo legal, apenas o INSTITUTO DRAGÃO DO MAR - IDM, manifestou interesse na celebração do Contrato de Gestão dos Parques Estaduais do Estado do Ceará, tendo 02 (duas) organizações manifestado que não teriam interesse e 04 (quatro) não se manifestaram, conforme documentação comprobatória acostada às fls. 04/17, ex positis, RESOLVE, **HOMOLOGAR** o presente procedimento de Chamamento Público e **ADJUDICAR** seu objeto, em favor da Organização Social **INSTITUTO DRAGÃO DO MAR - IDM**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.455.125/0001-31, qualificada como Organização Social no âmbito do Estado do Ceará através do Decreto Estadual nº 34.872/2022. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, Fortaleza-CE, 27 de maio de 2025.

Vilma Maria Freire dos Anjos
SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Registre-se e publique-se.

*** **

TERMO DE COMPROMISSO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO COM CONFISSÃO DE DÍVIDA - TCPD Nº29/2025
PROCESSO Nº06573027/2021

DEVEDOR(A): **RAFAEL DOS SANTOS CUNHA** - CNPJ/CPF: 000.084.483-70; REPRESENTANTE PARA ESTE ATO: Rafael dos Santos Cunha - Representante legal. CREDORA: SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA - SEMA, neste ato representado pela Secretária, Sra. Vilma Maria Freire dos Anjos. DA DÍVIDA OBJETO DESTE PARCELAMENTO: **AUTO DE INFRAÇÃO NºM202107081302 - AIF**; VALOR INICIAL R\$ 2.000,00 em 08/07/2021. FUNDAMENTO FÁTICO: Instalar projeto de irrigação(cultivo de maracujá) em área de 20 hectares sem licença. FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 70 e 72, II da Lei 9.605/98. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA: INEXISTENTE. EXECUÇÃO FISCAL: INEXISTENTE. OBSERVAÇÕES: Solicitação de parcelamento realizada junto à Sema em 06/05/2025. DO DESCONTO E DA ATUALIZAÇÃO DO PARCELAMENTO DO DÉBITO: Valor atualizado - R\$ 3.451,70; Desconto de 50% - Valor a ser adimplido à vista - NÃO SE APLICA; Valor da parcela em 60X - R\$ 57,52; Valor das parcelas com acréscimo de 0,75% (R\$ 0,43) - R\$ 57,95. DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO: O vencimento de cada parcela será o último dia útil do mês em que a mesma for devida, exceto a primeira. A primeira parcela deste parcelamento deverá ser paga em até 5 (cinco) dias após a assinatura deste Termo, sendo esse pagamento condição para início da vigência do presente Termo. DO FORO: Fica eleito o foro da comarca de Fortaleza-CE, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas especificamente deste Termo, mantido o foro originalmente competente para o ajuizamento ou continuidade de eventual Execução Fiscal. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, em Fortaleza, 27 de maio de 2025.

Érica Cavalcante
ASSESSORIA ESPECIAL- ASSESP

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA CC 0019/2025-SEMACE O(A) SUPERINTENDENTE no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Nº 33.279, de 23 de Setembro de 2019, RESOLVE **DESIGNAR**, nos termos do art. 41, parágrafo único da Lei No.9.826, de 14 de maio de 1974, o(a) servidor(a) **ROBERTA FERREIRA LOPES**, para responder pelo Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, a partir de 22 de Abril de 2025 até ulterior deliberação. SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Joao Gabriel Laprovitera Rocha
SUPERINTENDENTE
Vilma Maria Freire Dos Anjos
SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

*** **



PORTARIA CC 0019/2025-SEMACE O(A) SUPERINTENDENTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 33.279, de 25 de Setembro de 2019, **RESOLVE DESIGNAR ROBERTA FERREIRA LOPES**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, para ter exercício n o (a) , Coordenadoria Jurídica, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Joao Gabriel Laprovitera Rocha
SUPERINTENDENTE
Vilma Maria Freire dos Anjos
SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL

O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO ANIMAL, EM EXERCÍCIO no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, **RESOLVE EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **MARCELO FREITAS MAGALHAES**, matrícula 30000013, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL, a partir de 23 de Maio de 2025. SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL, Fortaleza, 26 de maio de 2025.

Erich Douglas Moreira Chaves
SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO ANIMAL, EM EXERCÍCIO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

O (A) SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto No 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei No 9.826, de 14 de maio de 1974, **RESOLVE EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **RICARDO RIBEIRO SANTOS**, matrícula 20071311, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, a partir de 02 de Junho de 2025. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, Fortaleza, 29 de maio de 2025.

Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

O (A) SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO , no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto No 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8o, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei No 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o (a) Decreto no 36.332, de 05 de Dezembro de 2024, **RESOLVE NOMEAR**, o(a) servidor(a)**RICARDO RIBEIRO SANTOS**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, integrante da Estrutura Organizacional do(a) SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, a partir da data da publicação. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, Fortaleza, 30 de maio de 2025.

Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

PORTARIA CC 0089/2025-SEPLAG O (A) SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7o, do Decreto no 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e n o (a) Decreto 36.332 de 05 de Dezembro de 2024, **RESOLVE DESIGNAR** o(a) servidor(a)**RICARDO RIBEIRO SANTOS**, ocupante do cargo de provimento em comissão d e Coordenador, símbolo DNS-2, para ter exercício no(a), Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado , unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, Fortaleza, 30 de maio de 2025.

Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

PORTARIA Nº288/2025 O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do processo NUP 46001.001663/2025-07, considerando o Parecer nº420/2025, exarado pela Universidade Regional do Cariri, considerando a necessidade de regularização da situação funcional da servidora, e considerando que a medida ora adotada está em conformidade com a legislação vigente, especialmente com o disposto no Decreto nº32.960, de 13/02/19, **RESOLVE AUTORIZAR A PRORROGAÇÃO**, a partir de 01/07/23 até 30/06/27, **da cessão** da servidora **MÁRCIA CALHEIROS CHAVES SILVA**, Professor, matrícula nº430393-1-8, lotada na Fundação Universidade Regional do Cariri, para exercer cargo de provimento em comissão na Prefeitura Municipal de Fortaleza, com ressarcimento para a origem, formalizada através da Portaria nº263/2021, datada de 02/07/21, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 07/07/21, ao tempo em que **RESOLVE TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº271/2023, datada de 20/06/23, publicada no Diário Oficial do Estado de 28/06/23. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Garrido Braga Neto
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

PORTARIA Nº400/2025 - O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais resolve AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objeto de serviço, com a finalidade de Participar da Caravana Ceará um Só, programa de Governança Interfederativa promovido pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará – EGPCE, concedendo-lhes conforme a atualização dos valores das diárias através da Portaria de nº143/2025 e seus anexos I e II, datada de 18 de fevereiro de 2025 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 19 de fevereiro de 2025, com base no índice oficial, o IPCA acumulado do exercício anterior, válidos para o exercício de 2025, diárias correspondentes aos trechos percorridos constantes no anexo, de acordo com o artigo 1º; incisos I do art.2º; inciso II, §2º do art.4º; art.12 e art. 16 e seu parágrafo único do Decreto nº35.922 de 27 de março de 2024, republicado em 04 de abril de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Planejamento e Gestão. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº400/2025, 28 DE MAIO DE 2025

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
LUCIANO VIANA DE AMORIM	Analista Auxiliar de Planejamento e Orçamento	3885261-2	II	06 e 07/05/2025	FORTALEZA-CE / BATURITÉ-CE / CANINDE- CE FORTALEZA-CE	01 E ½	R\$137,78	R\$206,67
				13 e 14/05/2025	FORTALZA-CE / ARACATI-CE / RUSSAS-CE FORTALEZA-CE	01 E ½	R\$137,78	R\$206,67
TOTAL GERAL:							R\$413,34	

PORTARIA Nº401/2025 - O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais resolve AUTORIZAR a servidora **ANNA CAROLINE BOTELHO DE ARAÚJO**, ocupante do cargo de Analista de Planejamento e Orçamento, matrícula nº3000237-7 a **viajar** para as cidades de Aracati - CE e Russas - CE, com a finalidade de Participar da Caravana Ceará um Só, compondo o grupo de apoio técnico no período de 13 a 14 de maio de 2025, concedendo-lhes conforme a atualização dos valores das diárias através da Portaria de nº143/2025 e seus



anexos I e II, datada de 18 de fevereiro de 2025 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 19 de fevereiro de 2025, com base no índice oficial, o IPCA acumulado do exercício anterior, válidos para o exercício de 2025, (1) uma diária e (½) meia diária, no valor unitário de R\$137,78 (cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), totalizando R\$206,67 (duzentos e seis reais e sessenta e sete centavos), de acordo com o artigo 1º; incisos I do art.2º; inciso II, §2º do art.4º; art.12 e art. 16 e seu parágrafo único do Decreto nº35.922 de 27 de março de 2024, republicado em 04 de abril de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Planejamento e Gestão. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº404/2025 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 2º do Decreto nº 29.887, de 31 de agosto de 2009, que instituiu o Sistema de Ética e Transparência do Poder Executivo Estadual, publicado no DOE de 02 de setembro de 2009, RESOLVE: I - **EXCLUIR da Portaria nº122/2025**, de 12 de fevereiro de 2025 e publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de fevereiro de 2025, a servidora **IRYS CAROLYNE BARROS CAMPELO**, Titular, matrícula nº 3000178-8; II - **INCLUIR, ISAAC FIGUEIREDO DE SOUSA**, Titular, matrícula nº 6003541-5, para **compor a Comissão** Setorial de Ética Pública - CSEP-SEPLAG, no âmbito da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, permanecendo os demais servidores constante em seu Anexo Único, ficando revogadas as disposições em contrário. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Antonio Roziano Pontes Linhares
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1332/2025 – GAB - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo NUP 22001.082133/2025-85, com fundamento no artigo 110, inciso I, alínea “a”, §1º da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884, de 02 de fevereiro de 1984, alterada pela Lei 17.938, de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 11 de maio de 2017, RESOLVE **prorrogar o afastamento** do(a) servidor(a) **FABIOLA NUNES TAVARES**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível M, matrícula(s) nº 30437012, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM LINGUISTICA, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC, por 01 (um), a partir de 23 de junho de 2025, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constarão: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará a imediata suspensão da portaria autorizadora. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº08/2025

NUP: 46001.004373/2025-15

CONTRATANTE: Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG; CONTRATADO: Consultor **DANILO PANZERI CARLOTTI**; OBJETO: A **alteração do gestor técnico do Contrato nº08/2025**; NOVO GESTOR TÉCNICO: Diltney Pontes Forte, Matrícula: 218241-1-9; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; VIGÊNCIA: A partir da sua assinatura; DATA DA ASSINATURA: 23/05/2025; SIGNATÁRIO: Antonio Roziano Ponte Linhares – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna.

Francisca Elieuzza Rodrigues Sampaio
COORDENADORA DA CGACI

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

PORTARIA Nº11/2025 - O DIRETOR GERAL DO IPECE EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **RICARDO ANTÔNIO DE CASTRO PEREIRA**, ocupante do cargo Diretor de Estudos Econômicos, matrícula nº 3000531-7, desta Autarquia, a **viajar** para as regiões 4 – Litoral Leste e região 14 – Vale do Jaguaribe nos dias 13 e 14 de maio de 2025, respectivamente, com o intuito de palestrar no evento: Caravana Ceará Um Só – Programa Governança Interfederativa. As pautas que serão abordadas pelo IPECE são “Panorama Socioeconômico das Reuniões de Planejamento do Ceará: Região do Litoral Leste” a ser realizado no Auditório do IFCE – Campus Aracati, e “Panorama Socioeconômico das Reuniões de Planejamento do Ceará: Região do Vale Jaguaribe” a ser realizado na EEEP Jeová Costa Lima - Russas e “Insegurança Alimentar da PNAD 2023”, concedendo-lhe 1,5 (um dia e meio), no valor unitário de R\$ 137,78 (cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), sendo R\$ 137,78 (cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos) para o dia 13 de maio de 2025 e R\$ 68,89 (sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos) para o dia 14 de maio de 2025, totalizando R\$ \$ 206,67 (duzentos e seis reais e sessenta e sete centavos), de acordo com os arts. 1º, 2º e 4º do Decreto nº 35.922 de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do IPECE. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 12 de maio de 2025.

NOME	MAT.	PERÍODO	ROTEIRO	QTE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Ricardo Antônio de Castro Pereira	3000531-7	13/05/2025 a 14/05/2025	Fortaleza / Aracati / Russas / Fortaleza	1,5	R\$137,78	R\$ 206,67
TOTAL						R\$ 206,67

Alfredo José Pessoa de Oliveira
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 22001.144337/2024-36 – NUP, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Francisca Alves Calixto Gomes, CPF nº 113.557.863-04, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação – SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auxiliar de Administração, nível/Referência 16, matrícula nº 000341-1-8, com óbito em 12/09/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 570,55 (quinhentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 12/09/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 26/02/2025:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
JOSE WELITO MARTINS GOMES	CÔNJUGE	032.775.933-04	570.55	Art. 77, §2º, inciso V, alínea “c”, item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) 31032.012211/2024-27 – NUP SUÍTE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Noé Martins de Sousa, CPF nº 037.463.053-49, aposentado pela Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Professor, Classe Adjunto, nível/referência M, Matrícula nº 005065-1-6, com óbito em 18/11/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 10.045,06 (Dez mil, quarenta e cinco reais e seis centavos), correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 18/11/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
VALDERINA BARROSO BARBOSA MARTINS	Cônjuge	897.700.993-68	10.045,06	Art. 77, §2º, inciso V, Alínea “c”, item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e II – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 11 de março de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 00827179/2023 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Maria do Socorro Bezerra da Silva, CPF nº 16801342304, aposentado(a) pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, onde percebia os proventos do(a) cargo/função Atendente Infantil, nível/referência 21, matrícula nº 400452-1-X, com óbito em 15/01/2023, **pensão** mensal no valor de R\$ 1.980,14 (mil novecentos e oitenta e um reais e dez centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 15/01/2023, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 04/04/2024:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
ANTONIO UBIRAJARA SALES	CÔNJUGE	48600393353	1.980,14	Art. 77, §2º, V, c, 6

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e II – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 21001.002014/2025-94 – NUP SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) RUBENS DE ALMEIDA BESSA, CPF nº 021.176.653-49, aposentado(a) pelo(a) Secretaria do Desenvolvimento Agrário – (SDA), onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auxiliar de Administração, nível/referência 18, matrícula nº 031005-1-0, com óbito em 05/03/2025, **pensão** mensal no valor de R\$ 738,45 (setecentos e trinta e oito reais, e quarenta e cinco centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 05/03/2025, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no DOE publicado em 23/05/2025.

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
CELENE MARIA MENDES BESSA	CÔNJUGE	775.884.793-53	783,45	Art. 77, § 2º, inciso V, alínea “c”, item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda), II – A possibilidade de aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 22001.068865/2024-81 – NUP, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) Benedito Stelio Frota, CPF nº 192.863.763-91, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais(a), nível/referência L, matrícula nº 0736731-7, com óbito em 16/07/2019, **pensão** mensal no valor de R\$ 1.004,80 (Hum mil, quatro reais e oitenta centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 02/05/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 25/02/2025:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LC 12/1999)
Léa Júlia Santos Benigno	Companheira	316.516.313-87	1.004,80	Art. 6º, §5º, III.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III– Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 22001.078377/2024-82 – NUP/SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) MARIA DA PENHA JUCÁ MAIA, CPF nº 631.533-513-68, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação – SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Professor, nível/referência F, matrícula nº 065066-1-5, com óbito em 27/02/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 2.549,21 (dois mil quinhentos e quarenta e nove reais e um centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 27/02/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 24/02/2025:



NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
RUY ARRAIS MAIA	CÔNJUGE	00517364387	2.549,21	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e II – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de maio de 2025 .

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 46042.038891/2024-67 – NUP, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) Luciano Girão Sales, CPF nº 174.234.493-34, aposentado(a) pelo(a) Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará – ISSEC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Técnico em Assuntos Educacionais, Nível/referência 30, Classe V, matrícula nº 003391-1-3, com óbito em 23/02/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 5.472,35 (Cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 28/11/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 04/03/2025:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
NILCE MARIA FONTENELE SALES	CÔNJUGE	117.748.783-72	5.472,35	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e II– Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 22001.033534/2024-21 – NUP / SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Francisca Maria Paiva Façanha, CPF nº 89870263372, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação – SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Professor, nível/referência 01, matrícula nº 056542-1-1, com óbito em 19/08/2020, **pensão** mensal no valor de R\$ 1.248,56 (mil duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 22/02/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 22/04/2024:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
PAULO DE FREITAS FAÇANHA	CÔNJUGE	02314967372	1.248,56	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) 19001.302224/2024-57 – NUP SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) José Gleidson Pinheiro, CPF nº 061.739.343-53 aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ , onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auditor Fiscal da Receita Estadual , Classe 4 , nível/referência E, matrícula nº 0380161-6 com óbito em 05/07/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 24.452,23 (Vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 05/07/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 26/09/2024.

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
REGINA NILZETE PINHEIRO ALVES	CÔNJUGE	208.325.323-04	24.452,23	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 19 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 10051.025627/2024-15 – NUP / SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991,, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Antônio Lucena Cabral, CPF nº 002.574.513-15, aposentado(a) pelo(a) Superintendência da Polícia Civil- PC/CE, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de inspetor de Polícia Civil, nível/Referência I, Classe A, matrícula nº 0102311-X, com óbito em 01/09/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 7.740,73 (Sete mil setecentos e quarenta reais e setenta e três centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 01/09/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 18/10/2024:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
ARIANA AUGUSTA LEITÃO CABRAL	CÔNJUGE	024.994.923-7	7.740,73	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 19 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 62, de 14/02/2007, publicada no D.O.E em 15/02/2007, tendo em vista o que consta no processo nº 22001.102586/2024-54- resolve **TORNAR SEM EFEITO**, em razão de adequação da data do apartir do benefício de pensão, o Ato datado de 03/09/2024 publicado no D.O.E. nº 182 página 76, de 25/09/2024, que concedeu uma pensão mensal ao Sr. Carlos Roberto Ferreira Costa, na Qualidade de Cônjuge, da ex-servidora a Sra. Maria Conceição Magalhães Ferreira, CPF nº 123.175.863-53, Aposentado(a) pelo(a) Secretaria de Educação do Estado do Ceará, onde percebia os proventos do cargo/função de Professor, nível/referência C, matrícula nº 045652-1-5, falecido em 13/07/2024.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00637655/2010, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, §§ 2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 1º e 15 da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e art. 156 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, a servidora, **FRANCISCA DAS CHAGAS DE MENEZES MOREIRA**, CPF 419.956.033-87, que exerce a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nível/referência 12, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 00109916, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS** a 95,62%, a partir de 28/02/2011, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de Julho/1994 a Janeiro/2011, cujo valor é de R\$ 541,72 (quinhentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos). FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 02925658/2008, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, §§ 2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 1º e 15 da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e art. 156 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, a servidora **ZÉLIA VIEIRA LEITE DE SOUSA**, CPF 210.041.373-20, que exerce a função de PROFESSOR, classe PLENO II, nível/referência 20, Grupo Ocupacional de Magistério – MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 023573-1-3, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS** a 93,73%, a partir de 11/04/2009, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de Julho/1994 a Março/2009, cujo valor é de R\$ 863,67 (Oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos). FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 01092767/2017, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **MARIA ROSEMARY ARAÚJO REINALDO**, CPF 263.193.813-53, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível/referência I, Grupo Ocupacional de Magistério – MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 088889-1-4, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 16/02/2017, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento de 40 horas - Lei nº 16.206/2017, combinado com o Decreto Estadual nº 32.202/2017	R\$ 3.543,06
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 20% - art.62 inciso V, da Lei Estadual nº 10.884/1984, c/c art.3º inciso II da Lei Estadual nº 16.104/2016, c/c art.1º, da Lei Complementar nº 200/2019	R\$ 708,61
Parcela Nominalmente Identificável – PNI – Lei Estadual nº15.901/2015	R\$ 1.041,25
Parcela Variável de Redistribuição – PVR/FUNDEB – Lei nº 16.104/2016	R\$ 132,00
TOTAL	R\$ 5.424,92

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 04/05/2018 e publicado no Diário Oficial do Estado em 20/08/2018, que concedeu APOSENTADORIA à, **MARIA ROSEMARY ARAÚJO REINALDO**, matrícula nº 088889-1-4. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03007786/2005, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, §§ 2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 1º e 15 da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e art. 156 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, a servidora **MARIA CORREIA LIRA**, CPF 196.034.443-91, que exerce a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nível/referência 12, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 053283-1-4, lotado na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS** a 85,37%, a partir de 07/04/2007, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de Julho/1994 a Março/2007, cujo valor é de R\$ 334,72 (Trezentos e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos). Para o benefício previdenciário em referência fica assegurado a remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 02555097/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **MARIA ALAÍDE SANTOS SATÓ**, CPF 154.458.443-15, que exerce a função de PROFESSOR, nível/referência K, Grupo Ocupacional de Magistério – MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 016810-1-X, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 05/04/2018, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 40 horas - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto Estadual nº 32.551/2018.	R\$ 4.023,41
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 27% – art. 62, inciso V da Lei Estadual nº 10.884/1984, c/c art. 2º, inciso II da Lei Estadual nº 16.285/2017, c/c art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019.	R\$ 1.086,32
Parcela Nominalmente Identificável (PNI) – art.2º, inciso V e art. 6º da Lei Estadual nº 15.901/2015	R\$ 1.320,79
Parcela Variável de Redistribuição (PVR/FUNDEB) – Lei nº 15.243/2012 c/c anexo único da Lei nº 16.104/2016	R\$ 132,00
TOTAL	R\$ 6.562,52

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 12/07/2018 e publicado no Diário Oficial do Estado em 31/08/2018, que concedeu APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à **MARIA ALAÍDE SANTOS SATÓ**, matrícula nº 016810-1-X. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03635434/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **MARIA DAS GRAÇAS CARNEIRO**, CPF 263.145.923-72, que exerce a função de PROFESSOR, nível/referência K, Grupo Ocupacional de Magistério – MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 121624-1-3, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 11/05/2018, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:



DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 40 horas - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto Estadual nº 32.551/2018.	R\$ 4.023,41
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 27% – art. 62, inciso V da Lei Estadual nº 10.884/1984, c/c art. 2º, inciso II da Lei Estadual nº 16.285/2017, c/c art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019.	R\$ 1.086,32
Parcela Nominalmente Identificável (PNI) – art.2º, inciso V e art. 6º da Lei Estadual nº 15.901/2015	R\$ 464,39
Parcela Variável de Redistribuição (PVR/FUNDEB) – Lei nº 15.243/2012 c/c anexo único da Lei nº 16.104/2016	R\$ 132,00
TOTAL	R\$ 5.706,12

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00204360/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **VANY MARY SANTIAGO LIMA**, CPF 192.606.953-68, que exerce a função de PROFESSOR, nível/referência K, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 120837-1-8, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 11/01/2018, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 40 horas - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto Estadual nº 32.551/2018.	R\$ 4.023,41
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 27% – art. 62, inciso V da Lei Estadual nº 10.884/1984, c/c art. 2º, inciso II da Lei Estadual nº 16.285/2017, c/c art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019.	R\$ 1.086,32
Parcela Nominalmente Identificável (PNI) – art.2º, inciso V e art. 6º da Lei Estadual nº 15.901/2015	R\$ 464,39
Parcela Variável de Redistribuição (PVR/FUNDEB) – Lei nº 15.243/2012 c/c anexo único da Lei nº 16.104/2016	R\$ 132,00
TOTAL	R\$ 5.706,12

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 15/05/2018 e publicado no Diário Oficial do Estado em 19/06/2018, que concedeu APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à VANY MARY SANTIAGO LIMA, matrícula nº 120837-1-8. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 05334647/2006, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **MARIA DA CONCEIÇÃO PAULINO**, CPF 220.744.813-49, que exerce a função de PROFESSOR, classe ESPECIALIZADO, nível/referência 22, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 037320-1-0, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 04/05/2007, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 40 horas (Lei 13.787/2006)	1.109,27
Progressão Horizontal 15 % (art.43 da Lei Nº 9.826/74)	166,39
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 40% (art.1º Lei Nº 14.180/2008)	443,71
Gratificação de Incentivo Profissional 20% (art.32 da Lei Nº 12.066/93)	221,85
Gratificação de Extraclasse de 10% (art.12 § 3º da Lei Nº 12.066/1993)	110,93
TOTAL	2.052,15

A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2009, TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DA LEI Nº 15.567, DE 07/04/2014, CONFORME AS VERBAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 40 horas (Lei Nº 14.431/2009)	1.872,39
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 10% art. 5º da Lei Nº 14.431/2009	187,24
Parcela Nominalmente Identificável Inciso III, do art. 7º e 12º da Lei Nº14.431/2009	475,43
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada VPNI (art. 3º da Lei Nº 15.567/2014)	253,50
TOTAL	2.788,56

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 05304098/2006, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora **FRANCISCA ALVES DE MOURA**, CPF 092.641.083-00, que exerce a função de PROFESSOR ESPECIALIZADO, nível/referência 22, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 035845-1-8, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 29/07/2007, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 40 horas - Lei Estadual nº 13.908/2007	1.148,65
Progressão Horizontal - 15% - art.43 da Lei Estadual nº 9.826/1974	172,30
Gratificação de Efetiva Regência de Classe - 40% - art.1º da Lei Estadual nº 11.072/1985/2008	459,46
Gratificação de Incentivo Profissional - 20% - art.32 da Lei Estadual nº 12.066/1993	229,73
Gratificação de Extraclasse - 10% - art. 12, § 3º da Lei Estadual nº 12.066/1993	114,87
TOTAL	2125,01

A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2009, TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DA LEI Nº 15.567, DE 07/04/2014, CONFORME AS VERBAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 40 horas - Lei Estadual Nº 14.431/2009	1872,39
Gratificação de Efetiva Regência de Classe - 10% - art. 5º da Lei Estadual Nº 14.431/2009	187,24
Parcela Nominalmente Identificável - art. 7º, III e 12º da Lei Estadual Nº 14.431/2009	523,00
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada VPNI - art. 3º da Lei Nº 15.567/2014	258,25
TOTAL	2840,88

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** ** *



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03431670/2006, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, ao servidor **ANTÔNIO BRAGA FELICIANO**, CPF 040.905.273-68, que exerce a função de PROFESSOR, classe ESPECIALIZADO, nível/referência 22, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 059647-1-7, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 04/12/2006, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 40 Horas - Lei nº 13.787/2006	R\$ 1.109,27
Progressão Horizontal 20% - art. 43 da Lei nº 9.826/1974	R\$ 221,85
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 40% - art. 1º da Lei nº 11.072/1985	R\$ 443,71
Gratificação de Incentivo Profissional de 20% - art. 32 da Lei nº 12.066/93.	R\$ 221,85
TOTAL	R\$ 1.996,68

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 1703855/2017, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **MARIA MERCEDES CAPELO LAGE**, CPF 22859233334, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível/referência I, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 11437915, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 14/03/2017, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR RS
Vencimento 20 horas Lei nº 16.206/2017	1.771,53
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 20% art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com art. 3º, inciso II da Lei nº 16.104/2016, combinado com Art. 1º, da Lei Complementar nº 200/2019	354,31
Parcela Nominalmente Identificável (PNI) - Lei nº 15.901/2015	300,38
Parcela Variável de Redistribuição- PVR/FUNDEB Lei 16.104/2016	66,00
TOTAL	2.492,22

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 07/05/2018 e publicado no Diário Oficial do Estado em 20/07/2018, que concedeu APOSENTADORIA à MARIA MERCEDES CAPELO LAGE, matrícula nº 11437915. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 04242107/2004, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Constituição Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora, **MARGARIDA GAMA LIMA**, CPF 186.501.203-34, que exerce a função de PROFESSOR, classe ESPECIALIZADO, nível/referência 21, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 04361717, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 26/01/2006 tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 20 Horas - Lei nº 13.627/2005	R\$ 498,32
Progressão Horizontal 15% - art. 43 da Lei nº 9.826/1974	R\$ 74,75
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 40% - art. 1º da Lei nº 11.072/85	R\$ 199,33
Gratificação de Incentivo Profissional de 20% - Art. 32 da Lei 12.066/93	R\$ 99,66
Gratificação de ExtraClasse de 20% - art. 12 § 3º da Lei nº 12.066/1993	R\$ 99,66
TOTAL	R\$ 971,72

A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2009, TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DA LEI Nº 15.567, DE 07/04/2014, CONFORME AS VERBAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 20 Horas - Lei nº 14.431/2009	R\$ 891,61
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 10% - art. 5º da Lei nº 14.431/2009	R\$ 89,16
Parcela Nominalmente Identificável do art. 7º, Inciso III e 12 da Lei nº 14.431/2009	R\$ 226,40
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável VPNI - art. 3º da Lei nº 15.567/2014	R\$ 241,43
TOTAL	R\$ 1448,60

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 02441682/2007, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **MARIA JOSÉ DE FREITAS**, CPF nº 156.947.393-53, que exerce a função de PROFESSOR ENSINO TÉCNICO ESPECIALIZADO, referência 23, Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 03465314, lotado na Secretaria da Educação - SEDUC, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 17/01/2008, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR RS
Vencimento 40 horas - Lei nº 13.908/2007	1.206,11
Progressão Horizontal - 15% - art. 43, da Lei nº 9.826/1974	180,92
Gratificação de Efetiva Regência de Classe - 45% - art. 1º, da Lei nº 13.932/2007	542,75
Gratificação de Incentivo Profissional - 20% - art. 32, da Lei nº 12.066/1993	241,22
Gratificação de Extraclasse - 10% - art. 12 § 3º, da Lei nº 12.066/1993	120,61
TOTAL	2.291,61

A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2009, TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DA LEI Nº 15.567, DE 07/04/2014, CONFORME AS VERBAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

DESCRIÇÃO	VALOR RS
Vencimento 40 horas - Lei nº 14.431/2009	1.966,01
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 10% art. 5º da Lei nº 14.431/2009	196,60
Parcela Nominalmente Identificável - Inciso III, do art. 7º e 12 da Lei nº 14.431/2009	499,22
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada VPNI - art. 3º da Lei Nº 15.567/2014	266,17
TOTAL	2.928,00

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00876074/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **CLARA LEDA SAMPAIO**, CPF 196.016.383-34, exerce a função de PROFESSOR, nível/referência K, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 034476-1-8, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 03/02/2018, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento de 40 horas - Lei nº 16.513/2018, combinado com o Decreto Estadual nº 32.551/2018	R\$ 4.023,41
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 27% - art.62, inciso V, da Lei nº10.884/1984, combinado com o art.2º, inciso II da Lei nº16.285/2017, combinado com art.1º, da Lei Complementar nº 200/2019	R\$ 1.086,32
Parcela Nominalmente Identificável - PNI - Lei nº 15.901/2015	R\$ 1.483,64
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB - Lei nº16.104/2016	R\$ 132,00
TOTAL	R\$ 6.725,37

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 25/10/2018 e publicado no Diário Oficial do Estado em 28/11/2018, que concedeu APOSENTADORIA à CLARA LEDA SAMPAIO, matrícula nº 03447618. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00130471/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **CLAUDIA QUEIROZ BASTOS**, CPF 678.672.513-91, exerce a função de PROFESSOR, nível/referência J, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 114402-1-5, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 09/01/2018, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento de 20 horas - Lei nº 16.513/2018, combinado com o Decreto Estadual nº 32.551/2018	R\$ 1.915,92
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 27% - art.62 inciso V, da Lei Estadual nº 10.884/1984, c/c art.3º inciso II da Lei Estadual nº 16.104/2016, c/c art.1º, da Lei Complementar nº 200/2019	R\$ 517,30
Parcela Nominalmente Identificável - PNI - art. 2º V, e art. 6º, Lei Estadual nº15.901/2015	R\$ 324,86
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB - Lei Estadual nº 15.243/2012 c/c anexo único da Lei nº 16.104/2016	R\$ 66,00
TOTAL	R\$ 2.824,08

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 02/05/2018 e publicado no Diário Oficial do Estado em 20/07/2018, que concedeu APOSENTADORIA à CLÁUDIA QUEIROZ BASTOS, matrícula nº 114402-1-5. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 04311592/2008 RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, §§ 2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 1º e 15 da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e art. 156 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, a servidora, **FRANCISCA LUCIMAR DE ARAÇÃO RODRIGUES**, CPF 424.938.463-20, que exerce a função de ASSISTENTE DE BIBLIOTECONOMIA, nível/referência 26, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 03830314, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS** a 88,72%, a partir de 06/04/2009, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de Julho/1994 a Março/2009, cujo valor é de R\$ 527,69 (quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos). FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 02544648/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, ao servidor **SALVADOR ALVES DE OLIVEIRA**, CPF 040.555.708-64, que exerce a função de PROFESSOR, nível/referência J, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 090908-1-9, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 05/04/2018, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 40 horas - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto Estadual nº 32.551/2018.	R\$ 3.831,83
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 27% - art. 62, inciso V da Lei Estadual nº 10.884/1984, c/c art. 2º, inciso II da Lei Estadual nº 16.285/2017, c/c art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019.	R\$ 1.034,59
Parcela Nominalmente Identificável (PNI) - art.2º, inciso V e art. 6º da Lei Estadual nº 15.901/2015	R\$ 649,72
Parcela Variável de Redistribuição (PVR/FUNDEB) - Lei nº 15.243/2012 c/c anexo único da Lei nº 16.104/2016	R\$ 132,00
TOTAL	R\$ 5.648,14

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 17/07/2018 e publicado no Diário Oficial do Estado em 31/08/2018, que concedeu APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à SALVADOR ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 090908-1-9. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03088598/2010, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora **MARIA DO CARMO BANDEIRA DA COSTA**, CPF 210.027.703-00, que exerce a função de PROFESSOR, classe PLENO II, nível/referência 20, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 075541-1-7, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, "postmortem" COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 25/11/2010, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 20 horas - Lei nº 14.759/2010	R\$ 890,25
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 10% - art.5º Lei nº 14.431/2009	R\$ 89,03
Parcela Nominalmente Identificável - art. 7º, inciso III e art. 12 da Lei nº 14.431/2009	R\$ 168,10
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada VPNI - art. 3º da Lei nº 15.567/2014	R\$ 218,54
TOTAL	R\$ 1.365,92

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 01498659/2008, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora, **MARIA ILDAMIR RIBEIRO DOS SANTOS**, CPF 110.411.963-34, exercente de função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nível/referência 12, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 001915-1-5, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 01/03/2009, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 30 horas (Lei nº 14.180/2008)	302,39
Progressão Horizontal 20% (art. 43 da Lei nº 9.826/1974)	60,47
TOTAL	362,87

Para o benefício previdenciário em referência fica assegurado a remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento. TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 24/03/2025 e publicado no Diário Oficial do Estado em 28/03/2025, que concedeu APOSENTADORIA à MARIA ILDAMIR RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 001915-1-5. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 5737885/2013 RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora **MARIA ASSUNÇÃO GOMES FERREIRA**, CPF nº 154.056.643-91, que exerce a função de PROFESSOR, classe Especializado, nível/referência 12, Grupo Ocupacional de Magistério – MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 07590415, lotada na Secretaria da Educação – SEDUC, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 08/08/2013, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 40 horas (Lei 15258/2013)	2.759,71
Gratificação de Regência de Classe de 10% (Art. 1º, Lei nº 14.182/2008)	275,97
Parcela Nominalmente Identificável do art. 7º, Inciso III e 12 da Lei nº 14.431/2009	591,38
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada VPNI (art. 3º da Lei nº 15.567/2014)	541,23
Parcela Nominalmente de Redistribuição- PVR/FUNDE Lei 15.243/2012 e Lei 15.444/2013	50,00
TOTAL	4.218,29

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 18/11/2013 e publicado no Diário Oficial do Estado em 06/01/2014, que concedeu APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO INTEGRAL, à MARIA ASSUNÇÃO, GOMES FERREIRA, matrícula nº 07590415. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 04453402/2005, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora **MARIA VIVINA MONTEIRO LIMA**, CPF 102.647.793-04, que exerce a função de PROFESSOR INICIANTE I, nível/referência 05, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 0718161-2, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 10/06/2006, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 20 horas - Lei Estadual nº 13.627/2005	228,29
Progressão Horizontal - 15% - art.43 da Lei Estadual nº 9.826/1974	34,24
Gratificação de Efetiva Regência de Classe - 40% - art.62, V da Lei Estadual nº 10.884/1984 c/c art. 1º da Lei Estadual nº 11.072/1985	91,32
Gratificação de Extraclasse - 20% - art. 12, § 3º da Lei Estadual nº 12.066/1993	45,66
TOTAL	399,51

A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2009, TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DA LEI Nº 15.567, DE 07/04/2014, CONFORME AS VERBAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 40 horas - Lei Estadual Nº 14.431/2009	408,46
Gratificação de Efetiva Regência de Classe - 10% - art. 5º da Lei Estadual Nº 14.431/2009	40,85
Parcela Nominalmente Identificável - art. 7º, III e 12º da Lei Estadual Nº 14.431/2009	77,12
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada VPNI - art. 3º da Lei Nº 15.567/2014	105,28
TOTAL	631,71

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 02993793/2008, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **MARIA SOCORRO DE VASCONCELOS**, CPF 060.343.813-04, que exerce a função de PROFESSOR, classe ESPECIALIZADO, nível/referência 24, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 060690-1-0, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 30/01/2009, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento de 40 horas – Lei nº 14.180/2008	R\$ 1.344,04
Progressão Horizontal de 15% - art.43 da Lei nº 9.826/74	R\$ 201,61
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 50% - art.1º da Lei nº 11.072/85	R\$ 672,02
Gratificação de Incentivo Profissional de 20% - art.32 da Lei nº 12.066/93	R\$ 268,81
Gratificação de Extraclasse de 10% - art.12 §3º da Lei nº12.066/93	R\$ 134,40
TOTAL	R\$ 2.620,88

A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2009, TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DA LEI Nº15.567 DE 07/04/2014, CONFORME AS VERBAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento de 40 horas – Lei nº 14.431/2009	R\$ 2.064,31
Gratificação de Regência de Classe de 10% - art.5º da Lei nº 14.431/2009	R\$ 206,43
Parcela Nominalmente Identificável – PNI - inciso III, do art.7º e 12 da Lei nº14.431/2009	R\$ 524,18
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI – art.3º da Lei nº15.567/2014.	R\$ 279,49
TOTAL	R\$ 3.074,41

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 01350699/2006, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **FRANCISCA MARTINS PONTES**, CPF 16985540368, que exerce a função de PROFESSOR, classe ESPECIALIZADO, nível/referência 22, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 03392619, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 24/08/2007, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 40 horas (Lei nº 14.009/2007)	1.148,65
Progressão Horizontal 15% (art. 43 da Lei nº 9.826/1974)	172,30
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 45% - art. 1º da Lei nº 13.932/07	516,89
Gratificação de Incentivo Profissional 20% (art. 32 da Lei nº 12.066/1993)	229,73
Gratificação de Extraclasse de 10% (art. 12 § 3º da Lei nº 12.066/1993)	114,87
TOTAL	2.182,44

A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2009, TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DA LEI Nº 15.567, DE 07/04/2014, CONFORME AS VERBAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento 40 horas (Lei nº 14.431/2009)	1.872,39
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 10% - (art. 5º da Lei nº 14.431/2009)	187,24
Parcela Nominalmente Identificável do art. 7º, Inciso III e 12 da Lei nº 14.431/2009	475,43
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada VPNI (art. 3º da Lei nº 15.567/2014)	253,51
TOTAL	2.788,57

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 27 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 09258154/2004, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, e do art. 3 da Lei nº 15.567 de 07 de abril de 2014, à servidora **AURY DE PAULA MARQUES**, CPF 024.059.203-44, que exerce a função de PROFESSOR, classe ESPECIALIZADO, nível/referência 22, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 04900510, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 15/12/2005, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Vencimento de 40 Horas - Lei nº 13.627/2005	R\$ 1.046,48
Progressão Horizontal 25% - art. 43 da Lei nº 9.826/1974	R\$ 261,62
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 40% - art. 1º da Lei nº 13.932/2007	R\$ 418,59
Gratificação de Incentivo Profissional 20% - art. 32 da Lei nº 12.066/1993	R\$ 209,30
Gratificação de ExtraClasse de 10% (art. 12 § 3º da Lei nº 12.066/1993)	R\$ 104,65
TOTAL	R\$ 2.040,64

A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2009, TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DA LEI Nº 15.567, DE 07/04/2014, CONFORME AS VERBAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento de 40 horas - Lei nº 14.431/2009	R\$ 1.872,39
Gratificação de Efetiva Regência de Classe 10% - art. 5 da Lei nº 14.431/2009	R\$ 187,24
Parcela Nominalmente Identificável - PNI - do art. 7º, Inciso III e 12 da Lei nº 14.431/2009	R\$ 719,25
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável VPNI - art. 3º da Lei nº 15.567/2014	R\$ 277,92
TOTAL	R\$ 3.056,80

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00861603/2024, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, ao servidor **RAIMUNDO CELIO PEREIRA DE CARVALHO**, CPF 142.620.293-87, que exerce a função de PROFESSOR, classe, nível referência Q, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 03357716, lotado no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 21/03/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 20 horas (Lei nº 18.353/2023)	R\$ 4.376,20
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 32,79% (art.62, inciso V, da Lei nº10.884/1984, combinado com art. 1º da Lei Complementar nº200/2019 e art. 3º, inciso II da Lei nº16.954/2019)	R\$ 1.434,95
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB (Lei nº 15.243/2012 e c/c Lei 17.939/2022)	R\$ 96,80
Parcela Nominalmente Identificável (Lei nº15.901/2015)	R\$ 591,50
TOTAL	R\$ 6.499,45

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O(A) PRESIDENTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88º, da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, em conformidade com o art 8º, combinado com o inciso III, do art 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, em conformidade também com decreto 32.960/19, art. 16, também combinado com o(a) Decreto 36.410 de 10 de Janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de Janeiro de 2025, RESOLVE **NOMEAR, FRANCISCO EUDER MATIAS NOGUEIRA**, com cargo de 3 SARGENTO, matrícula 20260513, pertencente ao órgão CBMCE, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Gerente, símbolo PREV - III, integrante da Estrutura organizacional do(a) Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará a partir da data da publicação. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 06 de maio de 2025.

Jose Juarez Diogenes Tavares
PRESIDENTE
Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

*** **

PORTARIA CC 0056/2025-CEARAPREV O(A) PRESIDENTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 36.410, de 10 de Janeiro de 2025, **RESOLVE DESIGNAR, FRANCISCO EUDER MATIAS NOGUEIRA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente, símbolo PREV - III, para ter exercício no(a) Gerência de Implantação de Benefícios, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará, Fortaleza, 06 de maio de 2025.

Jose Juarez Diogenes Tavares

PRESIDENTE

Alexandre Sobreira Cialdini

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, **RESOLVE EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **ANA BEATRIZ MORAIS MELO DE LEOPOLDINO**, matrícula 30001907, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, a partir de 31 de Maio de 2025. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 20 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso I, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, **RESOLVE EXONERAR**, a Pedido o(a) servidor(a) **BARBARA NAYARA SOARES RODRIGUES**, matrícula 30001176, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, a partir de 31 de Maio de 2025. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 22 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, **RESOLVE EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **JOSENEIDE MAGALHAES SOUZA BELMINO**, matrícula 20076712, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Articulador, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, a partir de 30 de Maio de 2025. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 22 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto N° 36.507, de 10 de Abril de 2025 e publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de Abril de 2025, **RESOLVE NOMEAR, ANA BEATRIZ MORAIS MELO DE LEOPOLDINO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Coordenador, símbolo DNS-2 integrante da Estrutura Organizacional da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, a partir da data da publicação. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 21 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o (a) Decreto nº 36.507, de 09 de Abril de 2025, **RESOLVE NOMEAR, JOSENEIDE MAGALHAES SOUZA BELMINO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura Organizacional do(a) SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, a partir de 30 de Maio de 2025. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 22 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto N° 36.507, de 10 de Abril de 2025 e publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de Abril de 2025, **RESOLVE NOMEAR, SAMIR GABRIEL VASCONCELOS AZEVEDO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3 integrante da Estrutura Organizacional da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, a partir da data da publicação. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto N° 36.507, de 10 de Abril de 2025 e publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de Abril de 2025, **RESOLVE NOMEAR, ERNESTO DURRUTTI CARVALHO CARTAXO DE ARRUDA**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3 integrante da Estrutura Organizacional da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, a partir da data da publicação. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

PORTARIA CC 0028/2025-SPS O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 36.507 de 10 de Abril de 2025, **RESOLVE DESIGNAR ANA BEATRIZ MORAIS MELO DE LEOPOLDINO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, para ter exercício no(a), Coordenadoria de Interlocução Interinstitucional da Política sobre Drogas, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 21 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **



PORTARIA CC 0031/2025-SPS O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 36.507 de 10 de Abril de 2025, **RESOLVE DESIGNAR** o(a) servidor(a) **JOSENEIDE MAGALHAES SOUZA BELMINO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Célula de Serviços Regionalizados, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 22 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

PORTARIA CC 0032/2025-SPS O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 36.507 de 10 de Abril de 2025, **RESOLVE DESIGNAR** **SAMIR GABRIEL VASCONCELOS AZEVEDO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Célula de Educação Permanente, Estudos e Pesquisas, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

PORTARIA CC 0033/2025-SPS O(A) SECRETÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 36.507 de 10 de Abril de 2025, **RESOLVE DESIGNAR** **ERNESTO DURRUTTI CARVALHO CARTAXO DE ARRUDA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Célula de Inclusão Produtiva, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

PORTARIA Nº255/2025 O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** a servidora **MARISSOL DA ROCHA BARBOSA**, ocupante do cargo de Supervisor de Núcleo, símbolo DAS-1, matrícula nº 300013-9-7, desta Secretaria, a **viajar** as cidades de Russas, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte nos períodos de 02 a 06.06.2025 e 09 a 13.06.2025, a fim de Realizar visita técnica ao município, com a finalidade de supervisionar a utilização da frota de veículos cedida pela SPS e proceder a entrega dos Cartões de abastecimento aos motoristas e/ou responsáveis locais. Bem como firmar parceria com oficiais e empresas de serviço especializado para manutenção dos veículos e a inspeção visa averiguar as condições de guarda, higienização, abastecimento e manutenção dos veículos, bem como orientar os motoristas e responsáveis operacionais quanto aos procedimentos obrigatórios. A ação é preventiva e garante a operacionalização segura e eficiente da frota cedida no município, concedendo-lhe nove diárias, no valor unitário de R\$ 137,78 (cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), no total de R\$ 1.240,02 (hum mil, duzentos e quarenta reais e dois centavos), de acordo com o Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2014, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Proteção Social. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Sandro Camilo Carvalho
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº256/2025 O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE DESIGNAR** os **SERVIDORES** e terceirizados Amanda Pereira Albuquerque, Andréa Moraes Silva Marta Lúcia Queiroz de Souza, Francisco Claudemir Barbosa da Silva, Leidiane Moreira de Oliveira, Ana Paula Albuquerque Martiniano Gonçalves, para sob a presidência do primeiro e apoio técnico dos demais membros, **comporem a Comissão** de Credenciamento, para coordenar e organizar o processo de credenciamento, análise documental e análise de recursos para o Edital de Credenciamento de Agentes Promotores de Esporte e Prevenção, do Projeto Resenha da Prevenção. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, em Fortaleza, 28 de maio de 2025.

Sandro Camilo Carvalho
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº013/2025 IG Nº1381275

A SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL- SPS, situada na Av. Soriano Albuquerque, nº 230, Bairro Joaquim Távora, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 08.675.169/0001-53, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna, Sandro Camilo Carvalho, e a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.468.050/0001-47, com sede na Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, nº 515, Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza-Ceará, CEP: 60.810-700, doravante denominada CONTRATADA, representada, por procuração, pela Sra. Marinalva Lima Pereira, **RESOLVEM** firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato acima referido, nos termos da Lei nº 14.133/21, alterada e consolidada, acordando com o NUP: 47001.006894/2025-61. **OBJETO:** O presente Termo Aditivo visa o **reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº013/2025**, o qual tem como objeto prestação de serviços contínuos a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, regidos pela Consolidação da Lei dos Trabalhadores (CLT) na área de Transporte. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** A mencionada repactuação do Contrato nº 013/2025 implica modificação dos valores estipulados no instrumento em face do ajuste de salário-base, vale-alimentação, cesta básica, dentre outros, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (Motorista) – CE 000510/2025 e a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (Motoqueiro) – CE 000350/2025, partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, conforme a seguinte tabela: Valor mensal atual do Contrato nº 013/2025 R\$ 153.305,98 Valor mensal repactuação do Contrato nº 013/2025 R\$ 162.258,66 Diferença entre o valor mensal atual e o valor repactuação R\$ 8.952,68 Repercussão financeira total do período de 29 dias de março/2025 a 02 de março/2026 R\$ 107.730,50. As despesas decorrentes do presente aditivo correrão à conta da dotação abaixo discriminada: 47100001.08.122.421.2020 5.03.339037.1.5009100000.0 47100001.08.122.421.20205.03.339034.1.5009100000.0. **RATIFICAÇÃO:** Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. **FORO:** Fortaleza/CE. **DATA E ASSINANTES:** Fortaleza/CE, 23 de Maio de 2025; Sandro Camilo Carvalho - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna Secretaria da Proteção Social e Marinalva Lima Pereira - Certa Serviços Empresariais e Representações Ltda. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 28 de maio de 2025.

José Antônio Ribeiro Maia
ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

5º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº03/2023 IG Nº1381058

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, inscrita no CNPJ nº 08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60.130-160, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representada por seu Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna, Sandro Camilo Carvalho, e o **INSTITUTO MARIA DA HORA**, inscrito no CNPJ nº 06.750.574/0001-63, com sede na Avenida Cel. Matos Dourado, 397 – Henrique Jorge, Fortaleza-CE, CEP nº 60.521-063, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representado por seu Presidente, José Alves Correia, resolvem firmar o presente Aditivo ao Termo de Colaboração acima referido, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Constituição do Estado do Ceará de 1989, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Estadual nº 17.573/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022), da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto Estadual nº 32.810/2018 e suas alterações, do Edital de Chamamento Público nº 01/2022-SETUR (Sub-rogado para a SPS) e do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário nº 01/2023, firmado com o DETRAN, através do Processo nº 47001.007582/2025-75. **OBJETO:** O presente Aditivo visa a **alteração de prazo do Termo de Colaboração nº03/2023**, o qual tem como objeto a execução do Projeto Exposição Cidade Mais Infância – Manutenção TDCO, executado conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição. **VIGÊNCIA:** A vigência do Instrumento original será prorrogada até 31 de dezembro de 2025. **RATIFICAÇÃO:** Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. **FORO:** Fortaleza/CE. **DATA E ASSINANTES:** Fortaleza, 23 de Maio de 2025; Sandro Camilo Carvalho - Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna - SPS e José Alves Correia - Instituto Maria da Hora. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 27 de maio de 2025.

José Antônio Ribeiro Maia
ASSESSORIA JURÍDICA

*** **



20º ADITIVO AO CONTRATO Nº050/2022 IG Nº1381216

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora, representada neste ato por seu Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da SPS, Sandro Camilo Carvalho, e a empresa **REAL SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.188.842/0001-68, com sede na Rua Ildefonso Albano, nº 2783, Bairro de Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60.115-001, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. Marília Lopes Cruz Rolim, RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato acima referido, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, acordando com o NUP 47001.007029/2025-32. OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a **reapac-tuação do Contrato original nº050/2022**, o qual tem como objeto a prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades das áreas Técnica e Administrativa, Saúde, Serviços Diversos e Transporte na Sede da Secretaria da Proteção Social – SPS, para atender demanda da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: A mencionada reapac-tuação do Contrato nº 050/2022 implica modificação dos valores estipulados no instrumento em face do ajuste de salário, cesta, vale-alimentação e plano de saúde, conforme Convenção Coletiva 2025/2025 – MTE: Assistente Social CE 000396/2025 e Convenção Coletiva 2025/2026 – MTE: Motorista – CE 000510/2025, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, conforme a seguinte tabela: Valor mensal atual do Contrato nº 050/2022 R\$ 124.172,76 Valor mensal repactuado do Contrato nº 050/2022 R\$125.354,39 Diferença entre o valor mensal atual e o valor repactuado R\$ 1.181,63 Repercussão financeira total do período de Jan/2025 a 16/maio/2026 Total: R\$19.575,78. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. FORO: Fortaleza/CE. DATA E ASSINANTES: Fortaleza/Ce, 23 de Maio de 2025; Sandro Camilo Carvalho - Secretaria da Proteção Social e Marília Lopes Cruz Rolim - Real Serviços de Locação de Mão de Obra – LTDA. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 28 de maio de 2025.

José Antônio Ribeiro Maia
ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº100/2025

A SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, inscrita no CNPJ nº 08.675.169/0001- 53, com endereço na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP 60.130-160, neste ato representada por sua Secretária, Jade Afonso Romero, a **SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS – SEDIH**, inscrita no CNPJ nº 50.066.112/0001-13, com endereço na Rua da Assunção, 1100 – José Bonifácio, Fortaleza-CE, CEP 60.050-011, neste ato representada por sua Secretária, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, a **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SSPDS**, inscrita no CNPJ nº 01.869.566/0001-17, com endereço na Avenida Aguanambi, S/N – Aeroporto, Fortaleza-CE, CEP 60.415-390, neste ato representada por seu Secretário, Antonio Roberto Cesário de Sá, a **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC**, inscrita no CNPJ nº 07.954.514/0001-25, com endereço na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambéba, Fortaleza-CE, CEP 60.822-325, neste ato representada por sua Secretária, Eliana Nunes Estrela, a **SECRETARIA DA SAÚDE – SESA**, inscrita no CNPJ nº 07.954.971/0001-04, com endereço na Avenida Almirante Barroso, 600 – Praia de Iracema, Fortaleza-CE, CEP 60.060-440, neste ato representada por sua Secretária, Tânia Mara Silva Coelho, a **SECRETARIA DO ESPORTE – SESPORTE**, inscrita no CNPJ nº 05.565.013/0001-21, com endereço na Avenida Alberto Craveiro, 2901 – Boa Vista, Fortaleza-CE, CEP 60.861-211, neste ato representada por seu Secretário, Rogério Nogueira Pinheiro, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ nº 02.014.521/0001-23, com endereço na Avenida Pinto Bandeira, 1.111 – Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE, CEP 60.811-170, neste ato representada pela Defensora Pública Geral, Sâmia Costa Farias Maia, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, inscrito no CNPJ nº 06.928.790/0001-56, com endereço na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, 130 – Cambéba, Fortaleza-CE, CEP 60.822-325, neste ato representado pelo Procurador Geral de Justiça, Haley de Carvalho Filho, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ nº 09.444.530/0001-01, com endereço na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambéba, Fortaleza-CE, CEP 60.822-325, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, e a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – ALECE**, inscrita no CNPJ nº 06.750.525/0001-20, com endereço na Avenida Desembargador Moreira, 2807 – Dionísio Torres, Fortaleza-CE, CEP 60.170-900, neste ato representado por seu Presidente, Romeu Aldigueri, resolvem firmar o presente Acordo de Cooperação Técnica, através do Processo Administrativo nº 47001.008479/2025-42. FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento fundamenta-se, além da Constituição Federal: a) no Art. 184 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber; b) na Portaria nº156/2023 – SPS (D.O.E em 19/05/2023); c) na Resolução nº 532/2023 – CEDCA-CE (D.O.E em 19/09/2023); d) no Estatuto da Criança e Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e) na Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017 - Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; f) na Lei Federal nº 9.970, de 17 de maio de 2000 - Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Luta Contra a Exploração e o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. OBJETO: Constitui objeto do presente Acordo de **Cooperação Técnica a realização de ações conjuntas, articuladas e continuadas**, voltadas à Proteção Integral da Infância e Adolescência. Os municípios do Estado do Ceará poderão aderir ao presente instrumento mediante termo específico. RECURSOS: A operacionalização do presente acordo não importará transferência de recursos financeiros de um ente ao outro, ficando a cargo de cada partícipe o custeio próprio para as ações que lhes compete, com a finalidade de atender ao objeto deste acordo. VIGÊNCIA: O presente ajuste terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura. ALTERAÇÕES: Este instrumento poderá ser alterado mediante comum acordo entre as partes, através de Termo Aditivo, sendo, no entanto, vedada a alteração de seu objeto. RESCISÃO: Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido: a) unilateralmente, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso haja descumprimento de qualquer cláusula; b) em comum acordo entre as partes. FORO: Fortaleza/CE. DATA E ASSINANTES: Fortaleza-CE, 16 de maio de 2025. Jade Afonso Romero - Secretária da Proteção Social - SPS; Maria do Perpétuo Socorro França Pinto - Secretária dos Direitos Humanos - SEDIH; Antônio Roberto Cesário de Sá - Secretária da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS; Eliana Nunes Estrela - Secretária da Educação - SEDUC; Tânia Mara Silva Coelho - Secretária da Saúde - SESA; Rogério Nogueira Pinheiro - Secretário do Esporte - SESPORTE; Sâmia Costa Farias Maia - Defensoria Pública do Estado do Ceará; Haley de Carvalho Filho - Ministério Público do Estado do Ceará; Heráclito Vieira de Sousa Neto - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Romeu Aldigueri - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - ALECE. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 28 de maio de 2025.

José Antônio Ribeiro Maia
ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

RESOLUÇÃO Nº580/2025 – CEDCA-CE, de 19 de fevereiro de 2025.

AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO CEARÁ.

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ - CEDCA-CE, órgão deliberativo e controlador da Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado nos termos da Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nos termos da lei estadual nº 11.889, de 20 de dezembro de 1991 (nova redação das leis estaduais nº 12.934, de 16 de julho de 1999 - 15.794/2015 de 13 de maio de 2015 e16.864 de 15 de abril de 2019); CONSIDERANDO que compete ao CEDCA-CE regular a captação de recursos e a aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual para a Criança e Adolescente, FECA-CE, na forma do ECA e leis estaduais acima citadas e da Resolução nº 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024. RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente – FECA-CE, para o Projeto “Maria Bonita” da OSC Instituto da Primeira Infância - IPREDE, no valor Global de R\$ 449.630,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil seiscentos e trinta reais) sendo 80%, no valor de R\$ 359.704,00 destinado ao Projeto em tela, e 20%, no valor de R\$ 89.926,00 (oitenta e nove mil novecentos e vinte e seis reais) ao FECA em obediência a Resolução 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024.

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS a encaminhar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos, conforme deliberação do Colegiado em sua I Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Fortaleza, 19 de fevereiro de 2025.

Lorena Vitor Loureiro
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ CEDCA-CE

Republicada por incorreção.

*** **



RESOLUÇÃO Nº581/2025 – CEDCA-CE, de 19 de fevereiro de 2025.**AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO CEARÁ.**

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ - CEDCA-CE, órgão deliberativo e controlador da Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado nos termos da Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nos termos da lei estadual nº 11.889, de 20 de dezembro de 1991 (nova redação das leis estaduais nº 12.934, de 16 de julho de 1999 , 15.794/2015 de 13 de maio de 2015 e16.864 de 15 de abril de 2019); CONSIDERANDO que compete ao CEDCA-CE regular a captação de recursos e a aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual para a Criança e Adolescente, FECA-CE, na forma do ECA e leis estaduais acima citadas e da Resolução nº 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024. RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente – FECA-CE, para o Projeto “Primeira Infância 2” da OSC Instituto da Primeira Infância - IPREDE, no valor Global de R\$ 578.060,17 (quinhentos e setenta e oito mil e sessenta reais e dezessete centavos) sendo 80%, no valor de R\$ 462.448,14 (quatrocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos) destinado ao Projeto em tela, e 20%, no valor de R\$ 115.612,03 (cento e quinze mil seiscentos e doze reais e três centavos) ao FECA em obediência a Resolução 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024.

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS a encaminhar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos, conforme deliberação do Colegiado em sua I Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2025.

Lorena Vitor Loureiro
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ CEDCA-CE

Republicada por incorreção.

*** **

RESOLUÇÃO Nº582/2025 – CEDCA-CE, de 19 de fevereiro de 2025.**AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO CEARÁ.**

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ - CEDCA-CE, órgão deliberativo e controlador da Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado nos termos da Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nos termos da lei estadual nº 11.889, de 20 de dezembro de 1991 (nova redação das leis estaduais nº 12.934, de 16 de julho de 1999 , 15.794/2015 de 13 de maio de 2015 e16.864 de 15 de abril de 2019); CONSIDERANDO que compete ao CEDCA-CE regular a captação de recursos e a aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual para a Criança e Adolescente, FECA-CE, na forma do ECA e leis estaduais acima citadas e da Resolução nº 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024. RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente – FECA-CE, para o Projeto “Transformaria 3” da OSC Instituto da Primeira Infância - IPREDE, no valor Global de R\$ 507.730,35 (quinhentos e sete mil setecentos e trinta reais e trinta e cinco centavos) sendo 80%, no valor de R\$ 406.184,28 (quatrocentos e seis mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos) destinado ao Projeto em tela, e 20%, no valor de R\$ 101.546,07 (cento e um mil quinhentos e quarenta e seis reais e sete centavos) ao FECA em obediência a Resolução 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024.

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS a encaminhar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos, conforme deliberação do Colegiado em sua I Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2025.

Lorena Vitor Loureiro
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ CEDCA-CE

Republicada por incorreção.

*** **

RESOLUÇÃO Nº583/2025 – CEDCA-CE, de 19 de fevereiro de 2025.**AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO CEARÁ.**

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ - CEDCA-CE, órgão deliberativo e controlador da Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado nos termos da Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nos termos da lei estadual nº 11.889, de 20 de dezembro de 1991 (nova redação das leis estaduais nº 12.934, de 16 de julho de 1999 , 15.794/2015 de 13 de maio de 2015 e16.864 de 15 de abril de 2019); CONSIDERANDO que compete ao CEDCA-CE regular a captação de recursos e a aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual para a Criança e Adolescente, FECA-CE, na forma do ECA e leis estaduais acima citadas e da Resolução nº 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024. RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente – FECA-CE, para o Projeto “Vai Maria 2” da OSC Instituto da Primeira Infância - IPREDE, no valor Global de R\$ 459.858,26 (quatrocentos e cinquenta e nove mil oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos) sendo 80%, no valor de R\$ 367.886,61 (trezentos e sessenta e sete mil oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos) destinado ao Projeto em tela, e 20%, no valor de R\$ 91.971,65 (noventa e um mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos) ao FECA em obediência a Resolução 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024.

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS a encaminhar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos, conforme deliberação do Colegiado em sua I Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2025.

Lorena Vitor Loureiro
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ CEDCA-CE

Republicada por incorreção.

*** **

RESOLUÇÃO Nº584/2025 – CEDCA-CE, de 19 de fevereiro de 2025.**AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO CEARÁ.**

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ - CEDCA-CE, órgão deliberativo e controlador da Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado nos termos da Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nos termos da lei estadual nº 11.889, de 20 de dezembro de 1991 (nova redação das leis estaduais nº 12.934, de 16 de julho de 1999 , 15.794/2015 de 13 de maio de 2015 e16.864 de 15 de abril de 2019); CONSIDERANDO que compete ao CEDCA-CE regular a captação de recursos e a aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual para a Criança e Adolescente, FECA-CE, na forma do ECA e leis estaduais acima citadas e da Resolução nº 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024. RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente – FECA-CE, para o Projeto “Vivências Inclusivas” da OSC Instituto da Primeira Infância - IPREDE, no valor Global de R\$ 603.295,62 (seiscentos e três mil duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos) sendo 80%, no valor de R\$ 482.636,50 (quatrocentos e oitenta e dois mil seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) destinado ao Projeto em tela, e 20%, no valor de R\$ 120.659,12 (cento e vinte mil seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) ao FECA em obediência a Resolução 542/2024 – CEDCA-CE, 18 de abril de 2024.



Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS a encaminhar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos, conforme deliberação do Colegiado em sua I Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Fortaleza, 19 de fevereiro de 2025.

Lorena Vitor Loureiro
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ CEDCA-CE

Republicada por incorreção.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **CESSAR OS EFEITOS**, a partir de 13 de Maio de 2025, da **designação de BRIGIDA EARLY LIMA PEREIRA**, constante na Portaria Nº 0010/2025, publicada no Diário Oficial do Estado de 05 de Maio de 2025, para responder pelo Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Diretor de Centro Socioeducativo I, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 12 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso I, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, a Pedido o(a) servidor(a) **PAOLA CAMILA BAIA DO NASCIMENTO**, matrícula 30020499, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, a partir de 01 de Junho de 2025. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 27 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **FRANCISCO REGINALDO SOARES CARVALHO**, matrícula 30023226, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Assistente Técnico, símbolo DAS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, a partir de 09 de Maio de 2025. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 20 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, em conformidade com o art 8º, combinado com o inciso III, do art 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, em conformidade também com decreto 32.960/19, art. 16, também combinado com o(a) Decreto 35.872 de 22 de Fevereiro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado em 23 de Fevereiro de 2024, RESOLVE **NOMEAR, CARLA MANUELA DA SILVA VIEIRA**, com cargo de ANALISTA DE GESTÃO CULTURAL, matrícula 30009304, pertencente ao órgão SECULT, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO a partir da data da publicação. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 20 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com o(a) Decreto Nº 35.872 de 22 de Fevereiro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado em 23 de Fevereiro de 2024, RESOLVE **NOMEAR, LUIZ RAMOM TEIXEIRA CARVALHO**, ocupante do cargo/função/emprego de ANALISTA JUDICIÁRIO, matrícula 173851, lotado(a) no órgão do(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, a partir da data da publicação. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 21 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto Nº 35.872, de 23 de Fevereiro de 2024 e publicado no Diário Oficial do Estado em 23 de Fevereiro de 2024, RESOLVE **NOMEAR, GERALDO JORGE NETO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Diretor de Centro Socioeducativo I, símbolo DNS 3 integrante da Estrutura Organizacional da SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, a partir da data da publicação. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 22 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **



PORTARIA CC 0014/2025-SEAS O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 35.872, de 22 de Fevereiro de 2024, **RESOLVE DESIGNAR, CARLA MANUELA DA SILVA VIEIRA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, para ter exercício no(a) Coordenadoria Administrativo-Financeira, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 20 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

PORTARIA CC 0016/2025-SEAS O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 35.872, de 22 de Fevereiro de 2024, **RESOLVE DESIGNAR, LUIZ RAMOM TEIXEIRA CARVALHO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, para ter exercício no(a). Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 21 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

PORTARIA CC 0017/2025-SEAS O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 35.872 de 23 de Fevereiro de 2024, **RESOLVE DESIGNAR GERALDO JORGE NETO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Centro Socioeducativo I, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 22 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE
Jade Afonso Romero
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

*** **

PORTARIA SEAS Nº164/2025 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** a servidora **ANA PAULA IRIS MEDEIRO**, ocupante do cargo de ASSESSORA ESPECIAL DE DIRETRIZES SOCIOEDUCATIVAS, simbologia DNS-1, matrícula de nº 3001908-3, a **viajar** à cidade de Sobral/CE, no período de 27 a 28 de maio de 2025, com o objetivo de acompanhar as audiências concentradas no Centro Socioeducativo de Sobral, concedendo-lhe 1,5 (uma e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 137,78 (cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), totalizando R\$ 206,67 (duzentos e seis reais e sessenta e sete centavos), de acordo com o art. 1º, § 1º do art 2º, inciso II do § 2º do art 4º, art 8º, art 14º e art. 16º, do Decreto 35.922, de 27 de Março de 2024, classe II do Anexo I da Portaria nº 143/2025 de 18 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA SEAS Nº165/2025 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** a servidora **PAOLA CAMILA BAIÁ DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Orientador de Célula, simbologia DNS 3, matrícula de nº 3002049-9, a **viajar** à cidade de Sobral/CE, no período de 27 a 28 de maio de 2025, com o objetivo de acompanhar as audiências concentradas no Centro Socioeducativo de Sobral, concedendo-lhe 1,5 (uma e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 137,78 (cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), totalizando R\$ 206,67 (duzentos e seis reais e sessenta e sete centavos), de acordo com o art. 1º, § 1º do art 2º, inciso II do § 2º do art 4º, art 8º, art 14º e art. 16º, do Decreto 35.922, de 27 de Março de 2024, classe II do Anexo I da Portaria nº 143/2025 de 18 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA SEAS Nº166/2025 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, para que o mesmo seja transferido de unidade socioeducativa, concedendo-lhes **diárias**, de acordo com o art. 1º; inciso I do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, arts. 14º e 16º, do Decreto 35.922 de 27 de Março de 2024, da classe II do anexo I da Portaria nº 143/2025 de 18 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº166/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	TOTAL
JOAO LENON XAVIER DA SILVA	SOCIOEDUCADOR	3002168-1	II	FORTALEZA-CE	SOBRAL-CE	22/05/2025	0,5	137,78	68,89

*** **

PORTARIA SEAS Nº167/2025 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, para que o mesmo seja transferido de unidade socioeducativa, concedendo-lhes **diárias**, de acordo com o art. 1º; inciso I do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, arts. 14º e 16º, do Decreto 35.922 de 27 de Março de 2024, da classe II do anexo I da Portaria nº 143/2025 de 18 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº167/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	TOTAL
JOSE JANILSON DO NASCIMENTO COSTA	SOCIOEDUCADOR	3000126-5	II	FORTALEZA-CE	SOBRAL-CE	22/05/2025	0,5	137,78	68,89

*** **



PORTARIA SEAS Nº168/2025 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de prestar apoio ao Centro Socioeducativo de Sobral, pois a unidade encontra-se passando por mudanças administrativas, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 1º; inciso I do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, arts. 14º e 16º, do Decreto 35.922 de 27 de Março de 2024, da classe II do anexo I da Portaria n.º 143/2025 de 18 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 23

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº168/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	TOTAL
HERCULES MARTINS SILVA	SOCIOEDUCADOR	3002688-8	II	FORTALEZA-CE	SOBRAL-CE	26 A 30/05/2025	4,5	137,78	620,01

*** **

PORTARIA SEAS Nº169/2025 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, para a transferência do mesmo de unidade socioeducativa, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 1º; inciso I do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, art. 12 do §1, arts. 14º e 16º, do Decreto 35.922 de 27 de Março de 2024, da classe II do anexo I da Portaria n.º 143/2025 de 18 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº169/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	%	TOTAL
GERALDO BARROS JUSTINO	SOCIOEDUCADOR	3000233-4	II	JUAZEIRO DO NORTE-CE	FORTALEZA-CE	22 A 23/05/2025	1,5	137,78	35%	279,00

*** **

PORTARIA SEAS Nº170/2025 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, para realizar a transferência de unidade socioeducativa, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 1º; inciso I do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, art. 12 do §1, arts. 14º e 16º, do Decreto 35.922 de 27 de Março de 2024, da classe II do anexo I da Portaria n.º 143/2025 de 18 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº170/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	%	TOTAL
FRANCISCO HUMBERTO DE SOUSA FILHO	SOCIOEDUCADOR	3000215-6	II	JUAZEIRO DO NORTE-CE	FORTALEZA-CE	22 A 23/05/2025	1,5	137,78	35%	279,00

*** **

PORTARIA SEAS Nº171/2025 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, para a transferência do mesmo de unidade socioeducativa, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 1º; inciso I do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, art. 12 do §1, arts. 14º e 16º, do Decreto 35.922 de 27 de Março de 2024, da classe II do anexo I da Portaria n.º 143/2025 de 18 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº171/2025, DE 23 DE MAIO DE 2025

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	%	TOTAL
JOSE DHEYMISON DE SOUZA	SOCIOEDUCADOR	3000277-6	II	JUAZEIRO DO NORTE-CE	FORTALEZA-CE	22 A 23/05/2025	1,5	137,78	35%	279,00

*** **

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

ADMITENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS, órgão integrante da administração direta do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ nº 25.150.364/0001-89, localizado na Avenida Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, CEP 60.822-130. ADMITIDO(A): **KARINNE GOMES RIBEIRO**, brasileiro(a), solteiro(a), socioeducador(a), portador(a) do CPF nº 054.395.053-00, matrícula nº 3001055-8. OBJETO: Fica **rescindido**, a partir de 23 de maio de 2025, em todas as suas cláusulas, o **contrato de admissão de profissional por tempo determinado** firmado entre as partes acima descritas, datado de 01 de dezembro de 2022. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 12, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 169, de 27 de dezembro de 2016, publicada no DOE-CE de 28.12.2016 e Processo NUP 47011.002799/2025-70. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do estado do Ceará. SIGNATÁRIO: ROBERTO BASSAN PEIXOTO, Superintendente e KARINNE GOMES RIBEIRO, Socioeducador(a), matrícula nº 3001055-8. Fortaleza, 26 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE

*** **

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

ADMITENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS, órgão integrante da administração direta do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ nº 25.150.364/0001-89, localizado na Avenida Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, CEP 60.822-130. ADMITIDO(A): **TALLES TELES DE BRITO**, brasileiro(a), solteiro(a), socioeducador(a), portador(a) do CPF nº 017.324.263-41, matrícula nº 3000259-8. OBJETO: Fica **rescindido**, a partir de 23 de maio de 2025, em todas as suas cláusulas, o **contrato de admissão de profissional por tempo determinado** firmado entre as partes acima descritas, datado de 01 de junho de 2022. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 12, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 169, de 27 de dezembro de 2016, publicada no DOE-CE de 28.12.2016 e Processo NUP 47011.002810/2025-00. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do estado do Ceará. SIGNATÁRIO: ROBERTO BASSAN PEIXOTO, Superintendente e TALLES TELES DE BRITO, Socioeducador, matrícula nº 3000259-8. Fortaleza, 26 de maio de 2025.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE

